

ORGANIZADORAS

**GLEYS IALLY RAMOS
JULIETE OLIVEIRA**

A MÁQUINA DE MOER MULHERES

Política, Produção e Estética na Pandemia

Universidade Federal do Tocantins

Editora da Universidade Federal do Tocantins - EDUFT

Reitor

Luis Eduardo Bovolato

Vice-reitor

Marcelo Leineker Costa

Chefe de Gabinete

Emerson Subtil Denicoli

Pró-Reitor de Administração e Finanças (PROAD)

Jaasiel Nascimento Lima

Pró-Reitor de Assuntos Estudantis (PROEST)

Kherley Caxias Batista Barbosa

Pró-Reitora de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários (PROEX)

Maria Santana Ferreira dos Santos

Pró-Reitora de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas (PROGEDEP)

Michelle Matilde Semiguem Lima Trombini Duarte

Pró-Reitor de Graduação (PROGRAD)

Eduardo José Cezari

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPEQS)

Raphael Sânzio Pimenta

Pró-Reitor de Tecnologia e Comunicação (PROTIC)

Ary Henrique Moraes de Oliveira

Conselho Editorial

Presidente

Ruhena Kelber Abrão Ferreira

Membros do Conselho por Área

Ciências Biológicas e da Saúde

Eder Ahmad Charaf Eddine
Marcela Antunes Paschoal Popolin
Marcio dos Santos Teixeira Pinho

Ciências Humanas, Letras e Artes

Barbara Tavares dos Santos
George Leonardo Seabra Coelho
Marcos Alexandre de Melo Santiago
Rosemeri Birk
Thiago Barbosa Soares
Willian Douglas Guilherme

Ciências Sociais Aplicadas

Roseli Bodnar
Vinicius Pinheiro Marques

Engenharias, Ciências Exatas e da Terra

Fernando Soares de Carvalho
Marcos André de Oliveira
Maria Cristina Bueno Coelho

Interdisciplinar

Ana Roseli Paes dos Santos
Ruhena Kelber Abrão Ferreira
Wilson Rogério dos Santos



O padrão ortográfico e o sistema de citações e referências bibliográficas são prerrogativas de cada autor. Da mesma forma, o conteúdo de cada capítulo é de inteira e exclusiva responsabilidade de seu respectivo autor.

ORGANIZADORAS

**GLEYS IALLY RAMOS
JULIETE OLIVEIRA**

A MÁQUINA DE MOER MULHERES

Política, Produção e Estética na Pandemia



Palmas - TO
Brasil
2023

Copyright ©2023 Universidade Federal do Tocantins

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS - A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. a violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do código penal.

Diagramação e Arte da Capa: Abrão Lira Costa

Revisão: Munique Oliveira

Apoio na Digitação: Soraya Rodrigues da Silva

Fotos da Capa: Daniel de Brito Fragoso e Erich Collicchio

Imagem Artística da Contracapa: Bruna de Freitas Moreira (Bromou)

Dados Internacionais de Catalogação na publicação (CIP)

M297 A máquina de moer mulheres : política, produção e estética / [recurso eletrônico]
organizadores : Gleys Ially Ramos e Juliete Oliveira. – Palmas : EDUFT,
2023.
Dados eletrônicos (pdf).

Inclui bibliografia.

ISBN: 978- 65-5390-056-1

1. Mulheres - Condições sociais. 2. Feminismo - Brasil. 3. Direitos das mulheres. 4. Feminismo e literatura. 5. Violência contra mulheres. I. Ramos, Gleys Ially II. Oliveira, Juliete. III. Título.

CDD23 : 387 .10981

Bibliotecária Priscila Pena Machado – CRB - 7/6971

Direitos desta edição cedidos à

Editora da Universidade Federal do Tocantins | Eduft

109 NORTE AV NS 15 ALCNO 14 - *Campus* de Palmas, BL IV

Palmas - TO

CEP 77001-090 - Brasil

Tel.: +55 63 3229-4301

www.uft.edu.br/editora

A Karen Luz (*in memoriam*)
Uma luz que se levantou

E apesar de tudo,
Ainda sou a mesma!
Livre e esguia,
Filha eterna de quanta rebeldia
Me sagrou.

(Alda Lara)

SUMÁRIO

APRESENTAÇÕES, 11

As organizadoras

PREFÁCIO

A VIDA DAS MULHERES NA PANDEMIA DARIA UMA CRÔNICA: POR QUE ESCRREVEMOS?, 15

Kassandra Muniz

CONVERSA DE PESCADORA, 17

Giselle Ribeiro

A MÁQUINA DE GUERRA MULHER: CAMPOS DE DISPUTAS E LÓCUS DE LUTA, 18

Gleys Ially Ramos

ESCRITAS DE RESISTÊNCIA: O EROTISMO DE AUTORIA FEMININA ENTRE A CASA E A RUA, 33

Luciana Borges

QUAL O LUGAR DA LITERATURA DE AUTORIA LÉSBICA BRASILEIRA NAS DISCUSSÕES ACADÊMICAS?, 51

Maria da Glória de Castro Azevedo

MULHERES E GORDOFOBIA: VIOLÊNCIAS PARA ALÉM DO SIMBÓLICO, 64

Ruth do Prado Cabral

OS MANDATOS COLETIVOS COMO UMA NOVA FORMA DE OLHAR A REPRESENTAÇÃO POLÍTICA: REPRESENTATIVIDADE DE MINORIAS E O DIREITO DE PARTICIPAÇÃO, 72

Nathália Mariel F. de S. Pereira; Carmem Lúcia Costa

O DIREITO À CIDADE SOB A PERSPECTIVA DE GÊNERO, 87

Germana Pires Coriolano

COLONIALIDADE DO PODER E NECROPOLÍTICA:
NOTAS SOBRE A VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES
NO ESPAÇO URBANO, 100

Gabriela Ângelo Pinto

DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO: O DIRECIONAMENTO
DA MULHER NO MUNDO DO TRABALHO, 109

Érica Pollyana Oliveira Nunes

AS MULHERES E O MERCADO DE TRABALHO: DELINEAMENTOS
QUE APONTAM PARA A FEMINIZAÇÃO DA POBREZA, 124

Carmem Lúcia Costa

Maria Carolina Ferreira Tosta

GINGANDO NAS ENCRUZILHADAS DOS SABERES: UMA
DOCUMENTAÇÃO DAS DANÇAS AFRO NO BRASIL PROFUNDO,
138

Camila Ribeiro Moraes

Luciana de Oliveira Dias

A TRAGÉDIA DO NÃO – SEIS HISTÓRIAS AO MODO
MUITO TRÁGICO, 152

Juliete Oliveira

E DE REPENTE O MUNDO PAROU..., 159

Lígia Rodrigues de Almeida

POSFÁCIO

KAREN LUZ, PRESENTE HOJE E SEMPRE!, 168

Carmen Hannud

AS AUTORAS, 170

APRESENTAÇÕES

*A teoria não é intrinsecamente curativa, libertadora e revolucionária.
Só cumpre essa função quando lhe pedimos que o faça e dirigimos
Nossa teorização para esse fim
bell hooks*

Este instrumento se inscreve em um momento de extrema fragilidade humana. É inevitável não frisar que, ao escrever, ou, que se venha a fazer quaisquer outras coisas, se esteja trabalhando sob uma perspectiva de não normalidade, uma pressão. Ou ainda, sob a égide do medo. Nesse sentido, essa coletânea se apresenta como um sopro de resistência, de esperança e de denúncia. Não há parâmetros para a normalidade agora!

É preciso também crivar que o “voltar à normalidade” não é um lugar seguro de projeções para mulheres. Voltar ao normal pode se configurar apenas em não ter medo “do vírus”, mas ter medo de nulidades, assédios, invisibilidades, mortes e epistemicídios para os trajetos que compõem o ser mulher. Resta-nos escrever! Não é demais lembrar que para a Teoria Feminista, toda escrita de mulheres é uma escrita feminista, já que esta, parte de uma engrenagem de opressão operada pelo gênero. Escrever não somente sobre mulheres, mas para e por mulheres.

“Existem muitas formas de escritas, há, portanto, muitas formas das mulheres escreverem”.

Dessa maneira, “*A máquina de moer Mulheres - política, produção e estética na pandemia*” reúne escritos de mulheres que atuam no movimento feminista, na escrita e na teoria feminista. Sabendo que a teoria feminista versa justamente sobre mulheres no centro da escrita, seja como sujeito de análise, seja como sujeito de construção da análise, seja atravessada por esta. Entendendo sempre que reunir mulheres para escrever é por si uma prática de transformação da realidade vigente.

Todas as metáforas do poder se abrigam sob e sobre as mulheres em configurações diversas, o livro reúne as percepções de autoras que também são pesquisadoras, pensando que a pesquisa pode ser um exercício empírico, antevisto na superfície das coisas que cercam o cotidiano das pessoas. A máquina de moer mulheres, nesta configuração que aqui se apresenta para discutir: política, trabalho e estética na pandemia, em uma realidade azeitada com vírus, o lócus do livro é a violência e todas as suas configurações perversas, ao se pensar em uma materialização maquínica do poder.

Não se está inaugurando nada, está-se apenas organizando o pensamento a partir da visão feminina e feminista sobre o que Michael Foucault chamou de a hermenêutica do sujeito: sujeito e verdade, em um apelo ao “conhece-te a ti mesmo”.

A escrita, fruto da observação, da investigação, pesquisa feita por mulheres ganha contornos próprios, se apropria de campos dos saberes pouco afeitos à geografia da razão. Explica-se, não se tenta com o livro uma gênese, nem muito menos chover no molhado, não é um livro que pede desculpa, é um livro que “é”, e por que é? Porque é o resultado de uma ótica muito particular, uma ótica que ao mesmo tempo em que vive a experiência, pensa sobre ela, é capaz de teorizar sobre ela, de buscar entendê-la, para modificá-la, para reduzir os danos sobre os corpos das mulheres. O livro é o resultado do que pôde e do que pode a mulher em todos os tempos, pôde ser também máquina, pôde ser morta de todas as formas e com crueldade, pôde ser anulada dos centros de poder, pôde ser uma peça fundamental da engrenagem que faz a roda girar. A voz da OUTRA é uma potência, posta em um contexto estruturalista capaz de eliminá-la enquanto sujeito.

Uma das maneiras de se romper com esse contexto de apagamento imposto aos corpos femininos, ele – o corpo da mulher - capaz de fundar uma nova dialética baseada em uma expansão absoluta, não platônica, não romântica dos papéis atribuídos aos gêneros é por meio da linguagem, e ainda, a liberdade da linguagem, essa que dá movimento às mudanças, essa que se organiza por mudar sentidos. Nesse caminho, o livro é um respiro após sufocamento, uma tentativa de alongamento corporal para a fala das mulheres.

*Com afeto,
Gleys Ially Ramos*

Em 2019, 72% da pesquisa científica publicada por meio de artigo no Brasil, era de mulheres, de acordo com a Organização dos Estados Ibero-americanos (OEI), estando à frente de países como Argentina e Portugal. Em 2020, essa estatística despencou para menos de 30%, de acordo com a mesma fonte. Lidar com a crise sanitária sob a perspectiva da mulher, é ver se acentuar, se aprofundar, arrochar, e até fenecer uma luta que as mulheres vinham tentando vencer, contra a canonização da linguagem, da política e das narrativas históricas nas práticas editoriais, incluídos aí os trabalhos básicos de referência.

Donna Haraway (2004), responsável pela afirmação anterior, conta que em 1983, Nora Rathzel, do coletivo feminista autônomo do jornal marxista independente *Das Argument*, da Alemanha Ocidental, escreveu pedindo um verbete sobre uma “palavra-chave” para um novo dicionário marxista. Um ambicioso projeto de tradução do *Dicionário Crítico Marxista*. Ao empreender tal tarefa, nada fácil, é bom evidenciar, ela sentenciou: “porque as mulheres não aparecem onde deveriam”. Sim, as mulheres continuam, décadas depois, não aparecendo onde deveriam. O fosso aprofundado – pode parecer pleonasma, mas não é –, pela pandemia nas relações sociais, intensificou todas as violências para as ‘minorias’ silenciadas.

O acúmulo de atividades sob a responsabilidade delas, o grau de exigência de todos os tipos, as enormes preocupações, pensando que para as duas áreas com o maior índice de impacto: educação e saúde, a imensa maioria de profissionais são mulheres. Pode-se acrescentar o trabalho afetivo, criativo, do cuidado que se espera por força de ‘cultura’, seja feito na maioria por elas. O livro aqui exposto, que se oferece, não foi elaborado, não se verteu sem esforço, sacrifício, sem renúncia, daí o título um tanto sugestivo para o período: *A máquina de moer mulheres: política, produção e estética na pandemia*. Neste as mulheres da academia, da casa, do trabalho, da produção, da reprodução expandem os seus universos em um olhar crítico, de denúncia aos processos que impedem a sociedade de ampliar os seus horizontes de justiça.

Na escrita, esse exercício linguístico, que no geral se apresenta muito distorcido pela lógica dominante, leia-se: eurocêntrica, branca, longilínea e hétero, as mulheres presentes neste volume, se apresentam com a força insurgente de uma Luciana Borges e o seu: o erotismo de autoria feminina entre a casa e a rua, ela que é professora do curso de letras e que está acostumada a manejar a escrita para tentar derrubar muros simbólicos ou não. E falando em muro a cidade é um bom exemplo de uma semântica muito masculina, sendo que esses espaços dificilmente são pensados para e pelas mulheres, embora elas, lhes concedam movimento, povoamento e sejam umas

das responsáveis pelas cidades serem vistas como centro de produção, em atenção a detalhes como estes, é que Germana Coriolano se aventura em discutir O direito à cidade sob a perspectiva de gênero, arquiteta e professora a autora se destaca por possuir experiências de gestão administrativa para a cidade.

Os espaços, por serem pensados sob uma lógica, quase sempre masculina, entre eles, à academia precisam que se olhe para eles com um olhar de artilharia também, para tanto Gleys Ially Ramos, ousa – e a ousadia é feminina, o arriscar-se, o experimentar, pois bem, Gleys traz para o livro, A máquina de guerra mulher: campos de disputa e lócus de luta, ela que é também professora, feminista, é bom frisar, escritora e ativista desta causa tão necessária que é a luta das mulheres por direitos.

Como a composição da realidade é plural, e as manifestações artísticas foram afetadas com violência nesse período de afastamento, de distanciamento social, e a estética que tende a recobrir tudo é uma estética da morte, do desaparecimento, do silenciamento, Juliete Oliveira se aventura por transformar em crônicas histórias reais de assassinato de mulheres, em um recorte mínimo de um número alarmante de feminicídios ocorridos nessa primeira metade do ano de 2021, em A tragédia do não – seis histórias ao modo muito trágico, a pessoa da narrativa as vezes é outra e as vezes é em primeira pessoa, a narrar a própria morte com um toque literário, quase lírico, regado a muita dor pelo desaparecimento dos seus corpos.

O livro se serve, ainda, dessa linguagem que escorre sobre as coisas para transformá-las no texto de Glória Azevedo: Qual o lugar da literatura de autoria lesbiana brasileira nas discussões acadêmicas? Ao questionar, a autora o faz de um lugar de esgotamento, de cansaço, mas que apresenta potências, que se manifesta sobre o feminismo lésbico e o seu histórico dentro do movimento feminista e os seus agenciamentos, ou o que ele pôde, ou pode enquanto linguagem e produção literária.

Por falar em literatura, o livro se abre com a poesia de Giselle Ribeiro que tenciona esse tecido elástico da escrita: ‘eu tenho aqui dentro do peito essa máquina volátil de escrever / esse meu velho peito ouve os fuxicos do mundo feminino e se inflama por ele’, a professora vem publicado livros que se estendem sob uma ótica pouco usual para a estética dominante, mas que existe e está por aí, para quem quiser ver, a literatura erótica – um eros mulher – feminina, lésbica, trans, homoafetiva, deliciosa, instigante, criativa para denunciar desamor, guerras e morte. O livro é, porque as mulheres são!

Palmas-TO, 30 de junho de 2021
Juliete Oliveira

PREFÁCIO

A VIDA DAS MULHERES NA PANDEMIA DARIA UMA CRÔNICA: POR QUE ESCREVEMOS?

Kassandra Muniz – NEABI/UFOP

Meses ruminando uma mudança de casa e cidade. A vida na pandemia mais solitária que nunca. A mãe e a filha seguem os dias isoladas do mundo lá fora, mas convivendo com os problemas dele dentro de casa. É aula online que vai exigir um computador novo. É o trabalho da mamãe que produz frases como: “tem trabalho o dia todo?!” É o pai que fica meses sem pegar a filha porque crianças são transmissoras de vírus. São as horas e horas respondendo e-mails, mensagens de texto, demandas de trabalho que extrapolam aquele tempo combinado com você mesma de dedicação. O tempo necessário para que possamos tecer estéticas de si.

A pandemia moeu nossos planejamentos e o tempo precioso para nós e para quem amamos. É em si uma contradição interessante uma vez que passamos mais tempo dentro de casa. Então fica a pergunta: foi a pandemia ou a máquina de moer mulheres já estava ativa desde tempos imemoriais? Fazer almoço, participar de reuniões, e cuidar da defesa de trabalhos acadêmicos de seus orientandxs enquanto ensina a filha nas tarefas escolares não é novo. Por que escrever em um contexto tão adverso? Se estamos sendo moídas por uma sociedade patriarcal, racista e misógina desde que Eva comeu a tal da maçã, qual a importância de um livro que traz mulheres escrevendo sobre como a vida está quase impossível nesse contexto pandêmico? Uma possível resposta seria porque precisamos contar que estivemos e estamos aqui fazendo a roda da vida girar em um país que não reconhece a contribuição econômica que nós mulheres damos a essa nação.

São tantas as análises econômico-políticas que estão sendo feitas desse cenário apocalíptico, mas poucas consideram como esse trabalho logístico, político, agregador, mantenedor, criativo das mulheres com suas famílias e comunidades está segurando a barca sem direção que é o Brasil hoje. Os textos aqui presentes falam de mulheres que continuaram apesar dos pesares. Isso nos mostra que são muitas as dores e desafios, mas ao mesmo tempo são muitos os protagonismos. Essa capacidade de reinvenção de si marca a presença feminina no mundo.

Pensando as mulheres negras, conjunto ao qual faço parte, é preciso ainda lidar com as preocupações que vão de evitar ser morta, ou aos seus, por vírus, por depressão ou por bala. Não, não se tem um dia de sossego. A pensão ínfima ou não existe ou sempre atrasa. Por que parar e gestar um livro quando até o mínimo falta? Porque ao mesmo tempo que “damos alimento a quem tem fome” (campanha da coalizão negra por direitos), sabemos que a nossa fome não se saciará até “invertermos a lógica dos padrões que estão estabelecidos” (Oriki de Exu). Anzaldúa, escritora feminista que se equilibra nas fronteiras étnicas marginalizadas nos EUA, nos convoca à escrita, mesmo quando esta parecer irrelevante perante acontecimentos extraordinários. Escrever mesmo quando estivermos exaustas para que saibam como nosso trabalho é amplificado pelas ausências.

Escrever mesmo quando o cotidiano te fizer verter lágrimas se perguntando qual o sentido de tanta dedicação se não é, devidamente reconhecida? Outro dia em uma conversa entre mulheres mães, muito diferentes entre si, comentaram: “Acredita que o pai da minha filha me xingou toda porque criei uma rede de solidariedade para conseguir conciliar eu mulher, eu mãe e eu profissional?” Ao que se seguiu a resposta: “Eu não seria nada sem essa rede”. Simmmm... Sim. Não estamos sozinhas. Não queremos estar. Não precisamos estar. Essa coletânea de textos de mulheres que encontraram sentido na escrita como forma de sobrevivência, nos acalenta ao gritar:

Teremos sempre umas às outras. Sigamos escrevendo mulherada!

CONVERSA DE PESCADORA

Giselle Ribeiro

eu tenho aqui dentro do peito essa máquina volátil de escrever
esse meu velho peito ouve os fuxicos do mundo feminino e se inflama por ele

talvez eu nem devesse ligar para essas vozes que ouço
mas algumas mulheres soluçam alto dentro de mim
algumas tentam se matar outras se matam
mesmo parecendo vivas
tão obedientes aos seus homens
amarradas nas convenções dessa sociedade
que pune violenta amordaça e finge mãe solidária

eu só queria parar de ouvir essas vozes
e seguir o meu destino
mas eu não sou a primeira mulher do mundo

eu tenho mãe avó bisavó tataravó
e tantas outras de soluço alto explodindo
dentro do meu peito

por isso escrevo

Escola para mulheres safo, 2020.

A MÁQUINA DE GUERRA MULHER: CAMPOS DE DISPUTAS E LÓCUS DE LUTA

Gleys Ially Ramos

Eu queria um mundo de úteros, ah, se pudesse representá-lo em tinta. A História que eu idealizo é uma história continente assim como as paredes de um útero, que somente curetando pode-se destruir o conteúdo.

(Beatriz Nascimento)¹

Primeiras Convergências

Tentar elaborar uma teoria possível que compreenda esses tempos é uma tarefa hercúlea para quem (ainda) acredita na ciência como uma das possibilidades de compreensão do mundo. Todavia, essa tarefa é justaposta quando quem pretende fazer ciência, e/ou, pretende uma teoria, são mulheres. Há uma potencialização da tarefa, mas há também, uma criminalização do fazer ciência quando o cerne desta, são mulheres ou, suas visões de mundo assertivas que são sempre adjetivadas de emotivas, irracionais, ilógicas e históricas, transformando a tarefa hercúlea em uma tarefa medusa, ao qual todos os dias cortam nossas cabeças sob a justificativa de um bem maior ou, mais urgente à humanidade, pensada sobremaneira por homens. E aqui a metáfora é objetiva, troquemos humanidade pela academia e seu loco de atuação mais próximo – a universidade.

A universidade não pode ser uma máquina de moer pessoas.

Nossas produtividades não podem ser máquinas de moer mulheres.

Mulheres como potência de revolução já estão presentes nas teorias feministas empreendidas de forma mais contemporânea por Beatriz Nascimento, Sueli Carneiro, Lélia Gonzalez, Isabel Allende, Arundhati Roy, María Lugones, Gloria Anzaldúa, Audre Lorde, Angela Davis, Patricia Hill Collins, bell hooks, Gloria Azevedo, Juliete

¹ Do artigo “Um aparte ao Feminismo”. O original deste artigo, datilografado e sem data, encontra-se no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. Fundo Maria Beatriz Nascimento. Código: 2D. Caixa 23. Pasta 4. Documento: 5 (NASCIMENTO, 2018).

Oliveira dentre muitas outras. Partindo dessa premissa, o objetivo deste escrito é analisar como a escrita, a teoria e as categorias feministas compreendidas por mulheres como ato de resistência se apregoam diante das normas, regras, moldes e a cultura que ainda beneficiam de forma estrutural aos homens, não obstante, criam uma falsa simetria de não produtividade feminina.

De forma convergente, utilizaremos o conceito de “Máquina de Guerra” proposto por Gilles Deleuze, desenvolvido conjuntamente com Félix Guattari. A ideia é aplicar o conceito, de maneira a compreender uma potência inventiva das mulheres nos espaços de negação das suas construções, ampliando a noção de multiplicidade e das funções em que as mulheres têm se desdobrado para efetivar teorias, métodos e perspectivas pensadas por, para e sobre mulheres.

Para Cunha (2014), a filosofia de Gilles Deleuze sempre se realizou em relação estreita com outros domínios do saber e da prática humana, como a literatura, a arte, a ciência, a psicanálise e a política. Compreendemos que tudo isso está em aplicação/composição ou, a compartilhar com, por exemplo, direitos das mulheres, violência contra a mulher, igualdade salarial, relações de poder, casamento, maternidade, outras formas de relacionamentos e como lidar com o sexismo em diversos aspectos da vida, assim como pensar o empoderamento feminino, uma teoria feminista e, mais recentemente, a interseccionalidade como compreensão do que nos afasta de gozar desses domínios de saber e da prática humana.

Objetiva-se também, avizinhar, estar mais próxima ou, em sintonia com os problemas enfrentados pelas mulheres que poderiam estar sendo dirimidos, caso tivéssemos as instituições como parceiras de uma perspectiva social e comprometida com a equidade. Dessa maneira, partimos da tese que esses espaços ainda não são espaços que se solidarizam com as opressões diversas em que mulheres estão submetidas apenas por serem mulheres e ousamos afirmar que não apenas diminuem para mulheres, como tem fortalecido um espaço hegemônico aos homens.

Silvia Federici em sua obra intitulada “O Ponto Zero da Revolução”, publicada no Brasil em 2019, propõe-nos a pensar a transformação do nosso cotidiano e criar novas formas de solidariedade diante da transformação imposta ao cotidiano das mulheres, operacionalizadas pelas novas condições do capitalismo global e plenamente atualizadas pela estrutura do Patriarcado. Dessa maneira é preciso pensar novas formas de criação, criatividade, cotidianos, resistências, existências e lutas.

Por sua vez, bell hooks em “Erguer a voz”, também recentemente publicado no Brasil em 2019, posiciona-se ao afirmar que começou a questionar continuamente

a noção de uma voz acadêmica que soa mais neutra. Mulheres não têm essa opção. Por isso é necessário “manter uma voz na escrita” que nos fortaleça para falar sobre questões de uma maneira mais ampla, quase conversacional. Isso significa arriscar a escrever sobre assuntos aos quais nós feministas tínhamos mantido silêncio. Todavia, enfrentar o medo de se manifestar e confrontar o poder continua a ser uma agenda vital para todas as mulheres.

Isto é, há um evidente chamado de bell hooks para escrevermos como se estivessemos conversando. Criar uma consciência crítica, autêntica e criativa para que muitas mulheres excluídas das possibilidades que temos hoje, e que estão aguardando há décadas pelas transformações feministas que assentem alicerces pedagógicos e didáticos dos espaços para mulheres, conversem conosco, ou seja, precisamos teorizar sobre encorajamento, sobre como erguer a voz. Contudo, o que significa escrever-dizer essas coisas-possibilidades no papel?

Significa avançar para além da perspectiva da sobrevivência. Significa estar cada vez mais completas, plenas em quaisquer espaços. Significa guerrear!

Logo, máquina de guerra de Deleuze e Guattari (2013) é um conceito importante para as mulheres, e como frisado por Costa (2018), não tem relação com o poder bélico de um Estado, mas, sobretudo, imbricada em um nomadismo, capaz de fissurar as organizações da máquina estatal (sedentária), abalando suas estruturas, escapando dos sistemas dominantes, inventando linhas de fugas. A pessoa nômade, inventora da máquina de guerra, cria para si outros modos de habitar no mundo, inventa seu próprio território, vagando por trajetos indefinidos, criando novas chances existenciais. Nessa perspectiva, objetivamos a partir de agora, compreender como a maternidade, a institucionalidade, e a escrita podem ser “modos de habitar o mundo” reivindicados e reinventados pelas trajetórias das mulheres que ocupam esses espaços como territórios.

O conceito de território que referenda nossa perspectiva é aquele projetado pelo professor Milton Santos (1999) de que “território é o chão mais a identidade”, que é uma expansão do conceito em si para o de “território usado”. Santos também expande o conceito de Identidade ao afirmar ser “o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence”. Portanto, “o território é o fundamento do trabalho, o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida”. Não por outro motivo, as construções a seguir partem de vivências e experiências entre público-privado, as quais não se descolam numa perspectiva de atuação, são simultâneas e coexistem, estritamente, nas construções dos espaços pelas mulheres.

A Maternidade como Engrenagem Política – Trabalho por amor?

Um primeiro aspecto que precisamos pontuar para termos um ponto de partida na discussão acerca da maternidade é que ela é experimentada e refletida de maneiras diferentes, sobretudo, por grupos sociais distanciados socialmente a partir da classe, e principalmente, pela raça. Para expandir mais essa premissa, hooks (2019) traz as experiências entre mulheres brancas em detrimento das mulheres negras. A saber:

Algumas mulheres brancas da classe média com formação acadêmica argumentavam que a maternidade era um obstáculo grave à libertação da mulher, uma armadilha que confinava as mulheres às casas, que as mantinha presas à limpeza, à cozinha e ao cuidado das crianças. Outras simplesmente identificavam a maternidade e a educação dos filhos como a principal razão da opressão das mulheres. Se as mulheres negras tivessem expressado as suas opiniões relativamente à maternidade, esta não teria sido considerada um obstáculo grave à liberdade das mulheres. O racismo, a disponibilidade de empregos, a falta de competências ou habilitações e uma série de outros problemas estariam no topo da lista – mas não a maternidade. As mulheres não diriam que a maternidade as impediu de entrar no mundo do trabalho remunerado, porque sempre trabalharam. Desde o tempo da escravidão até aos dias de hoje, as mulheres negras sempre trabalharam fora de casa, nos campos, nas fábricas, nas lavandarias, nas casas dos outros. Este trabalho dava uma compensação financeira escassa e, muitas vezes, interferia com a parentalidade eficaz ou impossibilitava-a. Historicamente, as mulheres negras têm considerado o trabalho no contexto familiar como um trabalho humanizador, um trabalho que confirma a sua identidade de mulheres, de seres humanos que demonstram amor e cuidado, atos de humanidade que a ideologia de supremacia branca alegava que as pessoas negras eram incapazes de expressar (hooks, 2019, p. 195).

Evidentemente hooks não está afirmando que a maternidade não é empecilho nas experiências em que as mulheres de forma em geral estão submetidas, tanto na esfera privada quanto na pública. Os relatos em que mulheres estão sucateadas por somatizar trabalhos domésticos e maternidade (que não são a mesma coisa e exigem dinâmicas de atuações diferentes) é mais cotidiano do que o suportável. Para hooks,

a maternidade tem sido utilizada com diferentes engrenagens de opressões, pois o próprio conceito atribuído à maternidade é multidimensional e depende sempre das experiências socioeconômicas e socioculturais das mulheres, e é definida sobremaneira por suas sociabilidades.

Para Maria de Jesus Correia (1998, p. 366), “Maternidade não corresponde a um acontecimento biológico, mas a uma vivência inscrita numa dinâmica sócio histórica”. Envolve prestação de cuidados e afetos em medidas variáveis. É dependente não só das características individuais de cada mulher, mas também do seu enquadramento sócio histórico.

Recentemente na palestra intitulada “Maternidade em tempos de pandemia” (2020)², organizada pelo OUTRAS – Observatório Feminista da UFT³, o tema maternidade foi debatido sob a perspectiva das experiências de mulheres que estão também no cotidiano da construção, organização, ou sistematização do conhecimento. Professoras, estudantes e analistas da linguagem debruçaram sobre as conceituações acerca da maternidade, confrontando-as com suas próprias experiências.

Diante da organização dos temas, as convidadas elencaram que a maternidade é apropriada em um nó de significações, quase todas elas desfavorecendo as mulheres. E que apesar de mulheres vivenciarem a maternidade com experiências diversas, levando em conta as intersecções de classe, raça e escolaridade, principalmente, é justamente ela, a maternidade o que liga as mulheres como sistema de opressões, tendo em vista que o ser mulher está intimamente ligado ao ser mãe. Não obstante, a mulher que não é mãe é frequentemente considerada “menos mulher”.

Esse processo ratifica a naturalização da maternidade, isto é, a maternidade compulsória, aquela que não permite que haja escolha para as mulheres. Elas precisam ser mães, independentemente das suas condições de vida (financeira, de saúde, suporte e apoio, etc.). A forma compulsória da maternidade impede que mulheres que são mães possam se enxergar enquanto sujeitos para além da maternidade, são as últimas a comer, tomar banho, ter entretenimento que não ligados estritamente aos dos filhos, ou seja, são privadas da dignidade, inclusive da afetividade.

Ligadas às relações familiares, mães inclusive recebem adjetivações ligadas aos estados civis, são “mães solteiras/solos/de família”. A professora Liza Brasília (2020)

² Em formato de *Live* (transmissão ao vivo de áudio e vídeo na Internet) pelo Canal OUTRAS Observatório Feminista da UFT.

³ Nome Popular para OUTRAS - Observatório Transdisciplinar sobre Feminismo, Política e Métodos que Grupo de Pesquisa certificado pelo CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico).

durante a palestra (em formato de *Live*) “Maternidade em tempos de pandemia” chamou atenção para a urgência em desromantizar a maternidade, romper com as alusões sobre as mulheres, uma vez que denominações (solo, solteira, desleixada...) somente existem para designar a maternidade, não a paternidade.

Ademais, há um chamado para uma maternidade política, ou seja, uma politização contemporânea da maternidade. De acordo Meyer (2005), de modo geral, essa politização da maternidade já é incorporada e difundida pelas políticas de Estado, pelos manuais, revistas, jornais, televisão, cinema e publicidade, mas o modelo da mãe cuidadora – que cuida e se cuida – ainda perpetua de modo romantizado. Não se fala com profundidade dos sofrimentos, dilemas, da solidão que mulheres que são mães experimentam mesmo “rodeadas de pessoas”.

Todavia, é a desvalorização da maternidade enquanto trabalho que engendra uma quantidade considerável da crítica que as mulheres estão compilando. A mãe é a principal cuidadora e responsável mesmo tendo companheiros, ou uma rede de apoio no modelo familiar. Isso acirra quando esse modelo é “desfeito”. Para Meyer (2005), é frequente que em separações e litígios esses cuidados se tornem mais violentos para as mulheres, tendo em vista que, como sintetiza Brasília (2020), “há uma escolha masculina em se ausentar da partilha dos cuidados sem perder o poder e a identidade de pai”, ou seja, não há nenhum prejuízo social para os homens.

Durante a pandemia, refletindo as mulheres que são mães nas condições de trabalho de forma remota, isto é, executados em casa, ou em ambiente doméstico, a cientista social e mestrandia em comunicação e sociedade Ana Cleia Rosa (2020) durante sua explanação na palestra usa uma metáfora que permite uma analogia profunda acerca de como as mães estão em situações distintas, divergentes e desiguais dos homens, mesmo que esses sejam pais. A metáfora de que na pandemia as mães revivem a situação do pós-parto (trancadas e sob cuidado absoluto dos filhos) é uma proposta importante para pensar como a esfera privada ainda consiste em prisão para o trabalho doméstico – o trabalho por amor.

Sobre isso, Federici (2019) afirma que a maternidade na esfera privada constitui numa desvalorização das tarefas domésticas, permitindo assim o controle das mulheres. “A quarentena como puerpério” como cita Rosa (2020) é a condição que as mulheres que também necessitam de cuidado estão cuidando, exclusivamente, de crianças, afazeres domésticos, demandas familiares e das questões relacionadas ao emprego, de forma justapostas. E essa justaposição é embasada sob a máxima de que “mulheres gostam mais dos serviços domésticos, da casa, da família”, ou como bem cita Federici “o que eles chamam de amor, nós chamamos de trabalho não pago”.

Ainda partindo das reflexões de Federici de que até pouco tempo, havia uma grande quantidade de mulheres que trabalhavam a maior parte do tempo em casa, nos dias atuais, essas mesmas mulheres estão trabalhando fora de casa, mas não pararam de fazer o trabalho doméstico. Elas o fazem à noite, de manhã cedo, aos domingos, logo, há muito trabalho doméstico, muito trabalho reprodutivo. Na pandemia não há espaço-tempo que diferencie esses dois trabalhos. Mulheres cozinham enquanto participam de reuniões. Dão aulas enquanto amamentam ou fazem lanches dos filhos. Frequentemente são interrompidas por familiares durante o horário dedicado ao trabalho para resolver demandas domésticas que qualquer pessoa da casa (incluindo aí o homem) faria. Nas palavras da analista de linguagem Juliete de Oliveira (2020) na *Live* sobre maternidade, “na pandemia a casa se tornou uma espécie de útero. Tudo depende da estrutura da mãe e é onde se vive o excesso de tudo”.

Nessa alusão, tendemos a concordar com a reflexão sobre a urgência de uma maternidade política, ou uma outra proposição de maternidade em que as mulheres não estejam sempre tão sobrecarregadas. Uma maternidade cuja relação seja baseada na troca, no crescimento, numa partilha em que a mulher se veja no processo de matinar, mas também para além dele. E que o trabalho realizado, justaposto com a maternidade, não seja invisibilizado, não remunerado ou centrado exclusivamente sobre as mulheres.

Sabemos que as mulheres que estão condicionadas a experimentar a maternidade conseguem por vezes construir redes de apoio, em outras, tornam-se especialistas em autocuidado, mas isso não é uma regra e, ainda que fosse, não resolveria o problema. Ligia Moreiras (2021) no texto “Agora que enxergaram a precariedade da vida das mães, pretendem fazer o quê a respeito?” traz uma síntese importante sobre como a pandemia definiu algumas condições da maternidade, quando deu maior visibilidade às precárias condições de vida das mães durante a pandemia, mas isso não se deu pelo fato de nos afetar enquanto mulheres, e sim do reconhecimento de que os homens também passaram a viver o que mulheres vivem desde sempre. Isto é, somente foram tocados à gravidade dessa situação quando os interesses masculinos foram afetados na condição de isolados.

Para Brasília (2020), há uma modificação social em curso, e ela é anterior ao cenário pandêmico que redefiniu zonas de trabalhos. Todavia, é ainda insuficiente para libertar as mulheres da condição de mães sob esses moldes. É importante frisar o papel dos homens, da sociedade e das mulheres no processo de não apagamento das demandas que mães têm construído ao longo dos anos, bem como de entender

que a casa deve ser o primeiro refúgio da mulher e não a sua prisão. Tendo em vista que o problema não é a maternidade enquanto possibilidade, como bem frisa hooks (2019), mas a maternidade enquanto condição.

E para além dos papéis sociais, cabe também os questionamentos de Moreiras (2021) sobre o papel dos ambientes de trabalho, das supervisões/chefias, das políticas públicas e da institucionalidade que agregam as mulheres enquanto sujeitos do mundo do trabalho. Essas questões precisam ser respondidas com extrema brevidade. Algumas delas trazidas aqui, como lembretes da necessidade de respostas. Como o ambiente onde trabalhamos está se reestruturando para poder oferecer às trabalhadoras mães melhores condições para exercerem suas funções? As instituições que falam em igualdade entre os gêneros possuem políticas públicas para as mulheres que são mães? Quais serão as pautas políticas relacionadas à melhoria da vida das mães para 2022? Quais são as mães trabalhadoras que (você) tem fortalecido no dia a dia?

A Escrita de Mulheres como Mola Propulsora da Máquina de Guerra

Encerramos o tópico anterior com alguns questionamentos e, pretende-se aqui continuar com outras questões, todavia oferecendo alguns horizontes. Esses limiares se constroem de forma simultânea as suas críticas, tendo na linguagem o principal aporte, mas não somente. Partimos do pressuposto de que precisamos de uma didática que elucide as diversas vozes que ecoam pela libertação das mulheres (jovens, pobres, mães, dentre outras intersecções) que são também, trabalhadoras na esfera pública. O desafio é não tutelar narrativas de mulheres a partir das suas principais atuações. É utilizar a narrativa de mulheres como proposta de emancipação feminista.

Toda narrativa é política, mas nem toda narrativa possui uma linguagem acessível. O Feminismo foi e é frequentemente lembrado quanto isso, sobretudo, o Feminismo Acadêmico ou, aquilo que denominamos de Teoria Feminista. Não sem razão, é preciso constantemente lembrar que o nosso esforço de fazer ciência não pode excluir metade da humanidade dessa construção, isto é, que não excluam as mulheres do fazer acadêmico/científico.

Dessa forma, o conceito de Feminismo que compreendemos é aquele que nos alerta bell hooks (2019) que faz da escrita um instrumento de mobilização, que alcança e sensibiliza todas as pessoas (mulheres, homens e crianças) a participar de uma luta por igualdade/equidade, caracterizando o Feminismo como compromisso ético, político, teórico e prático com a transformação social.

No livro “Erguer a Voz” bell hooks (2019b) afirma que a escrita para as mulheres é uma forma de voz, uma forma de transitar entre o silêncio e a fala e que por isso é um gesto desafiador que cura, que possibilita uma nova perspectiva, que possibilita crescimento. Mariléia de Almeida em hooks (2019b, p.10), mais precisamente no prefácio do livro supracitado, expande essa ideia ao afirmar que “escrever, nesse sentido, integra um processo de autorrecuperação” uma vez que se trabalha para reunir os fragmentos do ser, e assim, recuperar toda uma história.

Não obstante, o que seria esse “erguer a voz” que hooks conclama? Em uma síntese necessária aqui, erguer a voz diz sobre quebrar o código do silêncio e falar aberta e honestamente. Encontrar nossa voz e usá-la, sobretudo, para tecer a crítica, organizar possibilidades de resistências, enfrentar medos e abandonos. Criar e materializar uma consciência crítica atenta que possibilite mudar vidas por meio do pensamento e da prática feminista. Nesse sentido, a narração das nossas histórias não está dissociada da escrita teórica (hooks, 2019b).

Outrossim, a escrita tem sido uma grande aliada das mulheres no sentido de construir horizontes de lutas, espaços e emancipações, mas também, onde podem exercer suas criatividade, alteridades, sínteses, análises e habilidades tecnológicas. Existem muitas formas de escritas, há, portanto, muitas formas das mulheres escreverem. Entretanto, ainda hoje, as escritas das mulheres são marginalizadas ou crivadas por sabatinas as quais os homens normalmente não experimentam.

E não se trata apenas das definições de gêneros literários em que mulheres estão ausentes. Ou, como bem pontuou a professora Glória Castro Azevedo (2021) em sua participação na roda de debates intitulada “Desafios da Epistemologia, Literatura e Feminismo em contextos de potencialização da truculência”⁴, de acordo a professora, “a literatura nos coloca diante do diverso”, ainda assim, nota-se a presença constante dos homens como escritores, como leitores e como críticos e a insistente ausência de mulheres. O que vai na contramão do esforço empreendido historicamente pela Teoria Feminista como também pelos estudos de gênero:

As contribuições que os estudos de gênero nos últimos tempos têm dado às ciências humanas e sociais são inquestionáveis, pois, além de tirarem as mulheres da invisibilidade do passado, levantaram um conjunto de questões e reflexões metodológicas importantes. Essas pesqui-

⁴ Em formato de *Live* (transmissão ao vivo de áudio e vídeo na Internet) pelo Canal OUTRAS Observatório Feminista da UFT.

sas apontam para a necessidade de se historicizar os conceitos e categorias analíticas que nos foram delegados pelas narrativas tradicionais, levando-nos ao desafio de captar as transições dos modelos interpretativos da história e alimentar uma nova experiência social crítica em relação aos tradicionais paradigmas culturais hegemônicos masculinos (TEDESCHI, 2016, p. 154).

Assim, a Teoria Feminista enquanto proposta teórica e metodológica propõe uma agenda radical, isto é, uma base política crítica que forneça uma estrutura de análise que não descuide da conversa e do discurso, possibilitando que possam ser transformados em escritas. Isso por si só, já é um triunfo, pois reconhece que qualquer escrita é subversiva se escrita por mulheres. Uma escrita de resistência que além do laboro, propõe uma leitura com lentes de gênero. Ao encontro dessa afirmação, Beatriz Nascimento em 1987 no ensaio “Literatura e Identidade” minuciou:

Podemos recorrer como complemento dessa literatura oral às letras de composições, sejam aquelas de manifestações artísticas coletivas como: Congada, Folia de Reis, Boi Bumbá, etc.... sejam as composições dos sambistas nos centros urbanos. Essa literatura musical, cuja temática varia da crítica política do falar cotidiano até a lírica, de certo modo compensa o pouco domínio da língua em que a maioria da população se vê envolvida. Numa certa medida e em muitos compositores a fluência verbal, o domínio literário surpreende por uma autêntica poética e de certo modo, também, uma correta erudição. Entretanto, sua produção é vista puramente como um lúdico e não como um historicismo. É vista como uma produção de indivíduo e não uma manifestação de logos socializado, produto de um ethos coletivo. Não é uma literatura musicada, mas uma música rimada, cujo sentido da palavra cai no vazio. Por fim, dentro deste quadro já começa a surgir a voz desta maioria silenciosa (NASCIMENTO, 2018, P. 320).

Diante do exposto, Beatriz Nascimento não só convoca uma escrita e leitura com lentes de gênero, como as coloca de modo indissociável com lentes de raça e classe concomitantes. Ação parecida fez Lélia Gonzalez que nas escritas dos seus ensaios traz formulações aprofundadas sobre transpor e entrever paralelamente leituras,

referências teóricas-bibliográficas e oposições. De acordo com Rios e Lima (2020) ao introduzir o livro “Por um feminismo Afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos, Lélia Gonzalez conviveu entre referências clássicas e o linguajar popular, tidas sempre como leituras ao qual ela alçou de pretuguês⁵, oriundo por sua vez, da comunicação e dos conhecimentos, essencialmente, produzidos por mulheres trabalhadoras em suas práticas cotidianas, numa combinação organizada para gerar polifonia, possibilitando a escuta de múltiplas vozes em diálogos.

Mais uma vez, retomamos as contribuições de hooks (2019b, p. 21) quando ela pondera que “muitas leitoras e leitores ainda precisam que aquelas de nós, que há décadas tem trabalhado por transformações feministas, assentem os alicerces”. Em outro trecho, no livro “Ensinando o pensamento crítico – Sabedoria prática”, a autora expande essa premissa: “contar histórias é uma das maneiras que temos para começar o processo de construção de comunidade, dentro ou fora da sala de aula. Podemos partilhar tanto os fatos verídicos quanto histórias fictícias que nos ajudem a compreender umas às outras” (hooks, 2020, p. 89).

Romances e escrita confessional podem e devem aumentar nossa compreensão de como indivíduos refletem criticamente sobre gênero, de como desenvolvemos estratégias para enfrentar o machismo, para mudar vidas; mas não podem e não devem tomar o lugar da teoria. E, sobretudo, não podem servir aos interesses do movimento feminista o apoio de pesquisadoras feministas a essa separação desnecessária e perigosa entre trabalho “teórico” e aquele trabalho mais no empírico (hooks, 2019b, p. 93).

Dessa maneira, para Teoria Feminista, toda escrita de mulheres é uma escrita feminista, já que parte de uma engrenagem de opressão operada pelo gênero. Todavia, essa engrenagem é fortalecida quando adicionadas ao gênero oprimido, as opressões por raça, classe, sexualidade, idade, maternidade, capacitismo, entre outras. Todas essas engrenagens afetam e afastam as mulheres tanto do cotidiano da escrita, quanto da leitura. E quando elas fazem, quase sempre o fazem sob uma simetria masculina.

⁵ Língua que resulta da interação da cultura negra na sociedade brasileira. É a ampliação e modificação de signos linguísticos, ou sentidos dados à valores, objetos, etc. transformando por sua vez a linguagem e/ou a forma da comunicação (GONZALEZ, 2020).

A proposta da Teoria Feminista associada a uma ideia de mulheres como máquina de guerra é pensar e propor uma literatura insurgente, ou seja, ler mulheres, escrever como mulheres, escrever sobre mulheres. Frisando sempre que esses são processos mais difíceis e mais dolorosos para as mulheres, não somente porque operam sobre elas essas engrenagens de opressões, mas porque inauguram uma escrita mais subjetiva, pontual e coletiva ao mesmo tempo (sempre em trânsito), além de encarar as possibilidades de rejeições do mundo sob a ótica hegemônica do homem.

No Brasil, Conceição Evaristo (2006) vai nominar esses processos de “Escrevivências”, que diz sobre a escrita de um corpo, de uma experiência, de uma condição de ser mulher negra no Brasil que por sua vez, possui uma sociedade engendrada pelo preconceito e pelo racismo. É a teoria, a literatura, as escritas atravessadas pelas vivências – é a vida que se escreve na vivência de cada pessoa, assim como cada um escreve o mundo que enfrenta. A escrevivência traduz a complexidade humana e os sentimentos profundos enfrentados cotidianos e concomitante ao desamparo, a fome, a miséria e certamente a misoginia e o racismo brasileiro.

A Teoria Feminista nos confronta e nos desafia a pensar escritas que sejam sedutoras para mulheres, mas também para homens, criança, ou seja, para que a sociedade se acostume com mulheres lendo e escrevendo. Virginia Woolf (2014) no livro “Ensaio Escolhido”, estritamente no ensaio “Como se deve ler um livro?” entende a escrita também como arte, e que apesar de ser uma arte, não facilita o processo de leitura. Para Woolf, ler é um processo lento e mais complicado do que o processo de ver, pois além de descrever é preciso criar um sistema de comunicação que possibilite às pessoas que irão ler, a possibilidade de enxergar com a escrita.

Por fim, mulheres são máquinas de guerra nestes tempos! E o aparato para guerrear são oriundos das possibilidades mais dubitáveis. Da presença na construção de teorias mais próximas das realidades das mulheres. Da maternidade enquanto espaço que produz futuro e também solidão. E da escrita, seja ela literária clássica ou de uma literatura insurgente que esteja atravessada pela constância que pulsa nas engrenagens de opressões que fazem das mulheres, guerreiras, posto que vivem em guerra perene.

Por escrito, algumas considerações

Máquina de guerra é um modo de designar a resistência primitiva para não se deixar capturar pelo Estado e todos os seus códigos sociais. É na resistência da máquina de guerra que se criam formas de sobrevivências a um modo institucional de conduzir a vida. Dessa maneira, mulheres têm recriado e reinventado formas de

existências para além daquelas condicionadas ou permitidas, mesmo nos tempos atuais, onde a maternidade é posta como condição de ser ou não uma mulher perante a sociedade.

O que significa escrever-dizer as coisas no papel? Para os homens a possibilidade de se tornarem escritores. Para as mulheres significa a possibilidade de se tornarem escritoras, antes, porém, precisam enfrentar o medo de se expor, manifestar. Lutar no campo da linguagem para ler a si mesmo como indaga hooks (2019b) e isso vem para reunir, reconciliar, renovar nossas existências. Muito parecido com o que propõe aqui no Brasil, Conceição Evaristo, que nos seus escritos nos lembra que precisamos com coragem, confrontar o poder e, isso continua a ser uma agenda vital para todas as mulheres.

Evaristo e hooks insistem no fato de que “a linguagem é também um lugar de luta”.

Tudo que experimentamos enquanto mulheres, seja a maternidade, a institucionalidade, os lócus de trabalho, inclusive aqueles considerados em evolução, ou em trânsito, como a academia, as universidades, todos eles ignoram as mulheres, tanto nas engrenagens de opressões que engessam suas caminhadas, quanto na potência de suas subjetividades. Esses escritos também tiveram o objetivo de propor uma universidade que se permita ao afeto, de deixar de ser, através da tomada de decisão de cada um/a, essa máquina de moer pessoas.

Por fim, conclama-se que a Teoria Feminista faça diferente, que seja visionária, que esteja articulada com formas mais acessíveis de escrita e leitura. Que seja efetiva e acessível. Ou como nos sensibiliza Gloria Castro Azevedo, a partir da literatura, mas também da escrita de mulheres, das possibilidades de mulheres se enxergarem como leitoras, escritoras e feitoras de suas trajetórias, haverá sempre uma aprendizagem mais contundente. Nestes tempos pandêmicos, difíceis para quase toda a sociedade, as mulheres podem ensinar e “aprender a lidar com a fragilidade da vida humana e transitoriedade de quem somos”.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Maria da Glória Castro Azevedo. **Mesa 5 – Desafios da Epistemologia, Literatura e Feminismo em contextos de truculência.** In: Canal OUTRAS Observatório Feminista da UFT (YouTube), 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=u5VfDslXyvI&t=5946s> acessado em: 07 de junho de 2021.

BRASÍLIO, Liza Aparecida. **Maternidade em tempos de pandemia**. In: Canal OUTRAS Observatório Feminista da UFT (YouTube), 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=uyFb2hbK8Lg&t=7873s> acessado em: 05 de junho de 2021.

CORREIA, Maria de Jesus. **Sobre a maternidade**. Revista Análise Psicológica, n.3 (XVI), 1998.

COSTA, Dhemersson Warly Santos. **A literatura de Caio Fernando Abreu como máquina de guerra**. In: Dossiê Todas formas de amor - o afeto e a criação literária. Revista Scriptorium v. 4, n. 1, p. 73-85, jan.-jun. Porto Alegre, 2018.

Cunha, Carlos Fernando Carrer da. **Gilles Deleuze e o Pensamento Nômade: A Máquina De Guerra Primitiva**. In: Anais da VIII Semana de Orientação Filosófica e Acadêmica. São Paulo: Blucher, 2014.

DELEUZE, Gilles. GUATTARI, Félix. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia**. Rio de Janeiro: Editora 34, 2013.

EVARISTO, Conceição. **Becos da Memória**. Belo Horizonte: Mazza, 2006.

FEDERICI, Silvia. **O Ponto Zero da Revolução: Trabalho doméstico, reprodução e luta**. Tradução de Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2019.

GONZALEZ, Lélia. **Por um Feminismo Afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos**. Organização Flávia Rios, Márcia Lima. 1ª ed. – Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

hooks, bell. **Teoria Feminista: Da margem ao centro**. Tradução Rainer Patriota. São Paulo: Elefante, 2019.

hooks, bell. **Erguer a Voz: Pensar como Feminista, pensar como Negra**. Tradução Cátia Bocaiuva Maringolo. São Paulo: Perspectiva, 2019b.

hooks, bell. **Ensinando o Pensamento Crítico: Sabedoria Prática**. Tradução Bhuvi Libanio. São Paulo: Elefante, 2020.

MEYER, Dagmar E. Estermann. **A politização contemporânea da Maternidade: Construindo um argumento.** Revista Gênero. v. 6, n. 1, 2. sem. Niterói, 2005.

MOREIRAS, Ligia. **Agora que enxergaram a precariedade da vida das mães, pretendem fazer o quê a respeito?** In: Cientista que virou mãe, 2021. Disponível em: https://cientistaqueviroumae.com.br/precariedade_da_vida_das_maes/ Acesso 20 de junho de 2021.

NASCIMENTO, Maria Beatriz. **Beatriz Nascimento, Quilombola e Intelectual: Possibilidade nos dias da destruição.** Organização Diáspora Africana. 1ª ed. - Editora Filhos da África, 2018.

OLIVEIRA, Juliete. **Maternidade em tempos de pandemia.** In: Canal OUTRAS Observatório Feminista da UFT (YouTube), 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=uyFb2hbK8Lg&t=7873s> acessado em: 05 de junho de 2021.

ROSA, Ana Cleia Ferreira. **Maternidade em tempos de pandemia.** In: Canal OUTRAS Observatório Feminista da UFT (YouTube), 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=uyFb2hbK8Lg&t=7873s> acessado em: 05 de junho de 2021.

SANTOS, Milton. **O Dinheiro e o Território.** Revista GEOgraphia – Ano. 1 – No 1 – 1999.

TEDESCHI, Losandro Antonio. **Os desafios a Escrita Feminina na História das Mulheres.** Revista Raído, Dourados, MS, v.10, n.21, jan./jun. UFGD, 2016. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/Raido/article/view/5217> Acesso 29 de maio 2021.

WOOLF, Virgínia. **Ensaaios Escolhidos.** Tradução Ana Maria Chaves. 1ª edição. Lisboa: Relógio D'água, 2014.

ESCRITAS DE RESISTÊNCIA: O EROTISMO DE AUTORIA FEMININA ENTRE A CASA E A RUA

Luciana Borges

“Escrever poesia erótica é tatuar sobre as cicatrizes que o colonizador imprimiu sobre os corpos das mulheres negras.” (Cristiane Sobral)⁶

*Por que sou levada a escrever?
Porque a escrita me salva da complacência que me amedronta.
(Glória Anzaldúa)*

Antessala [ou] Pressupostos sobre a escrita feminina

Metáforas da casa são bastante frequentes quando o assunto envolve escrita de mulheres. Uma antessala ou vestíbulo, em certa arquitetura de casas, é justamente um lugar de transição: entre a rua e a casa propriamente dita, entre a apresentação social e a intimidade das famílias, entre o público e privado. Ainda que seja apenas um pequeno *hall* de circulação, esse lugar, de fato, é um entrelugar, é onde se decide se algo ou alguém entra ou deve permanecer externo, e vice-versa. De algum modo, a escrita de mulheres, pelo legado do lugar social a elas atribuído pelo patriarcado, ocupou também um entrelugar: *a priori*, não deveria existir, se existisse, deveria pesar-se muito bem a pertinência em atravessar o “vestíbulo” em direção à rua. A rua, nesse caso, é todo o campo literário, constituído por uma série de elementos que garantem que a literatura exista como tal: grupo de pares, grupo de leitores e leitoras, mercado editorial, crítica especializada. Em um momento em nos vemos obrigadas a uma permanência compulsória em casa, por motivos do distanciamento social exigido pela pandemia causada pelo coronavírus (*Sars-Cov-19*), é bastante propício revistar essa imagem recorrente, suas associações com a escrita de mulheres, com o lugar das mulheres no mundo e com o lugar do erótico na vida das mulheres.

⁶ Fala proferida em conferência no evento V Colóquio Internacional de Literatura e Gênero / II Colóquio Nacional de Imprensa Feminina, no dia 03 de outubro de 2020, na Universidade Estadual do Piauí – UESPI.

Não é por acaso que os primeiros escritos de mulheres são, em sua maioria, diarísticos, epistolares, confissões de alcova, dramas afetivos da conjugalidade e da vida amorosa. Permaneceu a escrita feminina durante muito tempo reduzida a esses aspectos do “dentro de casa”, como ademais, toda existência das mulheres. Não é por acaso também que Virgínia Woolf, no célebre ensaio *Um teto todo seu*, escrito em 1928, elabora a potente imagem de “um gato sem rabo”, usado ao longo do ensaio para indicar o não-lugar, ou o lugar de estranhamento, das mulheres na tradição literária. O adjetivo “feminino”, sendo usado de modo tão derogatório, leva algumas mulheres, ao escrever, não desejarem ser associadas a ele, pela redução que pode significar e todos os estigmas que pode acionar. Maria Colasanti, no ensaio *Porque nos perguntam se existimos* (1994) questiona essa desconfiança, que coloca em dúvida perene a capacidade de escrita criativa e de formulação intelectual de pensamento via escrita. A produção de mulheres é alvo de constantes questionamentos que buscam, perversamente, colocar sempre em dúvida sua existência, ao cobrar um esforço, por parte da crítica, em relação a definir a chamada autoria de mulheres.

Em um estudo anterior, observei que, nesse processo todo de tentar responder “como e por que as mulheres escrevem”, pergunta que usualmente não é feita aos homens, aos quais não se exige que definam o que seria uma “literatura masculina”, a escolha terminológica para a identificação dos escritos de mulheres tenta evitar as armadilhas das denominações, mas corre o risco de cair em outras, de modo que

a adoção do termo “literatura de autoria feminina”, em substituição ao anterior “literatura feminina”, ocorre como tentativa de fugir às essencializações às quais o termo feminino poderia vir associado. Contudo, isso não é uma garantia de que a desconfiança, à qual Colasanti se refere, venha a desaparecer. Se há traços de repetição em temas, formatos e tons, seria lícito afirmar que estes ocorrem não porque são produto exclusivo da diferença sexual, mas porque, como investidura cultural, acabam por constituir um universo reconhecido como feminino, em contraposição ao masculino (BORGES, 2013, p. 28).

Todas essas pressões sobre a escrita de mulheres e seus supostos atributos é parte de um intrincado sistema de investidura de gênero, no qual as mulheres se ligam à reprodução e não à produção, conforme argumenta também Elizabeth Grosz, no artigo *Corpos reconfigurados* (2000), em que demonstra como a tradição filosófica cartesiana, aliada aos pressupostos do cristianismo, relegou às mulheres ao lugar do cor-

po e não do intelecto. Tal redução ao útero e suas funções, como determinantes do comportamento, temperamento e (in)capacidades femininas, tem repercussão ainda nos tempos contemporâneos, nos quais as estruturas patriarcais já não funcionam da mesma maneira, mas permanecem como arcabouço simbólico e estrutura mental da sociedade, no *modus operandi* em relação às mulheres e seu lugar social de subalteridade ao masculino.

Essas reflexões iniciais, como um vestíbulo do presente texto, são também para indicar que violências físicas ou simbólicas, restrições várias e limitações que atingem as mulheres de modo cotidiano também se aplicam ao campo da linguagem, uma vez que nesse amplo leque de investidas de gênero, a linguagem jamais será um campo neutro, muito pelo contrário. O sequestro da linguagem tem sido um dos meios mais eficazes de silenciamento amplo de mulheres, não obstante, ao considerar as opressões sofridas, alguns segmentos de mulheres são atingidas por mais de uma, como é o caso das mulheres negras, periféricas, com deficiência física ou intelectual, a quem a linguagem é mais sequestrada ainda. A tríplice opressão relativa às mulheres negras – gênero, raça, classe - observada por intelectuais feministas negras para reivindicar a diferença em relação a um feminismo que se pautou, em um primeiro momento, apenas na questão do gênero, nos mostra que, para essa população em específico, sempre houve um contexto de truculência, iniciado no período colonial e nunca interrompido. Ou dito de outra forma, para a população feminina do mundo e para a população feminina negra do Brasil em específico, o contexto sempre foi de truculência e autoritarismo. A violência das atuais políticas governamentais e a violência pandêmica apenas catalisam as exclusões históricas preexistentes, sendo que o confinamento à casa e as sobretarefas resultantes materializam o imaginário social sobre as mulheres. A sobrecarga de cuidado mais uma vez afasta as mulheres da vida intelectual e já existem estatísticas sobre a queda da produtividade científica⁷. Por outro lado, o ambiente pandêmico também reenvia a novas articulações, resultando na produção literária e intelectual do “tempo da pandemia”, como extensa crônica das tragédias múltiplas que se abatem sobre nós. Nesse tempo, é mais do que nunca preciso recuperar a palavra como potência de vida, como modo de elaborar o real: por meio do pensamento que se gesta intelectualmente, por meio da ficção e da poesia, por meio da elaboração estética constante do existir, como modo de sobrevivência.

⁷ Ver, por exemplo, matéria da CNN Brasil: <https://www.cnnbrasil.com.br/saude/2020/05/27/pandemia-acentua-disparidade-de-genero-no-mundo-cientifico>.

Em específico em relação à escrita do erotismo, foco mais direto do presente texto, a vida erótica, que pode ser considerada por alguns como supérflua ou desrespeitosa frente a tanta pulsão de morte, tanta tristeza e luto, é justamente sua contraparte necessária de vida. O filósofo Georges Bataille, em seu ensaio *O erotismo*, salienta especificamente que seres humanos são os únicos que transformaram sua vida sexual em vida erótica. Ao afirmar que o erotismo “é a aprovação da vida até na morte” (BATAILLE, 2013, p. 35), o autor reafirma a necessidade de que a experiência erótica seja vista como uma experiência interior, de dimensão existencial, e não apenas física, sexual (do ponto de vista das cópulas reprodutivas ou da ênfase pornográfica dada pelo mercado de produção nas culturas de massa). Como experiência existencial, o erotismo se associa a uma dimensão profundamente humana, como diferencial da constituição dos afetos e das relações entre indivíduos.

No caso das mulheres, a percepção do erotismo sempre esteve carregada de todas as restrições que as investidas de gênero circunscrevem a sua sexualidade, e às relações com o homem sendo seu Outro, como bem analisa Simone de Beauvoir (2002), nas reflexões de *O segundo sexo*. O lugar não essencial das mulheres tem consequências atroz na vida erótica uma vez que terão mais restrições para realizá-la como uma experiência existencial, ocupando o lugar de objeto do desejo do sujeito masculino. Nem é preciso pensar muito para perceber que a enunciação do erotismo, por qualquer via de linguagem, será altamente prejudicada ou mesmo silenciada por esses mesmos processos. Retirar o erótico desse lugar de silenciamento ou de domesticação – literal e simbólica, tendo em vista as nuances de sentido que essa palavra pode adquirir – é sempre parte de um esforço de ruptura. E são essas rupturas – comportamentais, linguísticas, textuais, estéticas – e esse movimento de saída do vestíbulo em direção à rua, que o presente texto se dispõe, de modo breve e sempre parcial dado à amplitude da temática, a abordar.

Trânsito [ou] A rua como destino e a escrita de mulheres como subversão

Metáforas da casa em contraposição à rua são bastante frequentes quando o assunto envolve escrita erótica de mulheres. Mais especificamente, poderíamos dizer até que, não apenas em relação à escrita, mas em relação à própria noção do que significa ser mulher, a associação com os espaços do lar (as ações desempenhadas na domesticidade, a própria noção de feminilidade como acolhedora e indicadora de pertença à coletividade), comparece como analogia do feminino “essencial” e as metáforas da rua comparecem para evidenciar a negação desse feminino.

Escrever, como ato de registrar acontecimentos ou conhecimentos, veicular informações, explicitar argumentos, pensar a si mesma ou preservar a memória, usualmente se associa a uma tipo de atividade não restrita ou privada, uma vez que a escrita pressupõe a leitura e o acesso ao texto por outrem. Escrever, ainda que uma atividade executada privadamente, é uma atividade “da rua”. Desse modo, a escrita como materialização da linguagem, é um modo de fazer circular falas e discursos em contextos mais amplos, diversificando a recepção e o acesso aos saberes circulantes, sejam eles informativos, como notícias, ou reflexivos, como produção teórica, filosófica ou literária. Escrever é dominar um tipo específico de poder. Ou, para expressar de outra maneira, escrever é se apropriar de saberes muito caros às dinâmicas de poder nas sociedades letradas.

Na dialética entre público e privado, na qual as mulheres, ainda que não desejem se veem envolvidas, o modo como as investidas do gênero são estabelecidas e por meio do mito da maternidade, observa-se a permanente luta contra a redução ao estereótipo da “rainha do lar”. Tal estereótipo, fundado nas armadilhas patriarcais que apresentam como positivo um papel que resulta em aprisionante amarra social, constitui grande parte da compreensão das funções femininas na coletividade, de modo que, ao resumir o espaço das mulheres à casa, não interpretam esse espaço como sua propriedade, mas como um lugar em que esta deve se resguardar e se dedicar à família. Paradoxalmente, ainda que ligadas à casa, as mulheres não são associadas à autonomia e poder atribuídos ao patriarca, de modo que seu suposto “poder” se conjuga aos aspectos subjetivos e emocionais e às tarefas de cuidado afetivo, sempre vistas como menores em relação às funções de cuidado material e sobrevivência financeira, garantidas pelo homem⁸.

Relegadas à vida na casa que, no entanto, não é sua; protegidas ou aprisionadas pelo espaço que lhes destina a coletividade, sufocadas pelas artimanhas do controle em nome do amor familiar e tantas vezes com acesso impedido à formação intelectual, sobre o que as mulheres escreveriam? Esse questionamento frequentemente resultou na desvalorização dos escritos de mulheres, associados a temas e preocupações restritos, de importância menor. Percebendo o paradoxo de “pertencer à casa”, mas “não ter a casa” para si, sendo obrigada a uma existência em torno de demandas

⁸ É interessante notar que, mesmo nas sociedades contemporâneas, em que a atuação profissional externa das mulheres já se faz consolidada, a noção de cuidado é atribuída ao feminino e as recentes modificações na rotina das famílias, introduzidas pela pandemia causada pelo coronavírus, demonstram como essa realidade pouco se alterou, como a sobrecarga das mulheres em meio às demandas resultantes da pandemia.

alheias e externas a projetos próprios (frequentemente sequer cogitados), a escritora inglesa Virgínia Woolf elabora as reflexões que constam no ensaio já mencionado⁹. No desenvolvimento de seus argumentos, a autora formula, de modo aforístico, as condições para que uma mulher escreva: “uma mulher precisa ter dinheiro e um teto todo seu, um espaço próprio, se quiser escrever ficção; e isso, como vocês verão, deixa sem solução o grande problema da verdadeira natureza da mulher e da verdadeira natureza da ficção” (WOOLF, 2014, p. 10).

Com essa afirmação, a autora denunciava a repercussão que a ausente autonomia, aliada à dependência financeira e impedimento à propriedade, causava à produção de mulheres. Por outro lado, as condições que Virgínia Woolf observaria ser necessárias para as mulheres se dedicarem à atividade intelectual, no entanto, para alguns grupos de mulheres, submetidas a opressões a mais que a de gênero pela sua origem socioeconômica ou étnica jamais chegariam. Esperar por essas condições seria o mesmo que assinar uma sentença de impossibilidade eterna. Nesse sentido, intelectuais oriundas de regiões periféricas do globo, como Gloria Anzaldúa, vão exortar as mulheres subalternizadas a escrever, independentemente das condições. É assim que, em contraposição às condições ideais elaboradas pela escritora inglesa, cuja posição social permitiria a estruturação material de sua existência como intelectual, que Anzaldúa endereça uma carta às escritoras do chamado terceiro mundo:

Esqueça o quarto só para si – escreva na cozinha, tranque-se no banheiro. Escreva no ônibus ou na fila da previdência social, no trabalho ou durante as refeições, entre o dormir e o acordar. Eu escrevo sentada no vaso. Não se demore na máquina de escrever, exceto se você for saudável ou tiver um patrocinador – você pode mesmo nem possuir uma máquina de escrever. Enquanto lava o chão, ou as roupas, escute as palavras ecoando em seu corpo. Quando estiver deprimida, brava, machucada, quando for possuída por compaixão e amor. Quando não tiver outra saída senão escrever (ANZALDÚA, 2000, p. 233)

⁹ Não é demais lembrar também que uma das atividades impedidas às mulheres e que aparece como desejo na escrita de Virgínia Woolf é justamente o “flanar” pela cidade, esse modo de fruir o ambiente urbano sem muito objetivo além de percorrer as ruas com liberdade. Como mulher, a ela era restrito passear livremente por Londres, à época já um grande centro urbano. Virgínia mostra fascinação por esse modo de vida na cidade, mas, em nome da sua boa saúde determinada pelo patriarcalismo, é confinada em um subúrbio, para descansar.

Não esperar as condições. Escrever como uma afronta ao sistema que restringe as mulheres ao trabalho subalterno e às funções reprodutivas. Anzaldúa propõe a reconfiguração do trabalho doméstico como concomitante ao trabalho de produção intelectual. Essa escrita de intervalos seria a garantia de que o tempo da escrita estaria circunscrito pela inserção da atividade intelectual na economia do corpo feminino. Ao mesmo tempo, a escrita é um modo de se salvar das limitações da vida cotidiana, da pressão estética, dos estados depressivos. A escrita é uma elaboração de si. Nesse sentido, no contexto patriarcal e misógino, qualquer escrita é subversiva se feita por mulheres, uma vez que nesse contexto, o solapamento de si e o estabelecimento como o Outro do homem são, usualmente, o modo de ser do feminino. Esse “achar um tempo para escrever”, do qual fala Anzaldúa, constitui uma afronta ao sistema patriarcal, que sempre se apropria do tempo das mulheres de modo voraz, ancorado em uma perversa política de afetos.

No presente texto, interessa-nos um tipo específico de resistência e transgressão pela escrita: o erotismo. A escrita do erótico é perpassada por questões de natureza bastante complexa pois envolve o modo como a sociedade lida com os aspectos da sexualidade feminina. Para Jean Franco (2005), na cultura ocidental a sexualidade masculina se constrói como motivo de honra e orgulho público, devendo ser provada por meios explícitos que comprovem a masculinidade do indivíduo. No entanto, a feminilidade se constrói pelo confinamento da sexualidade feminina, cujo exercício se transfere para uma esfera privada, sendo sempre propriedade de outrem: de um – para as mulheres consideradas moralmente dignas – ou de muitos – no caso das prostitutas que, por pertencerem a muitos, não pertencem a ninguém.

Desse modo, à escrita do erotismo pressupõe-se uma própria atuação mais liberta em relação à vida sexual e erótica, uma vez que a explicitude da escrita permite pensar o uso das chamadas zonas selvagens da linguagem, da qual nos fala Elaine Showalter (1994), aqueles campos linguísticos interditados às mulheres justamente porque as amarras do gênero interceptam seu uso. Uso corporal e uso linguístico se relacionam, portanto, em uma relação de contiguidade, pois é a própria repressão ou apropriação da sexualidade feminina que torna a escrita do erótico transgressora.

As questões que nos devem mover são, portanto, relacionadas a esses aspectos mais gerais da atividade escrita: como se cruzam erotismo e gênero? Como se cruzam erotismo e racialização do corpo feminino? A menção a textos pontuais, os quais vão aparecer como indícios, são esse fio de Ariadne a nos conduzir no labirinto, no entanto, não serão analisados de um ponto de vista autoral, dadas as dimensões e propósitos do texto. Apesar de bastante recuado no tempo e de não ser propriamente literário, o trecho da Carta de Olavo Bilac à sua então noiva Amélia de Oliveira, es-

crita em 7 de fevereiro de 1888 e publicada no livro vida e poesia de Olavo Bilac, de Fernando Jorge, transcrito abaixo, será tomado como gatilho para algumas questões:

Minha Amélia [...] Antes de tudo, quero dizer-te que te amo, agora mais do que nunca, que não me saís um minuto do pensamento, que és a minha preocupação eterna, que vivo louco de saudade, amaldiçoando esta horrível dependência que me obriga a estar tão longe de ti. [...] Não me agradou ver um soneto teu no Almanaque da Gazeta de Notícias deste ano, não foi o fato de vir em um almanaque o soneto que me desagradou: *desagradou-me a sua publicação*. Previ logo que andava naquilo o dedo do Bernardo ou do Alberto. Tu, criteriosa como és, não o farias por tua própria vontade. Folguei muito, depois, vendo a minha previsão confirmada por D. Adelaide. Devo confessar que fui eu o primeiro a insistir contigo para que publicasses versos. Cheguei mesmo a dar alguns aqui, no Mercantil. *Fiz mal. Arrependo-me. Há de concordar comigo.*

Há uma frase de Ramalho Ortigão, que é uma das maiores verdades que tenho lido: – “*O primeiro dever de uma mulher honesta é não ser conhecida*”. – Não é uma grande verdade? Reflete bem sobre isso: há em Portugal e Brasil cem ou mais mulheres que escrevem. Não há nenhuma delas de quem não se fale mal, com ou sem razão. Além disso, quem publica alguma coisa, fica sujeito à discussão, cai no domínio da crítica. *E imagina que mágoa a minha, que desespero o meu, se algum dia um miserável qualquer ousasse discutir o teu nome!* [...] Ainda há bem pouco tempo, aqui em S. Paulo, um padre, escrevendo sobre Julia Lopes, insultou-a publicamente. Eu nada tinha com isso. Mas tratava-se de uma senhora e da mulher de um amigo meu: tive vontade de esmurrar o padre. E sem razão. Sem razão, porque uma senhora, desde que se faz escritora, tem de se sujeitar ao juízo de todos. Não quer isto dizer que não faças versos, pelo contrário. Quero que os faças, muitos, para os teus irmãos, para as tuas amigas, e principalmente para mim, – mas nunca para o público, porque o público envenena e mancha tudo o que lhe cai sob os olhos [...] Teu noivo, Olavo Bilac. (BILAC, *apud* FAEDRICH, 2018, p. 166, grifos da autora).

Chama bastante a atenção, nesse trecho, o controle mascarado em afeto e preocupação, armas típicas do patriarcado para o confinamento das mulheres ao lar e impedimento de circulação em espaços públicos. O que desagrada ao noivo, não é a escrita, mas a *publicação*, ou seja, esse trânsito da casa para a rua, que a impressão do poema de Amélia no jornal havia operado sobre a figura da noiva, tornando-a uma *autora*. Nessa carta, ao dizer com todas as letras, escrever você pode, mas para sua família e para mim, não pode ser para o público, ao mesmo tempo louva-se o apagamento em nome da honra (uma mulher honesta não deve ser conhecida) e a dedicação ao lar, à família e ao futuro marido. Os paradoxos desse “conselho” de Bilac à sua noiva apenas se explicam pelo lugar fixo designado às mulheres, restringidas em sua vida intelectual e literária. O uso de uma outra escritora, Júlia Lopes de Almeida, já bastante conhecida na época, como exemplo negativo, serve para corroborar os argumentos morais para a não divulgação de seus escritos. O resultado dessa carta, é que Amélia não voltará a publicar, constituindo-se como uma “escritora interrompida”, nos dizeres de Anna Faedrich (2018). Tornar-se pública é tornar-se indefensável, uma vez que ao publicizar seus escritos, Amélia não poderia se defender de qualquer eventual difamação ou detração. A publicização de um texto escrito por uma mulher torna automaticamente essa *mulher pública*, torna seu corpo tão público como o das prostitutas, indignas de respeito social.

Já no século XX, a escritora Márcia Denser, autora cuja ficção erótica, pioneira na década de 1980 é das mais representativas no campo literário brasileiro, apresenta uma reflexão sobre a atividade de escrita como deslocamento desse lugar que o patriarcalismo reserva às mulheres:

A escritora transgride a separação tácita existente entre esfera pública e privada, transformando-se ela própria, *a mulher que publica, em “mulher pública”*, quer dizer, a prostituta, que é a mulher pública por excelência; historicamente, qualquer mulher que ousasse agir em público, arriscava-se a ser identificada como tal. (DENSER, 2015, p. 205, grifos meus).

Conforme já dissemos anteriormente, escrever é lançar mão de um tipo de poder. Escrever o erótico é elevar essa manufatura do poder um grau acima. Como atividade de pensamento, a escrita representa uma complexidade simbolicamente solapada às mulheres, perenemente infantilizadas pelo patriarcado. Como diria Nélida Piñon, “pensar é um dos atos mais eróticos na vida de uma pessoa” (PIÑON,

2001, n.p). No caso das mulheres, a escrita do erotismo é tensionada por questões de gênero: o cruzamento entre projetos de escrita sobre temas sexuais na literatura e as expectativas de gênero em relação ao feminino, a linguagem, a escolha de assuntos e soluções narrativas, classe social das personagens, raça e momento da produção do texto compõem aspectos relevantes em termos das rupturas e permanências. Emerge, portanto, uma escrita potente na reconfiguração do campo da autoria erótica em suas diversas nuances, pois a preocupação manifesta em construir um projeto literário consciente dos riscos, das perdas e ganhos, torna-se, por vezes, parte da própria escrita.

Os “usos do corpo” que são afetados nessa representação e o entrecruzamento com os usos da linguagem e usos sexuais mais livres são parte de uma transgressão de gênero. Eros, como potência de vida, potência criadora, é também potência intelectual e poética que move as mulheres na estrutura repressora do patriarcado. Conforme Márcia Denser anuncia na apresentação da coletânea de contos *Muito prazer*, publicada em 1982, escrever o erótico é parte de uma tomada de voz, uma voz de desejo e prazer para si, e não o eco do prazer do Outro:

A ideia de organizar uma seleta de textos eróticos femininos é antiga. Desde 1976, eu já havia conversado com alguns amigos sobre a proposta: reunir, num livro, o que estava sendo feito, em termos de literatura erótica, pelas escritoras brasileiras, uma vez que, até pouco tempo, o tema sexo parecia ser exclusividade masculina. Todavia, a mulher tem possui sua própria maneira de sentir o sexo. E transmiti-la. (DENSER, 1982, p. 5. Grifos no original).

Clarice Lispector também manifesta essa consciência dos riscos na Apresentação de *A via crucis do corpo*, livro de temática sexual, não exatamente erótica, publicado em 1977, como parte de um desafio de coragem em relação à escrita ao público leitor de sua já consagrada obra:

Vão me jogar pedras. Pouco importa. Não sou de brincadeiras, sou mulher séria. Além do mais tratava-se de um desafio. Hoje é dia 12 de maio, Dia das Mães. Não fazia sentido escrever nesse dia histórias que eu não queria que meus filhos lessem porque eu teria vergonha. Então disse ao editor: só publico sob pseudônimo. Até já tinha escolhido um nome bastante simpático: Cláudio Lemos. Mas

ele não aceitou. Disse que eu devia ter liberdade para escrever o que quisesse. Sucumbi. Que podia fazer? senão ser a vítima de mim mesma. Só peço a Deus que ninguém me encomende mais nada. Porque, ao que parece, sou capaz de revoltadamente obedecer, eu a inliberta. (LISPECTOR, 2020, p. 09-10).

Escolher um pseudônimo para se esconder: esse o primeiro movimento de Clarice. Um nome de homem, para se livrar dos certos ataques. A obediência, nesse caso, é seu paradoxo: a liberdade de poder expor seu nome na capa. A relação entre o “nome na capa” e a recepção de textos eróticos ou de temática sexual é também algo que não pode ser negligenciado quando o assunto é autoria do erotismo. A autoria masculina e a naturalidade com que homens lidam com a expressão pública da sua sexualidade (como já mencionamos com as reflexões anteriores de Jean Franco) faz com que textos masculinos circulem melhor e sejam mais bem aceitos até mesmo pelo mercado editorial. Hilda Hilst, autora da chamada *Trilogia Obscena*, um conjunto de textos ficcionais escritos a partir da década de 1990, manifesta essa aguda percepção de um texto escrito por mulher se publiciza de modo diverso. Nos textos da Trilogia, deliberadamente, a autora buscou ironizar o campo literário brasileiro e suas preferências canônicas:

Será que o silêncio em torno do meu nome se deve ao fato de eu ser mulher, eu me pergunto. Porque não vejo nenhuma mulher escrevendo como eu por aqui. Salvo engano meu. Será que ainda persiste aquele preconceito de que ‘ela escreve como homem’? É, deve ser isto, porque me lembro da jornalista e escritora Heloneida Studart, que é inteligentíssima, dizer que se meu trabalho tivesse sido escrito por um homem já estaria conhecido vastamente (Hilda Hilst, em entrevista a Leo Gilson RIBEIRO, 1989).

Apagamento e invisibilização constituem tônicas do modo como a história da literatura lida com a escrita de mulheres, como reflexo dos modos de organização social em torno das performances de gênero esperadas. Estabelecer um modo único de escrita, que seria esperada quando o nome na capa é um nome de mulher, é outra faceta dessa mesma neutralização. Estabelece-se, portanto, uma armadilha: ao reivindicar a diferença, as mulheres correm o risco de ancorar-se na essencialização

biológica, uma hipótese de escrita com o corpo, que resulta em novas exclusões da esfera intelectual e criativa. A solução é pensar, com Elaine Showalter (1994), por exemplo, que mais do que demarcar uma escrita específica de mulheres, é urgente garantir o acesso a todas as potencialidades da linguagem, de modo que a diferença advenha das experiências e vivências de uma investidura de gênero mais crítica, e não naturalizada. Ria Lemaire (1994), nessa mesma linha, aponta ser necessário revisar a história da literatura ocidental para que textos considerados não canônicos, como os escritos por mulheres, sejam, não apenas resgatados do ostracismo, mas sirvam de baliza para um alargamento e mudança de parâmetros desse mesmo cânone, tradicionalmente masculino, branco, épico, heroico-patriarcal.

Nesse ponto, chegamos à presença/ ausência de escritoras negras no campo do erotismo. Algumas autoras, como Miriam Alves, precursora na construção de um campo literário em torno da autoria de mulheres negras no Brasil, observam que os temas do erotismo foram, inicialmente, deixados em segundo plano. A explicação é que, diante das demandas sociais da população negra, submetida ao racismo sistêmico, e especialmente diante da perpetuação do lugar subalterno das mulheres negras estabelecidos na condição colonial, e diante das lutas urgentes pela voz e pela vida, poetizar e ficcionalizar a vida erótica parecia supérfluo, em um primeiro momento da produção:

Primeiro que literatura, para o movimento negro da época, era uma causa menor. “Enquanto a gente tá lutando pela causa, vocês tão fazendo poesia.” Então a gente já era menor na história. E, dentro disso, o erotismo. Tanto que, no nosso começo, nossas poesias eram poesias de combate. Não é que a gente não faz poesias eróticas e de amor, é que a gente não publica. (Miriam Alves, em entrevista à revista *Geni apud* MENEGATTI, 2015, n.p)

É preciso também pensar que essa produção tardia se relaciona aos modos de inserção da população negra na comunidade letrada e aos modos de representação do corpo, da sexualidade e a afetividade de homens e mulheres negras, historicamente solapados à sua humanidade e ao direito aos afetos recíprocos. Em uma reflexão anterior que fizemos sobre as poéticas negras na literatura brasileira, observamos que “com pouca ou quase nenhuma chance de expressar a si mesmos, negros e negras foram sempre falados pelo outro, branco, masculino” (BORGES, 2020, p. 96). Esse “ser falado pelo Outro”, gera consequências nas estruturas simbólicas por meio das

quais os corpos negros são representados. A desumanização das mulheres negras, frequentemente submetidas a abusos vários, especialmente sexuais, precisou ser tensionada nesse ambiente de entrada no campo literário, para que se efetivasse uma tomada de voz em relação ao erótico. Essa entrada, que se iniciou com movimentos tímidos e muitas vezes reprimidos dentro do próprio movimento negro, tem aos poucos se consolidado, principalmente com jovens escritoras negras contemporâneas, as quais encaram a empreitada do erótico como parte de uma atuação política e não como uma dispersão das pautas (BORGES, 2020).

Reivindicar o poder do erótico como fonte de autonomia existencial talvez seja o movimento mais importante da autoria negra do erotismo mais recente. Potencial erótico é potencial de vida e potencial de luta. E a luta se faz também com textos colocados “na rua” literária. O direito ao prazer do corpo, ao autocuidado e aos afetos recíprocos é tão importante quanto o direito ao respeito social e a luta antirracista. Até mesmo porque, se pensarmos com Grada Kilomba (2019), veremos que a sexualização excessiva dos corpos negros e sua transformação em objeto sexual é parte das mesmas dinâmicas racistas¹⁰.

Nesse sentido, recuperamos as proposições de Audre Lorde (2020), sobre os usos do erótico como estratégia de resistência, em que a autora localiza o potencial erótico como um tipo de poder:

Para se perpetuar, toda opressão precisa corromper ou deturpar as várias fontes de poder na cultura do oprimido que podem fornecer energia necessária à mudança. No caso das mulheres, isso significou a supressão do erótico como fonte considerável de poder e informação ao longo de nossas vidas (LORDE, 2020, p. 67).

Ao recusar o potencial erótico, seja em nome de uma aceitação pública em torno da moralidade (lembremos do mulheres honestas permanecem desconhecidas, não devem ser, digamos, espalhafatosas ou chamativas, física ou intelectualmente, que já discutimos), seja em nome de uma aproximação com os modos de ser masculinos mais austeros, cria-se uma ambiguidade muito bem ressaltada por Audre Lorde:

¹⁰ Ver, em Grada Kilomba (2019, p. 79 *et passim*), os principais mecanismos de negação da humanidade aos indivíduos negros na colonialidade: *Infantilização*, que determinaria a dependência do senhor; *Primitivização*, a associação à natureza; *Incivilização*: a associação à violência nata; *Animalização*: similaridade aos animais; *Erotização*: sujeição ao apetite sexual incontrolável e violento.

Como mulheres, acabamos desconfiando do poder que emana de nossos conhecimentos mais profundos e irracionais. Temos sido advertidas contra eles durante a vida inteira pelo mundo masculino, que valoriza essa profundidade de sentimento o suficiente para manter as mulheres por perto a fim de empregá-los a serviço dos homens, mas os temem a ponto de não refletirem sobre as possibilidades desses sentimentos para eles mesmos. Então, as mulheres são mantidas numa posição distante/inferior para serem ordenhadas psiquicamente, de maneira bastante parecida com as formigas, que mantêm colônias de pulgões que fornecem uma substância nutritiva para seus líderes (LORDE, 2020, p. 68).

Portanto, o erotismo ou o potencial sexual legitimado pela sociedade patriarcal, seria apenas aquele que serve de nutrição às expectativas do desejo masculino. O desejo publicizado como uma demanda própria, ou mesmo a recuperação do potencial erótico de outras atividades, como o trabalho, o cuidado, a escrita e a produção intelectual são vistos como perniciosos ou como causadores da desonra: “é claro, mulheres tão empoderadas são perigosas. Então, somos ensinadas a dissociar a demanda erótica da maioria das áreas vitais das nossas vidas, com exceção do sexo” (LORDE, 2020, p. 69). Se conectarmos essa proposição de Audre Lorde, sobre trazer a dimensão erótica para todas as atividades cotidianas como modo de revolucionar esse mesmo cotidiano, saindo das repetições estéreis e alienantes, à proposição de Gloria Anzaldúa sobre escrever enquanto se faz todo o restante de “coisas de mulher”, teremos então uma equação indicando que, toda escrita, independentemente de ser sobre tema sexual ou não, é, portanto, erótica. A dimensão erótica da escrita poderia explicar, do ponto de vista simbólico, toda a recusa patriarcal à entrada das mulheres nesse campo, toda a desqualificação e apagamento a que os escritos de mulheres são rotineiramente associados nessa tradição.

Publicizar o privado [ou] breves palavras finais

Explicitar os meandros da autoria feminina do erotismo exigiu que pensássemos, de modo concomitante, o desconfinamento ao lugar de não-produção e o erotismo como questão central e não secundária. Nesse sentido, a escrita como transgressão se estabelece como um ato político (KILOMBA, 2019), em que, na reflexão do presente texto, escrita e gozo de escrita se inter cruzam com a escrita do corpo (e os usos do corpo) para uma busca de expressão menos restritiva. Escrita e linguagem

poética ou ficcional, ao serem recuperadas em seu potencial erótico, forçam os limites impostos pelo gênero às mulheres, posto que elas sempre circulam como um “corpo feminino” e são, frequentemente, reduzidas a tal.

O corpo comparece em sua dimensão erótica na criação literária, de modo que a relação entre erotismo e escrita é tal, que poderíamos afirmar que o corpo que escreve é sempre erótico, em termos da sua potencialidade criadora, produtora e não reprodutora. Por outro lado, as dinâmicas da escrita exigem deslocamentos do local primeiro de domesticidade desse mesmo corpo, não mais confinado à casa, e ao ambiente de apropriação privada (lembramos Bilac, “escreva para mim, jamais para o público”), mas lançado aos espaços mais amplos da circulação de textos, ideias e projetos estéticos.

É complexa a teia em torno da produção que, para existir, precisa tensionar a relação entre público e privado, entre dentro e fora, entre mostrável e não-mostrável. A centralidade da discussão nos aponta que, na lógica da sexualidade em ambiente ocidental, gozar é poder. Gozar pela escrita, também é um poder, além de um saber. Como rompimento da histórica restrição às mulheres, os símbolos em torno da escrita e da publicação resultam que escrever e publicar é ser “pública” e de certo modo ser, então, um pouco “puta”. Lembremos que o sentido da obscenidade está, *a priori*, etimologicamente ligado ao que deve/ não deve ser publicizado (do Lat. *obs + scenum*), sendo, portanto, “o que deve estar “fora da cena”, atrás das cortinas, escondido, oculto, inacessível aos olhos e ao conhecimento da plateia, portanto, interdito” (BORGES, 2013, p. 109). Para finalizar esses breves apontamentos que, de forma alguma esgotam a discussão proposta, o poema *Viva*, de Carmem Faustino (2020), expressa bem os sentidos da relação entre escrita e vivência do erotismo na escrita de mulheres:

Eu faço
Do erótico
A poética viva
Do meu dia a dia
A cada gozo
Expelido
Do meu ventre
Na cama
Ou na rua
Curo

Feridas
E sigo
Firme
Preta
Em frente.
(FAUSTINO, 2020, p. 110)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANZALDÚA, Gloria. **Falando em línguas:** uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, p. 229-235, 2000. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/9880/9106>. Acesso em: 20 mar. 2021.

BATAILLE, Georges. **O erotismo.** Tradução: Fernando Scheibe. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo:** fatos e mitos. 12ª reimpressão. Tradução: Sergio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.

BORGES, Luciana. **O erotismo como ruptura na ficção brasileira de autoria feminina:** um estudo de Clarice Lispector, Hilda Hilst e Fernanda Young. Florianópolis: Editora Mulheres, 2013.

BORGES, Luciana. Poéticas da cor/eróticas de resistência: o corpo na poesia erótica de escritoras negras brasileiras. Revista **Letra Magna**, , Ano 16, n. 26, p. 90-110, 2020. Disponível em: http://www.letramagna.com/artigos_26/texto_06_26.pdf. Acesso em 13 mar. 2021.

COLASANTI, Marina. Porque nos perguntam se existimos. In: SHARPE, P. (Org.) **Entre resistir e identificar-se.** Florianópolis: Editora Mulheres; Goiânia: Editora da UFG, 1997.

DENSER, Márcia (Org.). **Muito prazer:** contos eróticos femininos. Rio de Janeiro: Record, 1982.

DENSER, Márcia. **Desestórias**. Curitiba: Kotter Editorial, 2015.

FAEDRICH, Anna. Memória e amnésia sexista: repertórios de exclusão das escritoras oitocentistas. Revista **Letrônica**, Porto Alegre, v. 11, n. esp. (supl. 1), p.164-177, set. 2018. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/letronica/article/view/30477>. Acesso em: 18 jan. 2020.

FAUSTINO, Carmem. **Estado de libido ou poesias de prazer e cura**. São Paulo: Oralituras, 2020.

FRANCO, Jean. **Marcar diferenças, cruzar fronteiras**. Florianópolis: Editora Mulheres; Belo Horizonte: PUC Minas, 2005.

GROSZ, Elizabeth. Corpos reconfigurados. **Cadernos Pagu**, p. 45-86, n. 14, 2000.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação**: episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LORDE, Audre. Os usos do erótico: o erótico como poder. In: LORDE, Audre. **Irmã outsider**. Tradução: Stephanie Borges. Belo Horizonte: Autêntica, 2020. p. 67-74.

LISPECTOR, Clarice. **A via crucis do corpo**. Rio de Janeiro: Rocco, 2020.

LEMAIRE, Ria. Repensando a história literária. In: HOLLANDA, Heloísa B. de (Org.). **Tendências e impasses**: o feminismo como crítica da cultura. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p. 58-71.

MENEGATTI, Carolina (et al.). Um poema com muita pele: Entrevista com Miriam Alves. **Revista Geni**, 2015. Disponível em: <https://revistageni.org/11/um-poe-ma-com-muita-pele/>. Acesso em: 19 jun. 2020.

PIÑON, Nélide. Pensar é um dos atos mais eróticos na vida de uma pessoa. **Revista Isto é**, nº 1667, 12/09/2001. Disponível em: <https://istoe.com.br/frase/pensar-e-um-dos-atos-mais-eroticos-na-vida-de-uma-pessoa/>. Acesso em: 20 mar. 2021.

SHOWALTER, Elaine. A crítica feminista no território selvagem. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque (Org.). **Tendências e impasses:** o feminismo como crítica da cultura. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p. 23-57.

WOOLF, Virgínia. **Um teto todo seu.** Tradução: Bia Nunes de Sousa; Tradução dos poemas: Glauco Mattoso. São Paulo: Tordesilhas, 2014.

QUAL O LUGAR DA LITERATURA DE AUTORIA LÉSBICA BRASILEIRA NAS DISCUSSÕES ACADÊMICAS?

Maria da Glória de Castro Azevedo

*A linguagem é, ao mesmo tempo, intimamente ligada ao campo político,
onde tudo o que concerne a linguagem, a ciência e o pensamento se
referem à pessoa enquanto subjetividade e à sua relação com a sociedade.*

*E não podemos deixar estas coisas no poder do pensamento hétero
ou do pensamento de dominação.*

(Monique Wittig)

Recorte ensaístico acerca da heteroliterariedade e da literatura de autoria lésbica

O movimento feminista em suas manifestações mais contemporâneas dera início a uma nova etapa na história da heterossexualidade. O segundo momento do feminismo americano (1963-1975) analisa criticamente a supremacia masculina e aponta a heterossexualidade como um arranjo social problemático. São as feministas americanas como Betty Friedan, Ti-Grace Atkinson, Kate Millett e Gayle Rubin quem inicialmente passam a problematizar a heterossexualidade como norma social, apontam a existência de uma política sexual e criam o termo heterossexualidade compulsória para discutirem acerca do apagamento ou do silenciamento de outras sexualidades. Através desses posicionamentos críticos, foi possível pensar a heterossexualidade também como uma construção histórica e cultural.

O feminismo lésbico surge como um movimento político-cultural no final dos anos 60 do século 20 e, apesar de atuar em conjunto com o movimento *gay* masculino, as lesbianas perceberam que suas reivindicações não eram contempladas pelo grupo composto por homens *gays* e, por isso, passam a criticar o funcionamento do patriarcalismo, a misoginia e os objetivos falocêntricos do movimento. Respaladas pela crítica feminista, as lesbianas criam suas próprias fundações, como o *Gouines rouge*¹¹ e passam a contribuir ativamente para a construção do movimento de liberação das mulheres, mas como feministas heterossexuais mostrava-se resistente em

¹¹ Les gouines rouges (as lésbicas vermelhas) foi o primeiro grupo de lésbicas criado na França, em 1970, do qual fez parte Monique Wittig.

reivindicar o lesbianismo como uma luta feminista, algumas lesbianas se afastam das discussões e do movimento pensando como para as reivindicações apenas heterossexuais e passaram a buscar seus próprios caminhos.

No final dos anos 70, surge uma considerável quantidade de textos que trazem o pensamento teórico acerca do feminismo lésbico. No *Dicionário crítico feminista* (2009, p.124), faz-se a discussão de que nos Estados Unidos, Adrienne Rich, num artigo célebre, “denuncia a heterossexualidade forçada como norma e a subsequente invisibilização do lesbianismo” ao mesmo tempo em que Monique Wittig argumenta que a heterossexualidade é um regime político dotado de um sistema ideológico, que ela chama de pensamento *straight*. Para Wittig (1992) “as lésbicas não são mulheres”, uma vez que abandonam a lógica do pensamento/sistema heterossexual e sobrepõem seus corpos e suas sexualidades ao sexismo patriarcalista. Esse pensamento crítico de Wittig, abre espaço para um movimento lésbico autônomo que fissa a base do feminismo hetero cultural, provocando debates políticos com opiniões separatistas relacionados às feministas heterossexuais.

Construindo-se com um desafio à crítica literária, as literaturas consideradas como emergentes desempenham um papel importante na elaboração da identidade cultural do país, ao preencher os vazios da memória coletiva e fornecer campos de ancoramento do sentimento de identidade. No interior do campo literário hegemônico e classificadas como literaturas periféricas, essas literaturas reivindicam um lugar autônomo no interior do campo literário instituído e instituem falas até então silenciadas ou discriminadas. As literaturas de minorias expandem ainda mais “as fronteiras de gênero” e expõem as formações ideológicas da crítica literária sedimentada no pensamento heteronarrativo. Como se sabe, qualquer discurso que questione formas estabelecidas e que viabilize novas categorias para a ficção literária, pressupondo outra leitura que vá além dos meramente estéticos, costuma desestabilizar e perturbar a crítica literária canônica, sistematizada, patriarcalista e heteronormativa.

A crítica literária acerca da literatura de temática e de autoria lésbica necessita do estabelecimento de um *locus* cultural de identidade, para tanto, deve ser considerada no âmbito de um grupo heterogêneo de escritoras e temáticas. Sendo as mulheres um grupo historicamente silenciado, as experiências que escapam ao pensamento androcêntrico são consideradas desviantes ou são ignoradas pelo discurso da crítica patriarcal, como argumenta Elaine Showalter (1994, p, 50): “a escrita das mulheres é um discurso de duas vozes que personifica sempre as heranças social, literária e cultural tanto do silenciado quanto do dominante”

Sendo assim, a literatura de temática e de autoria lésbica identifica-se com esse “discurso de duas vozes” e personifica a herança cultural do silenciado e do dominante, visto que apresenta personagens em conflito com relação à vivência de sua sexualidade, quebrando, assim, paradigmas heteropatriarcais, ao mesmo tempo em que expõe a voz do dominante que, na maioria das publicações literárias, reafirma-se como donatário da ordem do discurso e o do pensamento.

A literatura de temática lésbica situa-se como discussão em torno da construção de uma identidade de escritora e de um *corpus* temático por meio de uma expectativa de gênero visto que essa literatura busca construir um discurso de sobrevivência e legitimação, uma vez que a censura em torno de sua voz provoca a expropriação das narrativas como também parte de um patrimônio literário-cultural da nação.

De acordo com Yorke:

Historicamente falando, não é novidade que as lésbicas tenham sido excluídas da ordem cultural simbólica. Elas se encontram situadas às margens da aceitabilidade e foram praticamente erradicadas de muitos discursos públicos, incluindo os discursos de dominação masculina da poesia. As vozes lésbicas foram literalmente silenciadas, a experiência e a identidade lésbica foram apagadas e, durante séculos, as lésbicas têm sido sistematicamente expropriadas de seu patrimônio. (YORKE, 1995, p. 47) (tradução: autora)

Portanto, dominação cultural heterossexista contribui para a não aceitação (ou deslegitimidade) de outras formas de manifestações do discurso literário, estendendo a censura à voz lesbiana, tanto ao espaço pessoal quanto público, impedindo a consolidação de uma literatura para além das formas canônicas de manifestação de temáticas e relações afetivas (exemplo do ocorrido com a escritora Cassandra Rios). A literatura de temática lésbica e a autora lésbica rompem o silêncio histórico imposto à existência lésbica na literatura.

A função-autor constitui-se como uma “característica do modo de existência, de circulação e de funcionamento de alguns discursos no interior de uma sociedade” (FOUCAULT, 1992, p.46) portanto, indica o discurso que deve ser recebido em uma determinada cultura. Diante disso, pergunta-se: como a lésbica tem sido escrita, quem tem falado sobre ela e qual a sua existência real? Cassandra Rios, a despeito de ter construído uma literatura considerada pela academia (isso quando a consideram) como “menor”, foi a primeira escritora brasileira a escrever sobre a perspectiva da

lésbica inviabilizada na sua diferença sexual. As discussões de Cassandra Rios buscam uma nova ordem simbólica do feminino e procuram superar as oposições binárias patriarcais. Por isso, ao se questionar sobre quais pesquisadores e pesquisadoras se ocuparão de preencher o vácuo em torno dos estudos literários de obras de temática ou de autoria lésbica, talvez a resposta possa resvalar para um essencialismo perigoso: talvez só as pesquisadoras lésbicas.

A literatura de temática lésbica deve ser vista com um olhar duplo e não mais exclusivamente pelo olhar crítico unilateral heteronormativo, daí a importância de se resgatar autoras de séculos passados que foram rechaçadas pela academia, como também abrir espaço para pesquisas e produção crítica acerca de autoras contemporâneas que furam a bolha da crítica literária e do feminismo acadêmico heterocompulsório. A literatura iniciada por Cassandra Rios representa a alteridade de um grupo que anula a homogeneidade e a endogenia da literatura heteronarrativa pois, ao narrar sobre corpo, instituições, desejo sexual e amor feminino não mais direcionados à existência masculina, descentraliza o discurso literário sobre sexualidade e binarismo e possibilita novos olhares para o diálogo acadêmico.

A pergunta de Swain (2000, p. 13) sobre “o que são as lésbicas, onde se escondem e em que nichos de obscuridades e silêncios se pode encontrá-las” encontra respostas na produção literária das mulheres lésbicas e na individualização do ato de contar histórias de vida hoje, mais de vinte anos depois. Quase sempre escrita em primeira pessoa, o discurso literário lésbico parece querer exteriorizar a subjetividade de cada autora. A primeira pessoa possibilita que a personagem fale de seus conflitos, exponha suas opiniões, deixe a marca de seu pensamento e, com isso, possibilita que a escritora possa canalizar sua voz não ouvida ou não dita através do texto literário.

A narrativa lésbica escrita em primeira pessoa significa que a personagem tem autoridade sobre seu corpo e desejo, sendo o que ela conta a sua história de vida, sua identidade, sua unidade. A personagem mostra a sua natureza sexuada infratora daquilo que é estabelecido como natural. A literatura de temática lesbiana constitui-se como um terreno no qual o olhar feminino esteve frequentemente ausente, deslocando as falas sobre sexualidade e desejo para um espaço de transgressão. A escrita do texto de temática lesbiana é parte da tomada de posição diante de um desejo: tanto o texto que representa a escrita de desejos de personagens ficcionais que habitam seu universo, quanto o ato da escolha da escritora ao se dedicar a este tema.

Sendo a literatura também associada a sistemas econômicos e de pensamento heterossexuais, o que é uma personagem lésbica e quem é a escritora lésbica? Do que ela fala e qual o valor político e simbólico de sua fala? A ficção literária e a poéti-

ca lésbica estão subcolocadas pelo discurso da heterossexualidade, visto que a ideia de universalidade literária e da alta literatura mascara um processo de dominação e imposição de uma forma hegemônica de pensar o mundo e as suas relações sociais e pessoais. A ficção literária lesbiana fragmenta essa ideologia com um discurso que obriga o leitor a repensar a existência de outro que fala, age e pensa diferente do pensamento hétero.

O pensamento hétero é o pensamento institucionalizado e, portanto, é o pensamento que representa o sistema literário, domina o mercado editorial, os estudos acadêmicos e rejeita um discurso marcado pela diferença e por uma identidade não hegemônica. Questões em torno de como a mulher lesbiana vem sendo escrita, quem tem falado sobre ela e qual a sua existência real, não são ainda discutidas pela crítica literária dominante. Cassandra Rios, a despeito de ser ignorada sistematicamente pelos estudos literários, foi quem primeiro escreveu sob a perspectiva da lésbica invalidada socialmente e academicamente por provocar uma ruptura com os padrões do patriarcado sexista e lançar luz sobre seus corpos e existência. As discussões de Cassandra Rios buscam uma nova ordem simbólica do feminino e procuram superar as oposições binárias patriarcais, ela é, apesar de toda a resistência da crítica literária e dos estudos acadêmicos, uma escritora modernista transgressora.

Diante do pensamento literário heteronormativo institucionalizado, é também pertinente pensar sobre quais pesquisadoras e pesquisadores se ocuparão de preencher o vácuo do olhar crítico positivo em torno da literatura de cunho lesbiano. Penso que a resposta pode mostrar um essencialismo incômodo: talvez só as pesquisadoras lesbianas possam fazer pesquisa e produzir uma fortuna crítica destituída de valor negativo acerca dessas obras.

Os caminhos que a literatura e a poética lésbica brasileira vivem hoje, ainda são parecidos com os mesmos vividos por escritoras (heterossexuais) viveram no final do século 19 e início do século 20 pois se no passado chegou-se a se considerar que uma mulher não tinha nada interessante a dizer, a escrever, que seu universo e olhar eram reduzidos, parece que uma (in)compreensão parecida recai sobre a produção literária lésbica brasileira. A partir do momento que a escritora assume a escrita de si com uma tomada de consciência sobre o discurso falocêntrico, sua literatura entra em um nicho específico de leitoras e passa a ocupar um lugar periférico de estudos críticos e editoração.

O fato de escrever uma poética sobre o corpo, o desejo feminino e o descarte da presença masculina significam descentrar o discurso literário sobre sexualidade e

binarismo e possibilitar novos olhares para o diálogo acadêmico. O questionamento sobre o que são as lésbicas, onde se escondem e em que nichos de obscuridades e silêncios podemos encontrá-las pode encontrar respostas na narrativa e na poética literária presentes na individualização do ato de falar de si.

Breve olhar sobre o corpo e o desejo na poética lésbica de três autoras brasileiras

Pegando de empréstimo a atual expressão “lugar de fala”, cunhado pelo feminismo negro, pode-se afirmar que as escritoras lésbicas produzem uma poética a partir de um lugar de fala que desfalogocentram a poesia e a literatura como um todo. A poética lésbica não se exime de exteriorizar os sentimentos, os corpos e as práticas do amor lésbico e possibilita que se fale em corpos, em cheiro, em pele, em toques; permite que se desenhe uma cartografia do corpo e do sexo lésbico em que as imagens das mãos, da boca e da língua passam a ser metáforas eróticas identitárias da referida poética. Boa parte dessa poética é de natureza sexuada e infratora da ideia do corpo e do sexo como território para (e da) exploração masculina heterossexual.

No poema *Êxtase*, da poeta Léa Ferro¹²:

Cravou-lhe
As unhas das rimas, nas costas
Os dentes dos versos, nos lábios
E fez-se a poesia num orgasmo.
(Disponível em: <https://www.recantodasletras.com.br/poesias/6826707>)

Tem-se um poema curto, composto por quatro versos que sintetizam a linguagem em erotismo, corpo, tato e metalinguagem poética. O poema sintético é rico de imagens metafóricas e denso na proposta de revelação de um instante amoroso. Percebe-se como elementos imagéticos comuns à poesia lésbica compõem o poema como um quadro erótico de um ato amoroso. As unhas, os dentes e os lábios enredam o poema em uma imagem de sentido denso e sutilmente erótico.

O mesmo acontece no poema *Quinto ato de amor*, no qual a poeta, em nova construção imagética do erotismo e do sexo lésbico, escreve:

¹² Léa Ferro é uma poeta, contista e romancista. Natural do Estado de São Paulo.

Meus dedos
Traçando em teu corpo
Tua geografia.

Percorro todos os montes
E me aninho em tua hidrografia.
Disponível em <https://archivo.poemame.com/m/versolibre/poema-em-10-atos>)

A associação da água, dos montes, dos dedos e da boca fazem com que a poesia lésbica seja uma mistura de corpo, sentidos e sexo. As mãos, a boca, o tato, elementos recorrentes em uma relação amorosa lésbica aparecem no texto poético para configurarem o desejo e a paixão durante o sexo. Eles se configuram como elementos sagrados, são as filigranas delicadas que se tecem no corpo da mulher, transformando o ser amoroso em um objeto raro e perfeito. O corpo da mulher é visto pela poeta lésbica não como o objeto para satisfação do outro, daquele que o descreve ou que fala sobre ele.

Na poética lésbica, o corpo da mulher amada é também o corpo que olha, que deseja e que toca o outro corpo, conforme se percebe no texto- poema a seguir, da escritora Formiga¹³

Seis sentidos
Especialmente para Xis

O negrume dos teus olhos me fascina como de costume revitaliza finda toda dor linda cor admiração se canalizam em ardor lábios se tocam em carinhos sábios provocam caminhos em percursos vários é fato experimento teu relevo no meu tato nua que causa a luz da cheia lua calor sem pausa vou que vou de leve essa pele me pede apele mede palmo a palmo intensamente com jeito calmo suspiro profundamente no seu cheiro eu piro e sigo em frente como eu braseiro vou fitando seu modo meigo rebolando tipo uma cuíca quanto mais arrepica mais estridente teu gemido fica é quente o clima vai e vem por cima soa a minha e sua pessoa nessa fusão loka malícia boa delícia é tua boca

¹³ Formiga é uma escritora negra periférica. Natural do Estado de São Paulo.

serpenteia na minha mão está posto sente teu próprio gosto nos meus dedos então teu gozo minha satisfação um querer nada bobo e ai vamo de novo? (FORMIGA. Disponível em <https://heresialesbica.noblogs.org/post/2014/11/02/seis-sentidos/>)

A poética de temática lésbica constitui-se como um terreno no qual o olhar feminino esteve frequentemente ausente e esse fator desloca as falas sobre sexualidade e desejo feminino para um espaço de transgressão. A escrita poética é parte da tomada de posição diante de um desejo: tanto o texto, que representa a escrita de desejos e fantasias que habitam seu universo, quanto o ato da escolha da matéria da poesia. A provocação reside em colocar em discussão literária um tema marginalizado no temário da literatura brasileira: o erotismo lésbico de autoria lésbica. Ao escreverem poemas que deslocam e rasuram as normas do discurso erótico heterossexual, as autoras colocam o espaço literário como lugar de debate sobre a existência de desejos e sexualidade femininas quase sempre consideradas como assunto de pouca relevância para a tradição literária heteronarrativa brasileira, ocorrendo uma desobjetualização do corpo feminino erotizado.

No poema *Palavra Proibida*, de Mariana Amaral Queiroz¹⁴, a poeta transcorre sobre as proibições, preconceitos e impedimentos que o patriarcado, a igreja e estado sobrepõem à mulher lesbiana, como uma espécie de perseguição para que se possa domesticar e docilizar os corpos das mulheres, pois parece haver um grande perigo tanto no amor entre mulheres quanto na palavra iniciada pela letra L:

*(...) há um grande perigo
em palavras que começam
com “L.”*

*um destino assombroso
um desejo em erro
um desvio dos trilhos
o risco de morte*

*como ousam
se amar
estas mulheres?*

¹⁴ Mariana Amaral Queiroz é feminista interseccional, poeta e psicóloga. Natural de Cuiabá (MT).

*há um perigo antigo
que vive
no sexo
“daquelas” mulheres
:
dedos érreteis
seios ardentes
línguas vibrantes
quadris entre as coxas
todo o corpo
– por tanto negado –
sendo molhado*

*(...)
há um perigo presente
em vozes e desejos
persistentes
armários explodidos
com as pontas dos dedos*

*entre sexos
e cotidianos
mulheres amantes
ácidas serpentes
corroendo as correntes
línguas libertinas lésbicas libertárias
as palavras proibidas
são as mais necessárias*

(QUEIROZ: Palavra proibida: disponível em
<https://catolicas.org.br/noticias/versos-contra-a-lesbofobia-a-voz-e-a-luta-de-cinco-poetas-lesbicas-brasileiras/>)

A erotização da poesia de autoria lésbica não está na nomeação das genitálias femininas ou em suas descrições que tenderiam para o pornográfico. A distinção/discussão entre erotismo e pornografia na literatura de autoria lésbica é um assunto que merece atenção aos estudos literários, visto que essa erotização do discurso infere a empoderamento lésbico e enfrentamento do patriarcado.

Voltando ao poema *Palavra proibida*, é notável como ele se constrói como discurso amoroso, mas também como discurso político e de enfrentamento à literatura e ao pensamento heterocompulsório. É uma escrita erótica, mas é também uma escrita política e de celebração à linguagem e ao poder de nomear o amor e o sexo entre mulheres.

Qual o perigo que há entre mulheres que amam mulheres? Qual o perigo em torno das palavras que começam com a letra L? O poema de Mariana Queiroz mostra que o perigo está na liberdade da mulher, em sua autonomia para dar e sentir prazer sem a presença de um homem; o perigo está na percepção de que se pode viver, sentir (e dar) prazer, amar sem que se seja necessariamente um homem, nem se seja para um homem. Este o perigo: libertar-se do poder patriarcal sobre o corpo, a vida e a sexualidade.

A poética literária lésbica pode desconstruir a noção estabelecida do binarismo homem / mulher e instituir um lugar de reutilização e redistribuição de falas anteriormente pertencentes ao pensamento hetero. Não aceitando o discurso do corpo feminino essencializado como matéria de empoderamento masculino, a literatura lésbica ressignifica o corpo e o desejo femininos e se constitui como mecanismo de análise e compreensão de um novo sujeito no debate político.

A poesia erótica lésbica mesmo que fale do corpo da outra, também fala do corpo de quem tem o poder do falo e da escrita. É um apoética do prazer duplo, da exploração do corpo amoroso através do tato, das texturas e do sabor. É uma poesia palatável que fala de um corpo inteiro erotizado e sagrado, aberto para a experiência amorosa. Assim, essa poética acaba por instituir um lugar de reutilização e redistribuição de falas anteriormente negadas pelo discurso masculino heterossexual, através da construção de outros sujeitos, outras falas e outra possibilidade de sexualidade que não a instituída pelo poder patriarcal.

O pensamento literário masculino parece acreditar no sexismo discursivo, talvez porque a voz empoderada e/ou a noção material do preconceito literário para como algo abstrato, sem que se pense “na dimensão material das ideais” (SAFFIOTI, 2008, p.165). A postura da literatura de temática lésbica é uma postura social que escapa ao destino do gênero sexual incorporado ao discurso literário e que também foge da ideologia corporificada no ato da escrita.

A poética lésbica já não é mais sussurrada, ela se expõe em blogues, em redes sociais, em publicações impressas e não haverá sujeição discursiva sobre corpos e desejos. No poema a seguir, de Mayana Vieira¹⁵, vê-se como a poética lésbica é uma poesia da não sujeição, do à vontade com relação ao amor-sexo- prazer:

¹⁵ Poeta negra e periférica. Natural do Estado de São Paulo.

(...)Me apaixonei pela sua sacanagem
Pelo jeito que nosso amor começa na boca
E se espalha pelo nosso corpo um desejo sem controle
Que nos rouba a razão
E nos entrega ao outro lado

Gosto dos nossos corpos despídos em confronto
Da minha coxa
Na sua coxa
Nossas pernas entrelaçadas e o ofegar das nossas respirações

Gosto dos nossos movimentos circulares de dedos
Do nosso vai e vem
Vem e vai
Entra e sai

Me apaixonei pelo jeito que nosso amor sempre termina na boca

É que toda vez que te vejo “alguma coisa acontece no meu coração”
Eu me sinto em paz
Você me faz sentir a brisa gostosa de quem olha o mar

E toda vez que eu olho o mar
Eu só consigo dizer sim.

(VIEIRA. Disponível em <https://www.revistapixe.com.br/mayana-vieira>).

Quando surgiu a literatura de escritura feminina, as mulheres leitoras devem ter se perguntado como ficariam elas tão acostumadas ao olhar masculino em face da literatura e de si mesmas, o que hoje deve-se perguntar é: como ficamos nós, acostumadas/os com a literatura masculina heterossexual, diante de uma literatura triplamente transgressora: escrita por mulheres, com acentuação de gênero e falando sobre o amor lésbico que se afasta do discurso heteronormativo, através uma voz própria e com alteridade. e mais, a mulher heterossexual se reconhece nessa poética? E o erotismo patriarcalista entende esse novo fazer erótico amoroso não falocêntrico?

O discurso literário lésbico representa a linguagem “de tudo o que é reprimido por não ser não pertinente à mulher”. Portanto, essa poética é a voz da mulher silenciada culturalmente, é a voz dissidente do sexismo (mas não é a voz identitária de todas as mulheres). Resta saber se esse discurso estabelece nexos de pertencimentos ou se ele não inviabiliza uma certa homogeneidade no discurso crítico (que significa uma homogeneidade de leitores), um dos pilares da instituição literária. O sistema literário é patriarcal e heteronormativo, como tal, é um produto social comum aos valores construídos e incorporados como naturais ao homem e à mulher heterossexuais. Seu capital simbólico se faz através do *construto* masculino heterossexual, por isso, a literatura lésbica, ainda está limitada a poucos espaços de circulação e valorização literária.

A poética lésbica e a escrita lésbica como um todo, simbolicamente, representam um corpo que escreve e se inscreve, em uma espécie de simbiose entre autora e criação literária que se materializa em um texto que fala das zonas erógenas femininas, de um corpo em atrito, em fricção com outro corpo. Representa uma literatura que reconhece o outro corpo feminino como um duplo seu. Um corpo fálico, no sentido do uso das mãos, dos cheiros, dos sabores, da língua. Um corpo inteiro pronto, próprio e capacitado para o prazer. Um corpo que se degusta em sua totalidade. Um corpo *voyeur*. Dois corpos com vaginas, cheiros e fluidos. São dois corpos potentes e, na geografia do corpo erotizado, um terreno minado, capaz de explodir a cada pegada e de sentir prazer em toda sua totalidade corpórea.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

YORKE, Liz. **Constructing a lesbian poetic for survival**. In: *Language and Gender: Interdisciplinary Perspectives*. 1995

HIRATA, Helena, LABORIE, Françoise, et all (Org). **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009

MILLET, Kate. **Política sexual**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1969

NAVARRO-SWAIN, Tania. **O que é lesbianismo**. São Paulo: Brasiliense, 2000

LAURENTIS, Tereza de. A tecnologia do gênero. In: **Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura**. HOLANDA, H. B. (Org.) Rio de Janeiro: Rocco, p. 206 – 242, 1994.

LERNER, G. **A criação do patriarcado: história da opressão das mulheres pelos homens**. São Paulo: Cultrix, 2019.

LOURO, G. L. Pedagogia da sexualidade. In: LOURO, G. L. (Org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000

SHOWALTER, Elaine. A crítica feminista no território selvagem. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque (Org.). **Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p. 23-57.

RICH, Adrienne. **Heterossexualidade compulsória e existência lésbica**. Trad. Carlos Guilherme do Valle. UFRN: Bagoas. N. 05, 2010, p. 17.-44.

Sites

FERRO, Léa. Disponível em: <https://www.recantodasletras.com.br/poesias/6826707>. Acesso em 25/06/2021

FORMIGA. Disponível em: <https://heresialesbica.noblogs.org/post/2014/11/02/seis-sentidos/> Acesso em 25/06/2021

LESBOTECA. A lesboteca. Disponível em: <https://lesboteca.com/a-lesboteca> Acesso em 25/06/2021

QUEIROZ, Mariana Amaral. Disponível em: <https://catolicas.org.br/noticias/versos-contra-a-lesbofobia-a-voz-e-a-luta-de-cinco-poetas-lesbicas-brasileiras/> Acesso em 25/06/2021

VIEIRA, Mayara. Revista literária Picxé, 2019. ed.nº22 Disponível em: <https://www.revistapixe.com.br/mayana-vieira>). Acesso em 25/06/2021

MULHERES E GORDOFOBIA: VIOLÊNCIAS PARA ALÉM DO SIMBÓLICO

Ruth do Prado Cabral

Somos las hipervisibles invisibles, la doble moral y tu hipocresía, la crítica moral y estética disfrazada de salud, la incomodidad en tus ojos, en tu espacio, en tu uniformidad. Somos la ruptura de tu norma, desobediencia y pecado, disidencia. Somos las que no quieres que existan. Pero existimos Y no vamos a pedir perdón ni permiso.

(Magdalena Piñeyro)

As construções punitivas e discriminatórias direcionadas ao corpo gordo se compõe junto a história da obsessão pela magreza. Em sua obra “Les métamorphoses du gras: histoire de l’obésité”, Georges Vigarello, no ano de 2010 remonta o percurso histórico desde a Idade Média ao século XX, apontando, a vigilância continuada sobre a gordura nas sociedades ocidentais. A busca pelo corpo perfeito, sinônimo de magreza e averso a qualquer aproximação com a gordura, associou o corpo magro à convicção de saúde, bem-estar e produtividade, compondo assim o entendimento de que “um corpo saudável é um corpo magro e, ao contrário, o corpo gordo ou com sobrepeso é sempre associado à doença, à obesidade ou a complicações de saúde decorrentes da “gordura” (CAMPOS ET AL, 2016, p. 232).

Rangel (2018, p. 26) discute que “o corpo carrega dimensões políticas, históricas, culturais e biológicas. O significado simbólico de cada tipo de corpo varia de época para época, de cultura para cultura, de espaço geográfico para espaço geográfico”. É a partir da Modernidade no ocidente, que a gordura feminina se desloca para um lugar de expurgo, e o ser mulher e a objetificação feminina transita para a esfera estética em um rígido padrão de beleza, junto ao capitalismo legitimado pelo patriarcado. Segundo Cordoba (2017, p. 210):

O capitalismo promove a fobia da gordura ao mesmo tempo que oferece técnicas para o desaparecimento dos gordos. Ela fabrica corpos a partir de imagens que instruem / doutrina o olhar, marca aquela

linha que se perdeu ou é possível perder, ao mesmo tempo que exhibe toda uma bateria de técnicas do corpo pelas quais o estado desejado pode ser alcançado.

No entanto, historicamente, foi no período de transição entre o século XIX e XX que houve a consolidação do estigma em relação às pessoas gordas, e só no final do século XX em que a passa a ser encarada como excesso alimentar e falta de controle, com a nítida culpabilização do sujeito por ser “fracassado em não emagrecer”.

Cabe mencionar, que muitos são os estudos que se pautam no viés patologizante da gordura (SANT’ANNA, 2016). Para além dos fatores estéticos, os estudos relacionados a “obesidade¹⁶” foram intensificados a partir dos anos 80, quando esta, começou a ser apontada, internacionalmente, como uma questão de saúde pública, quando seu status foi emancipado para “epidemia” mundial, tendo em vista o seu impacto econômico sobre os sistemas de saúde (POULAIN, 2013; FERREIRA, 2014).

Ao construir discursos e produções sobre o corpo gordo, a ciência produziu brados que abarcam as diferentes áreas de pesquisa e atuação produzindo normas que modelam a vida social. Tal normalização vinculada a ordem médica acaba sendo disseminada pelo senso comum como algo que tenha embasamento científico inquestionável, não cabendo sequer, qualquer tipo de problematização. Junto ao discurso biomédico, há a ditadura da magreza que propõe o alcance de um corpo livre da gordura, padronizado, este associado ao sucesso e a saúde. Assim, o conceito de saúde se amplia entrelaçando ao paradigma construído pela normalidade médica e assim:

Ter saúde não se restringe a evitar as doenças, a “preservar-se”, a “não correr riscos”... Ter saúde passa a ser igualmente cuidar da forma, do peso, da aparência (da pele, das rugas, dos cabelos brancos), da alimentação, da dieta ou do cuidado com as calorias, da manutenção da beleza e da juventude. Os cuidados com a estética passam a influenciar os cuidados com a saúde e com a “forma física” (FERREIRA, p.70, 2007)

Desse modo, as inúmeras tentativas de se propor estudos do corpo gordo remetem a continuidade da patologização desses corpos, expressos em termos rela-

¹⁶ Evitamos aqui utilizar o termo obesidade justamente por entender o sentido político da palavra gordo/gorda, sobretudo, por entender a associação de obesidade como sinônimo de doença.

cionados a doenças, pandemias (ARAÚJO et al, 2018), “falta de força de vontade” (NOVAES, 2009) baixa produtividade (ORSI, 2008). É fato que a sociedade contemporânea, no processo de valorização da magreza, transformou a gordura em algo que simboliza a falência moral, com um caráter pejorativo, associado ao descuido, indisciplina, desleixo, preguiça (VASCONCELOS et al, 2004).

Interessante mencionar a influência dos ramos alimentícios e farmacêuticos em pesquisas relacionadas aos males da obesidade, discutido por Poulain (2013) que discute sobre o interesse na promoção de alimentos dietéticos e medicamentos em prol do emagrecimento, de modo que o financiamento e o interesse em pesquisas que demonstrem o quanto o excesso de peso pode prejudicar a saúde parecem contribuir de forma significativa para o mercado econômico das áreas supracitadas, respondendo assim, às demandas de consumo e lucratividade prevista nos moldes capitalistas.

Não há de se considerar que a ciência é o único lugar de se produzir essa lógica penalizadora do corpo gordo, pois a medicina não alcança seu campo específico, mas incorpora ao campo social seus conceitos e parâmetros, mas outros dispositivos reguladores, tal como a mídia, que reproduz e reitera o modelo de aversão aos corpos gordos; insistindo nos discursos de exclusão e patologização desses corpos, reproduzindo a ideia de que o corpo gordo é palco da piada legítima, trazendo o protagonismo na infelicidade que se transforma em roteiros com final feliz: o corpo magro- digno de ser amado, o contrário disso, a aversão, o nojo e estas expressões não precisam ser implícitas, pois são aplaudidas em diferentes instâncias sociais.

Há uma propensão à uniformização e padronização dos corpos remetendo a valores, imbricados a cultura ocidental (STENZEL, 2002), junto a isso, diferentes mitos, crenças e discursos punitivos compõe a opressão das mulheres gordas, reiterando a existência de um sistema de dominação vinculado a estruturas de valor e desvalor instituídos socialmente. O corpo é submetido a poderes a partir da imposição de obrigações e imposições (FOUCAULT, 2009). É nesse imaginário opressor que as mulheres gordas se fazem, estando à mercê de serem tudo o que lhe dizem que são.

Esse parece ser o cenário que contribui para a formação da subjetividade das mulheres gordas: em meio a culpabilização, exclusão, perda de direitos e violências (JIMENEZ-JIMENEZ, 2020). Os diferentes sentimentos emergem no meio social – sentimentos de repulsa para com as pessoas gordas, fora dos padrões estéticos, sendo expressos através dos diferentes tipos de violência, sejam elas, das diversas: física, verbal, moral, psíquica (NORONHA; DEUFEL, 2014).

Os corpos das mulheres gordas são considerados estigmatizados pelo modelo social, isto é, não cumprem as expectativas normativas; nesse sentido, os atributos desviantes aderem a identidade social, criando uma categoria inferior de indivíduos (GOFFMAN, 1963). A vivência da gordofobia é marcada pelo fenômeno do estigma e pela perda de direitos, sendo o corpo gordo associado à doença, à feiura e à maldade, enquanto o magro é associado à saúde, beleza e bondade (JIMENEZ-JIMENEZ, 2020a).

Mediante as diferentes opressões, a luta contra a discriminação sofrida tem seu marco nos Estados Unidos com o nascimento do “The Underground Fat”, composto por mulheres feministas gordas na cidade de Los Angeles na década de 70, tendo como foco a violência médica direcionadas, especialmente, às mulheres. Assim, Gordofobia é um termo “usado para referir ao ódio contra corpos que não se enquadram em padrões corporais normativos (ÁLVARES CASTILHO, 2014, p. 36). Pode ser considerada como a discriminação a qual pessoas gordas vivenciam, através da humilhação, invisibilidade, inferiorização, patologização, marginalização. Fala-se também, da vivência de violência física motivada pela característica física: a gordura corporal (PIÑEYRO, 2016). Para Cordoba (2017, p. 212), é possível entender a gordofobia a partir do recorte de classe:

Hay en la gordofobia también un componente de clase. Ya no opera la imagen/idea del cerdo burgués sino que se asocia la gordura a las clases populares y sus hábitos descontrolados. Hablamos de cuerpos que no tienen acceso a gimnasios ni dietas ni a otras tecnologías de normalización corporal. Ser gordo habla de la falta de cuidado de sí. Ser gordo es de mal gusto.

A gordofobia possui em seus delineamentos conceituais tópicos que a diferenciam da pressão estética sobre as mulheres: há o sofrimento relacionado à acessibilidade em diferentes espaços públicos (cadeiras de restaurantes, aviões, cinemas, catracas de ônibus, teatros etc.), tem sobre seus corpos olhares avaliadores e vigilantes quando se alimentam em espaços públicos, e outras violências (RANGEL, 2018).

Em um recorte de gênero, a gordofobia entremeia também diferentes instâncias na vida da mulher gorda, dentre as quais, as relações de trabalho, relações familiares, relações afetivo-sexuais (PAIM, 2019); o explícito preconceito, direcionado a opressão vinculada às questões estéticas reiterando os estigmas (ARAÚJO, 2018) e a tendência ao preconceito explícito e à discriminação da mulher gorda.

Outro ponto listado refere-se a exclusão do corpo gordo, sua invisibilização como corpo legítimo que pode resultar na distorção da autopercepção, revertendo em atitudes autopunitivas e de isolamento social. Em se tratando das mulheres, Zanello, Fiuza e Costa (2015) entendem que a experiência subjetiva de ser mulher pode ser alterada a partir dos valores culturais firmados no contexto social possibilitando inclusive a ocorrência do sofrimento psíquico.

Ainda que explícitas as formas de exclusão, a gordofobia não é reconhecida como opressão. De acordo com Poulain (2013) a gordofobia é entendida como uma “questão de saúde”, legitimada pelo discurso médico que direciona ao corpo magro o lugar de adequado/normal. É justamente por esse viés que a área da saúde declara guerra à obesidade tendo por base a preocupação com a saúde.

Afinal, as pessoas gordas não merecem ser discriminadas como forma de incentivo para emagrecerem. Essa gordofobia em nome da saúde age contra o bem-estar das pessoas gordas, sendo prejudicial para o seu próprio cuidado com saúde (PAIM E KOVALESKI, 2020, p.10).

Como questão de desigualdade de gênero, as questões relacionadas a alimentação parecem carregar o simbolismo, sobre isso, Wolf (1992) discute que desde a produção da alimentação até o lugar da mulher na relação com a comida, o homem é servido, a mulher é quem serve, e desde o fundamento, a restrição alimentar direcionada às mulheres denota meio simbólico de restrição do poder feminino (as mulheres sempre foram instruídas a deixarem a maior quantidade de alimento para os homens), tal ponto, parece se relacionar, indiretamente, com a lipofobia direcionada às mulheres de forma mais veemente.

Algumas suposições, mitos ou crenças sociais discriminatórias podem incorrer e ter efeito na subjetividade da mulher gorda. Dentre as concepções que fomentam práticas opressoras: a errônea consideração de que mulheres gordas são assexuadas ou incapazes de serem aceitas para um relacionamento afetivo-sexual; a ideia de que estas não conseguem desfrutar de relações sexuais usuais (fruto da patologização do corpo gordo). Há de se compreender que o preconceito, opressão, discriminação e violências vivenciadas, parecem ter um efeito nocivo às mulheres gordas que se apresentam mais propensas a depressão, isolamento social, ansiedade e baixa autoestima; fatores esses que podem resultar em danos à saúde mental constituídos a partir da recorrente exposição a experiências gordofóbicas experienciadas nos diferentes contextos (PIÑEYRO, 2016; PALMA et al, 2012).

Para a finalização, cabe reiterar o elo entre gordofobia e patriarcado, conforme discutido por Olea (2017, p. 324): “O desejo patriarcal de posse do corpo feminino recusa-se a reificar corporalidade gorda: o corpo gordo escapa da condição pública do corpo feminino oprimido, o que implica que deixa de ser reconhecido como feminilidade válido, denunciando a natureza sexista do cânone da beleza”.

Entende-se por fim, que a proposta da gordofobia é a busca por corpos dóceis, ágeis, corpos produtivos e reprodutivos. Existir no lugar marginalizado produz o efeito incômodo de existir, na ênfase da solidão, do fracasso, no lugar do desamor. A violência é reavivada a cada momento em que a corporeidade gorda é exterminada em meio a exclusão, estigmas, perdas de direitos e opressões. O existir como mulher gorda simboliza uma subversão do que é negativizado, é a resistência da opressão a padronização e enquadramento dos corpos: uma luta cotidiana contra as violências e exclusões estampadas em cada olhar de reprovação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAUJO, Lidiane Silva et al. **Preconceito frente à obesidade:** representações sociais veiculadas pela mídia impressa. **Arq. bras. psicol.**, Rio de Janeiro, v. 70, n.1, p. 69-85, 2018. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S180952672018000100006&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 11 nov. 2020.

CAMPOS, SS., et al. **O estigma da gordura entre mulheres na sociedade contemporânea.** In: PRADO, SD., et al. orgs. Estudos socioculturais em alimentação e saúde: saberes em rede. [online]. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2016. Sabor metrópole series, vol. 5, pp. 231-249. ISBN: 978-85-7511-456-8. Available from: doi: 10.7476/9788575114568. Also available in ePUB from: <http://books.scielo.org/id/37nz2/epub/prado-9788575114568.epub>

CASTILLO, Constanza Álvarez. **La cerda punk, Ensayos desde un feminismo gordo, lésbiko, antikapitalista y antiespecista,** Trío editorial, Valparaíso, 2014.

CORDOBA, L. M. **Gordofobia.** Barbarismos Queer y Otras Esdrújulas. 2017. p. 210- 216.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir:** nascimento da prisão. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

GOFFMAN, Erving. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Tradução: Mathias Lambert, v. 4. Coletivo Sabotagem, 1963. Disponível em: <encurtador.com.br/dyTV6>. Acesso em: 09 abr. 2020.

HIGHWATER, John. **Mito e sexualidade**. Tradução de João Alves dos Santos. São Paulo: Ed. Saraiva, 1992.

JIMENEZ-JIMENEZ, Maria Luisa. **Lute como uma gorda**: gordofobia, resistências e ativismos. 2020. 237 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Estudos de Cultura Contemporânea, Faculdade de Comunicação e Artes, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2020a.

NOVAES, Joana de Vilhena. **Sobre uma falta que o excesso não cobre**: reflexões clínicas acerca de uma jovem obesa e suas relações familiares. Revista Mal Estar e Subjetividade, 9(4), 2009. p.1253-1278. Recuperado em 07 de junho de 2021, de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-61482009000400009&lng=pt&tlng=pt.

OLEA, Bastián H. **La estigmatización de la gordura femenina**. Reproducción simbólico-cultural del estatus social de la delgadez. Em: J, PAves (Ed.I, 2017). (Des) ordem de gênero: Políticas y mercados de cuerpo em Chile. Pp. 299-329. CRHAN Editores, 2017.

ORSI, Juliana Vianna de Andrade et al. **Impacto da obesidade na capacidade funcional de mulheres**. Revista da Associação Médica Brasileira [online]. 2008, v. 54, n. 2 [Acessado 23 Junho 2021], p. 106-109. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-42302008000200010>>. Epub 16 Maio 2008. ISSN 1806-9282. <https://doi.org/10.1590/S0104-42302008000200010>.

PAIM, Marina Bastos; KOVALESKI, Douglas Francisco. **Análise das diretrizes brasileiras de obesidade**: patologização do corpo gordo, abordagem focada na perda de peso e gordofobia. **Saúde e Sociedade**, v. 29, p. e190227, 2020. Disponível em: <<https://bit.ly/35PzTnw>>. Acesso em: 10 nov. 2020.

PAIM, Marina Bastos. **Os corpos gordos merecem ser vividos**. Rev. Estud. Fem., Florianópolis, v. 27, n. 1, 2019. Available from <<http://www.scielo.br/scielo>>.

php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2019000100804&lng=en&nrm=iso>. access on 11 Nov. 2020. Epub Feb 04, 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/1806-9584-2019v27n156453>.

PALMA, A. et al. **Os “pesos” de ser obeso:** traços fascistas no ideário de saúde contemporâneo. *Movimento*, Porto Alegre, v. 18, n. 4, p. 99-119, 2012.

PIÑEYRO, M. *Stop gordofobia y las panzas subversas*. Zambra-Baladre, 2016.

RANGEL, N. F. A. **O ativismo gordo em campo:** política, identidade e construção de significados. 2018. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018.

SANT’ANNA, Denise Bernuzzi de. **Gordos, magros e obesos:** uma história do peso no Brasil. São Paulo: Editora Estação Liberdade, 2016.

STENZEL, Lucia Marques. **Obesidade:** o peso da exclusão. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

VASCONCELOS, Naumi A. de; SUDO, Iana; SUDO, Nara. **Um peso na alma:** o corpo gordo e a mídia. *Rev. Mal-Estar e Subjetividade*, v. 4, n. 1. Fortaleza, 2004. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-61482004000100004&lng=pt&nrm=iso> acessos em 21 jun. 2021.

VIGARELLO, G. **Les métamorphoses du gras:** histoire de l’obésité. Paris: Éditions Du Seuil, 2010.

WOLF, Naomi. **O mito da beleza:** como as imagens de beleza são usadas contra as mulheres. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

ZANELLO, Valeska; FIUZA, Gabriela; COSTA, Humberto Soares. **Saúde mental e gênero:** facetas gendradas do sofrimento psíquico. *Fractal, Rev. Psicologia*, v. 27, n. 3, p. 238-246. Rio de Janeiro, 2015. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-02922015000300238&lng=pt&nrm=iso>. Acesso 11 de junho de 2021. <https://doi.org/10.1590/1984-0292/1483>.

OS MANDATOS COLETIVOS COMO UMA NOVA FORMA DE OLHAR A REPRESENTAÇÃO POLÍTICA: REPRESENTATIVIDADE DE MINORIAS E O DIREITO DE PARTICIPAÇÃO

Nathália Mariel F. de S. Pereira; Carmem Lúcia Costa

Introdução

Por que, mesmo diante da existência de instrumentos legais voltados para a maior representatividade de gênero na política, vemos na prática a quantidade ainda muito baixa de mulheres exercendo cargos eletivos no Brasil, considerando que numericamente, esse grupo tem maior predominância na população do País?

Se diante da baixa representatividade feminina vemos a falência, ainda que parcial, das normas que preveem instrumentos de acesso aos cargos eletivos, cumpre investigar as razões desse descompasso bem como avaliar até que ponto o conjunto de normas de direito eleitoral acaba oprimindo grupos minoritários afetando em igual intensidade a qualidade democrática e o direito fundamental de votar e ser votado no país.

Um instrumento interessante que traz a necessidade de reflexão ao confrontar institutos tradicionais desse sistema jurídico, seriam os mandatos coletivos, que se apresentaram em número expressivo nas eleições municipais de 2020 caracterizando-se como fenômeno representativo que desafia reflexões especialmente sobre o papel do direito em regulamentar a capacidade eleitoral passiva e no que se espera, ao refletir-se sobre direitos fundamentais de participação, no atual contexto social extremamente plural.

A teoria política clássica define a democracia como “o arranque institucional para se chegar a decisões políticas que realiza o bem comum fazendo o próprio povo decidir as questões através da eleição de indivíduos que devem reunir-se para realizar a vontade desse povo” (SCHUMPETER, 1984), todavia, até que ponto esse tipo de representatividade, figurando de maneira solitária na legislação, alcança o objetivo de garantia de uma sociedade participativa e democrática?

A crise de representação, a falta de confiança nas instituições e o afloramento nos últimos anos da figura dos mandatos coletivos demonstram a necessidade de repensar as formas de se fazer política tradicionais, em especial, para garantir espaço às minorias políticas: “Quais mecanismos sociais limitam a participação delas nas esferas públicas, fazendo com que mais de oitenta anos depois da conquista do sufrágio feminino elas permaneçam marginais na política?” (MIGUEL; BIROLI, 2014).

No Brasil, assim como em grande parte do mundo, o que se verifica, em matéria de representatividade, é a gritante desigualdade de gênero quando se fala em participação política. Até que ponto temos um conjunto de normas que reflete a vontade constitucional de garantia de igualdade e participação política e até que ponto tais instrumentos, descolados de uma realidade onde partidos políticos se apresentam como grandes oligarquias que viram obstáculos à garantia da paridade de gênero, podem representar vitórias meramente simbólicas, maquiadas de política identitária que em nada garantem ou sustentam uma verdadeira democracia?

Em um sistema de ponderação de interesses e confronto entre o clássico e o moderno em matéria de soluções de representatividade, qual o maior peso em prol da efetividade da participação política e as intenções constitucionais de garantia de igualdade e acesso aos espaços públicos por todos os grupos?

Os mandatos coletivos, conceitos e experiência

Em um primeiro momento, ao debruçarmos sobre o assunto dos mandatos coletivos, precisamos ter atenção com as nomenclaturas utilizadas e eventuais classificações já existentes. O conceito popular desses mandatos significa um grupo que se dispõe coletivamente, a tomar decisões e gerir um mandato político, colocado como opção ao voto popular.

Parte da ciência política (REINHOLZ, 2020) defende que os mandatos políticos, aqui estamos tratando de eleições proporcionais (deputados federais, estaduais e vereadores), já seriam coletivos, uma vez que o mandato, diante do sistema proporcional e do caráter duplo do voto popular nesses casos, pertence não apenas ao eleito, mas também à legenda, ao partido político, logo, o correto seria nomear esse fenômeno representativo como gestão compartilhada de mandato.

Outra parcela entende que haveria uma diferença entre os chamados mandatos coletivos e mandatos compartilhados. (SECCHI, 2019a). O primeiro se caracterizaria pela quantidade reduzida de membros fechados em uma mesma linha ideológica, onde a tomada de decisões se constrói por deliberação, debate e tentativa de consenso.

Os mandatos compartilhados, por outro lado, seriam mais amplos, pois seu foco é a pluralidade e heterogeneidade, onde as pessoas debateriam as decisões que seriam adotadas por uma regra de maioria, a ideia é confrontar vieses ideológicos distintos.

Destaque-se que nesse campo acabam-se inserindo experiências, especialmente de outros países, que envolvem não a ideia de uma eleição em si de um grupo em nome de um mandato, mas o uso de plataformas, em especial a internet, para abertu-

ra do debate de decisões e políticas que serão adotadas e que podem sofrer com ideias e manifestações da sociedade, a exemplo do Peru com os fóruns virtuais (PERÚ) e a atuação do partido pirata em diversos países.

No campo das classificações ainda temos os momentos de formação dessa coletividade, para as coletividades que se formam antes do período eleitoral, ou seja, se unem para concorrer efetivamente ao pleito como co-candidatos (as) e as coletividades formadas após a assunção no cargo eletivo, com compartilhamento de gabinetes e estruturação de tomada de decisões com assessores detentores de maiores poderes, a exemplo do projeto Talentos do Congresso proposto pela Deputada Federal Tábata Amaral e o Senador Alessandro Vieira.

Ainda não existe muito material no campo do direito sobre o fenômeno desses mandatos, nesse ensaio iremos primar pelo uso do termo mandatos coletivos, formados previamente ao período eleitoral, por se referir ao conceito mais próximo da realidade dos fatos e da proposta que queremos trabalhar, de grupo lançado à uma candidatura e apresentado como tal para a população eleitora.

A figura desses mandatos coletivos não é inédita e já possuía alguns registros desde 1994, tendo êxito e logrando eleição inicialmente em 2016 na Câmara dos Vereadores de Alto Paraíso do Goiás (GO) e na Câmara de Vereadores de Belo Horizonte (MG). (PAES, 2018). Em ambos os casos, houve registro do regramento do coletivo em cartório e todas as decisões e recursos são compartilhados e debatidos em conjunto.

Nas eleições de 2018 e em destaque, nas eleições de 2020, o número de mandatos coletivos foi relevante assim como a quantidade de mandatos efetivamente eleitos, distribuídos em diversos pontos do Brasil:

No que diz respeito à distribuição das candidaturas coletivas por gênero, pode-se perceber que 47,3% (148) foram lideradas por candidatas mulheres, em que pese ainda um predomínio de candidaturas masculinas (163 ou 52,1%). Esse número supera o perfil das/os candidatas/os a vereadores consideradas/os em sua totalidade. De acordo com dados do TSE (2020d) acessados no dia 04 de dezembro, sem os resultados consolidados incluindo a eleição do Amapá, 65,4% dos candidatos a vereadores eram homens, e 34,6% mulheres. Em 2020, houve um aumento significativo de candidaturas coletivas femininas, quando se compara com o histórico de candidaturas coletivas no Brasil que, até as

eleições de 2018, eram lideradas em 81% dos casos por candidatos homens (RAPS, 2019). Ressalta-se também o registro de duas candidaturas coletivas não binárias, o que indica um processo de diversificação por gênero. Considerando que as mulheres constituem 52,49% do eleitorado brasileiro, as candidaturas coletivas nas eleições municipais de 2020 os mandatos coletivos podem estar servindo como importante mecanismo de disputa das mulheres e de identidade de gênero não binário por espaço na política institucional. (SECCHI, 2019b).

As vantagens na utilização dessa ferramenta de representação se dão especialmente no campo da representatividade, especialmente para grupos minoritários politicamente que encontram nos partidos políticos a primeira e principal barreira para lançamento de suas plataformas e financiamento de suas campanhas.

As pesquisas apontam que os partidos ainda são resistentes ao uso dos mandatos coletivos pela ausência de previsão legal e em parte pela complicação no tocante à influência partidária nas negociações e tomada de decisões nas casas legislativas, vez que diante de um mandato coletivo, com decisões compartilhadas, só funcionaria efetivamente com um espaço de maior liberdade em matéria de representação.

Pesquisas apontam como entusiastas do uso dos mandatos coletivos os partidos do PSOL, PT e Rede, alinhados à esquerda e centro e pela direita, quem capitaneia uma abertura no tema é o Podemos. Detalhe que está em trâmite no Congresso uma proposta de emenda constitucional para garantir a regularização desse tipo de mandato para cargos parlamentares. (PAES, 2018).

Nos próximos capítulos iremos enfrentar o choque dessa realidade com os institutos clássicos da representação e do direito para, ao final, caminhar para a conclusão da validade do uso desse fenômeno como algo efetivamente regulamentado, afetando em especial, as mulheres candidatas que apesar de terem na figura dos mandatos coletivos, uma porta de entrada para ocupação dos espaços de poder, ainda sofrem com as estruturas opressoras do direito eleitoral nesse campo e podem sofrer ainda mais com a ausência de leis específicas sobre o tema.

Concepções sobre representação política individual e o direito eleitoral tradicional

As pesquisas apontam que os partidos ainda são resistentes ao uso dos mandatos coletivos pela ausência de previsão legal e em parte pela complicação no

tocante à influência partidária nas negociações e tomada de decisões nas casas legislativas, vez que diante de um mandato coletivo, com decisões compartilhadas, só funcionaria efetivamente com um espaço de maior liberdade em matéria de representação.

E essa liberdade e representatividade que chamam atenção para o fenômeno “A ideia de mandato coletivo é interessante porque agrega duas características típicas da juventude atual: a aversão a lideranças e a rede distribuída”¹⁷. Contudo, o direito tradicional não comporta aceitação para os mandatos coletivos, em virtude de sua construção ser toda baseada na representação individual.

Em um primeiro momento já temos o direito eleitoral e em especial, as interpretações extensivas do poder judiciário, como limitadores de direitos políticos, limitadores de uma representatividade plural e em um segundo momento temos a ausência de regulamentação da matéria dos mandatos coletivos como impedimento intransponível apresentado para algo que já existe no mundo dos fatos.

O mandato eletivo é pensado desde sua concepção, com o lançamento e registro de candidatura, até a eleição e garantias e prerrogativas do cargo político, como algo individual. Financiamento, nome na urna, voto do eleitor, prerrogativa de foro, imunidades parlamentares e demais garantias, são direcionadas ao candidato efetivamente lançado.

Nas eleições municipais de 2020 houve debate sobre o nome dos mandatos coletivos lançados na urna, pois a ausência de previsão legal desse tipo de candidatura prejudicaria o entendimento do eleitor e a correspondência do voto. Acerca da Identificação do Candidato, temos:

A identificação é feita nominal e numericamente. A primeira é disciplinada no artigo 12 da LE. Ao requerer sua candidatura, deve o pré-candidato indicar, além de seu próprio nome, as “variações nominais com que deseja ser registrado, até o máximo de três opções, que poderão ser o prenome, sobrenome, cognome, nome abreviado, apelido ou nome pelo qual é mais conhecido, desde que não se estabeleça dúvida quanto à sua identidade, não atente contra o pudor e não seja ridículo ou irreverente, mencionando em que ordem de preferência deseja registrar-se. Se o nome indicado puder confundir o eleitor, é facultado à Justiça Eleitoral exigir do candidato prova de que é co-

¹⁷ Afirma o analista político e professor de Direito da ULBRA (RS), Moysés Pinto Neto.

nhecido por ele. A opção de nome será utilizada na urna eletrônica. Não sendo apontado o nome que deseja que conste na urna, mesmo depois de notificado para fazê-lo, o candidato concorrerá com seu nome próprio, o qual poderá ser adaptado *ex officio* no caso de homonímia ou de ultrapassar o limite de caracteres que podem figurar na urna. O § 3º do dispositivo em apreço autoriza a Justiça Eleitoral a indeferir todo pedido de variação de nome coincidente com nome de candidato a eleição majoritária, salvo para candidato que esteja exercendo mandato eletivo ou o tenha exercido nos últimos quatro anos, ou que, nesse mesmo prazo, tenha concorrido em eleição com o nome coincidente. (GOMES, 2020, p. 406).

No caso dos mandatos coletivos, diante da ausência de normativa sobre o tema, não há segurança sobre a organização do grupo ou nenhuma segurança jurídica sobre sua formação, sempre haverá o registro de um dos integrantes como candidato oficial que terá seu nome na urna e todas as garantias da candidatura e, posteriormente, se eleito, do cargo, nesse sentido foi o enunciado 63 aprovado na I Jornada de Direito Eleitoral do Tribunal Superior Eleitoral.

O entendimento judicial tem sido de respeitar em determinados limites as previsões estatutárias dos partidos políticos nesse tocante. Contudo, algumas regras legais não têm como ser previstas nesse conjunto de normas e trazem problemas na hora da avaliação fática, é o caso da questão da suplência. Tivemos nas eleições municipais de 2020, a candidatura eleita de um mandato coletivo na Câmara Municipal de Belo Horizonte, formada por 09 integrantes, tendo como candidata oficial Sônia Lansky, que em abril de 2021, logo no início do mandato, renunciou por motivos de saúde. (JORNALISTAS LIVRES, 2021).

Nesse caso, pensando que a campanha e apresentação ao eleitor foi de um mandato coletivo, composto pelas pessoas ali expostas e que o voto foi conferido em confiança a esse trabalho, como lidar com uma regra de suplência que define que a vaga em aberto será ocupada por outro candidato que tenha recebido votos suficientes para estar nessa lista de espera? Como ficam os demais co-parlamentares eleitos de certa forma pela escolha popular?

Outras questões emergem dessa ausência de normatividade, qual seja, eventual uso da figura dos mandatos coletivos para disfarçar ou desviar valores obrigatórios de financiamento proporcional de candidaturas negras ou ainda candidaturas femininas.

Uso de laranjas agora na liderança de mandatos ditos coletivos, mas controlados e comandados efetivamente por homens, não seria novidade o uso de institutos não regulamentados ou regulamentados de maneira generalizada que acabariam prejudicando justamente as minorias políticas, em especial, mulheres.

Como ficaria a avaliação das condições de elegibilidade e inelegibilidade? Em tese, a justiça eleitoral só considera um dos candidatos como oficial e apenas sobre ele pesaria a avaliação das condições para exercício de sua capacidade eleitoral passiva. E os demais não seriam avaliados? Não seria uma outra brecha ocasionada pela ausência de regulamentação?

O direito eleitoral como braço do direito constitucional *prima* e estuda efetivamente a realização da democracia:

A justificação moral da democracia reside em seu poder de transformar os interesses das pessoas de um modo moralmente aceitável, entendendo a deliberação coletiva como capaz de alterar os interesses individuais. Tal configuração democrática exige que todas as partes interessadas participem na discussão e na decisão, de maneira razoavelmente igual e sem coerção, em que possam expressar seus interesses e justificá-los com argumentos genuínos; que o grupo tenha uma dimensão apropriada para permitir a maximização da probabilidade de um resultado correto; que as maiorias e minorias se formem a cada matéria discutida e nenhuma minoria reste isolada; e que os indivíduos não se encontrem sujeitos a emoções extraordinárias. Quanto mais participação política melhor para diminuir os hiatos no processo de deliberação: Mas não se ignora que os dois componentes principais da democracia contemporânea são os partidos políticos e as eleições periódicas. (SALGADO, 2010).

O que é representação política e qual a origem desse conceito tão debatido e que se apresenta quase como um obstáculo ao estabelecimento dos mandatos coletivos? De acordo com o Dicionário de Política formulado pela Universidade de Brasília, o sentido da representação política está, portanto, na possibilidade de controlar o poder político, atribuída a quem não pode exercer pessoalmente o poder.

A ideia de representação comporta três espécies: a primeira seria a representação como relação de delegação, também nomeado como mandato imperativo onde o representante é um mero executor da vontade dos representados; o segundo seria a representação como relação de confiança, onde o representante possui

autonomia e deve ter como orientação o interesse dos representados como foi por ele percebido.

Por fim, o modelo da representação como espelho é focado no efeito do conjunto das relações e não apenas no papel de cada representante, onde o organismo representativo funciona como um microcosmos que reproduz as características do corpo político. A questão nesse terceiro modelo é: como conseguir reproduzir todas as características de um corpo social complexo e plural no campo político?

Inicialmente o sistema proporcional com seu voto de dupla direção e a possibilidade de eleição de representantes de minorias conseguiu incorporar a ideia dessa representatividade. Contudo, com o crescente descrédito dos partidos políticos, a falta de engajamento popular nos debates e a erosão democrática vivida em uma sociedade cada vez mais complexa e plural, novas formas de representatividade precisam ser pensadas para superar a estática natural promovida pelas normas atuais.

O mecanismo do qual emerge a representação é um processo de disputa entre partidos políticos pela conservação ou obtenção de posições parlamentares e governamentais, o papel do representante neste campo deve assumir formas diferentes, de acordo com a disciplina partidária, das características da competição eleitoral, e da cultura política, é uma constatação na política do que existe no mundo dos fatos:

A representação pressupõe, por conseguinte, um complexo de direitos políticos (liberdade de imprensa, de associação, de propaganda, etc.) que permitem a formação e a manifestação da vontade política dos representantes. Mais alto ainda estão certos fatores culturais. A presença junto do público de uma cultura democrática “participante” e não passiva e nas classes políticas de uma cultura democrática e flexível em vez de autoritária e dogmática, facilita indubitavelmente o funcionamento da representação. Uma condição favorável ulterior é constituída pela presença das elites políticas alternativas, capazes de oferecer uma troca às que detêm o poder e assegurar a dinâmica competitiva a que está estreitamente ligado o mecanismo da representação. (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 1983).

O direito deve corresponder aos fatos e no campo democrático essa correspondência se mostra ainda mais necessária diante do caráter fundamental do direito de votar e ser votado. O sistema representativo tradicional não mais comporta os

necessários movimentos e influxos da vida social, devendo ser repensado para trazer segurança e normatividade aos fenômenos representativos, em especial, os mandatos coletivos.

Um repensar sobre institutos tradicionais da representação política e o direito fundamental de votar e ser votado

Vivemos inegavelmente um período em todo o mundo de “erosão da vitalidade democrática”. (FUNG; WRIGHT, 2003). Em termos gerais, é possível afirmar que a democracia atual apresenta sintomas nada animadores, tais como: afluência eleitoral declinante, diminuição da filiação em partidos políticos, diminuição da confiança tanto nos políticos quanto nos partidos políticos e nas instituições políticas em todo o mundo. (SCHMITTER, 2013).

Esse desinteresse político persiste apesar dos repetidos esforços para democratizar o sistema representativo. É possível afirmar que o resultado tem sido a substituição da democracia, ao invés do seu reforço (PITKIN, 2006). Por tal razão, é necessário pensar novas formas de se fazer política como uma forma de aumentar a participação, merecendo destaque o potencial existente nos mandatos coletivos, com um reavivar as vozes, opiniões e perspectivas pessoais plurais nos processos de formulação de políticas públicas.

Os mandatos coletivos podem figurar como uma lufada de renovação e movimento na estaticidade da representação política podendo ser um instrumento inovador de garantia de ocupação dos espaços de poder por grupos minoritários, em especial, mulheres. Contudo, a ausência de regulação ou uma normativa que ignore os vieses sociais pode fazer com que o instrumento dos mandatos coletivos se junta a tantas outras políticas afirmativas que servem apenas de enfeite identitário de normas orientadas por uma força neoliberal.

Os estudos já realizados sobre os mandatos coletivos demonstram que na prática a campanha eleitoral nesses casos envolve custos menores do que candidaturas individuais (VIEIRA; CROZATTI; RIBEIRO, 2012) e em confronto com a quantidade de votos em alguns locais, é possível identificar que o custo do voto no mandato coletivo sai mais barato que o custo do voto em mandatos individuais.

A justiça eleitoral vem evitando enfrentar o mérito sobre os mandatos coletivos se limitando a trabalhar a noção de que não possuem regulamentação e que mesmo que existam no mundo dos fatos, apenas um dos representantes daquele grupo seria de fato candidato, além disso, acabam por entrar em um raciocínio dos

mandatos não como fenômeno representativo, mas como uma estratégia de campanha e divulgação, o que afetaria ainda a ausência da figura das coligações para eleições proporcionais.

A limitação da finalidade almejada pelos mandatos coletivos e identificada pelos dados dos já existentes que demonstram um grande envolvimento e engajamento na propaganda e eleição desses movimentos, como uma mera estratégia de marketing vai de encontro inclusive com a natureza fundamental do direito de votar e ser votado em uma última análise.

Direitos políticos são multifuncionais, ou seja:

São multifuncionais, na medida em que o direito político em sentido amplo irradia feixes de posições jusfundamentais originando funções ligadas ao respeito, à proteção e à promoção do bem jurídico protegido. Tais funções podem ser sistematizadas em dois grupos: (i) direitos fundamentais como direitos de defesa; e (ii) direitos fundamentais como direitos a prestações. Este último, por sua vez, subdivide-se em dois subgrupos (ii.1) direitos a prestações em sentido amplo (que engloba os direitos de proteção e os direitos à participação na organização e procedimento); e (ii.2) direitos a prestações em sentido estrito (direitos a prestações materiais sociais).

A noção de democracia como governo da maioria somente se justifica, sob um aspecto de direito fundamental, quando os membros da coletividade são capacitados como agentes morais emancipados e são tratados com igual respeito e consideração, “a participação direta dos indivíduos na tomada de decisões políticas é obrigatória sempre que possível, para minimizar as distorções da representação e o hiato no processo de deliberação” (SANTIAGO NINO, 1996).

Essa representação precisa cada vez mais se apegar ao elemento cultural e humano, se distanciando de uma leitura fria da lei (PITKIN, 2006), não se pode esquecer que como origem dessa noção de representatividade temos a ideia do povo, como figura única em toda a sua pluralidade, representado pelo governo, autorizado mediante um mandato e essa representação precisa estar de acordo com o ideal moderno da igualdade e da autodeterminação, ou seja, não faz sentido pensar em representatividade sem pensar na necessária pluralidade oriunda do espírito constitucional e da realidade social em que estamos inseridos.

Os direitos políticos consubstanciados no direito de votar e de ser votado guardam não apenas uma garantia aos cidadãos, mas também um dever ao Estado para que reconheça os fenômenos de participação e representatividade e garanta, na forma constitucional, a igualdade e o direito de voz para todos, na forma que melhor garanta a inserção, em especial, de grupos minoritários.

A situação da ocupação dos espaços de poder por mulheres e o uso dos mandatos coletivos: uma conclusão

Os instrumentos de democracia direta e as políticas afirmativas que primam pela garantia de representatividade, em especial das destinadas à ocupação feminina, se mostram na prática insuficientes para sua finalidade e em grande parte isso se dá não apenas pela falta de comprometimento dos atores envolvidos em matéria eleitoral, mas especialmente porque esses instrumentos não foram pensados através de uma perspectiva de gênero.

A lente do gênero e a via da Interseccionalidade se destinam justamente para aproximar o direito das questões sociais, humanizando o debate e evitando que as leis sejam apenas uma força simbólica ou ainda pior, mais uma das vias de opressão estatal. Uma das formas de ultrapassar as barreiras partidárias pode ser o uso dos mandatos coletivos, com a inclusão de sujeitos que sozinhos não teriam forças para almejar uma candidatura e eventualmente uma eleição aprimorando e qualificando com outras visões o processo de tomada de decisões.

A sub-representatividade feminina não superada pelos instrumentos legais existentes de maneira satisfatória e que gera uma insatisfação com a qualidade da representatividade existente na política acaba unindo diversas singularidades femininas, vias interseccionais, que se traduzem na proposta de novos vínculos, superando a noção tradicional de Estado e de política de maneira emancipatória. (DOUZINAS, 2009).

Certos cuidados devem ser tomados quando da regulamentação desejada do instituto para que efetivamente seja válido a começar pela aceitação dos mandatos coletivos que sejam espontaneamente formados e não obrigatoriamente indicados pelo partido, em um segundo plano deve ser sim considerado apenas um candidato oficial para fins de contagem eventualmente da cota de gênero no lançamento de candidaturas e/ou avaliação de tempo e financiamento proporcional de candidaturas pretas.

Além disso, é ideal que a avaliação das condições da capacidade eleitoral passiva feitas por ocasião do registro de candidatura seja efetivada sobre todos os membros do grupo (consideração individual para fins de contagem de cota e financiamento, mas co-

letiva para fins de elegibilidade e inelegibilidade) conferindo, assim, segurança e lisura do grupo e impossibilidade de uso de mandatos coletivos laranja. O ideal é a pluralidade atingida via mandatos individuais, mas não se pode negar com regras bem claras para evitar fraudes, o uso dos mandatos coletivos que já existem na realidade dos fatos.

A igualdade de gênero como bandeira política significa não apenas conferir diversidade e representatividade nos espaços de poder, mas também de diversificar a agenda de debates, conferindo maior qualidade para a democracia no País e maior validação dos atos adotados pelo estado.

A política não pode ser pensada dissociada da realidade fática e pensar os institutos representativos emancipadores é necessário sob o viés das desigualdades sociais para, assim, atingir os obstáculos e os meios de opressão que impedem a maior participação de mulheres. Novas formas de fazer política que aliviem ou excluam a dicotomia entre espaço público e privado devem ser consideradas para superação de tradições e instituições liberais, que em algum momento funcionaram, mas que hoje se mostram insuficientes para garantia de igualdade material.

A erosão dos sistemas partidários tradicionais, a ascensão do populismo de direita e o declínio do apoio popular à democracia já foram apontados como sinais da crise atual. (...) A relação entre democracia e desigualdades é central para compreender os padrões duradouros de acomodação, mas também os processos mais recentes de erosão”. (BIROLI; VAGGIONE; MACHADO, 2020).

Conceitos tradicionais que acabamos por assumir como regras e costume devem ser rompidos em nome de um fundamento maior que é de participação política, pluralidade dos espaços de poder e reconhecimento pelo direito dos fatos, no caso, os mandatos coletivos já são uma realidade e a atenção com sua necessária regulamentação repousa na leitura das normas de direito sob uma lente de gênero e considerando todas as vias de opressão sofridas pela mulher, para que não sejam mais um instrumento inócuo de garantia de representação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 29 mar. 2018.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. Brasília: Editora UnB, 1983.

BIROLI, Flávia; VAGGIONE, J Marco; MACHADO, Maria das Dores. *Gênero, neoconservadorismo e democracia: disputas e retrocessos na América Latina*. São Paulo: Boitempo. 2020.

DOUZINAS, Costas. **O fim dos direitos humanos**. São Leopoldo: Unisinos, 2009.

FARIA, Fernando de Castro. **Democracia e partidos em crise: a busca por respostas**. Curitiba: Editora Íthala, 2020.

FLORES, Joaquín Herrera. **Teoria Crítica dos Direitos Humanos: os direitos humanos como produtos culturais**. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris. 2009.

FUNG, Archon, WRIGHT, Erik Olin. Thinking about empowered participatory governance. In: FUNG, Archon, WRIGHT, Erik Olin, **Deepening democracy: institutional innovations in empowered participatory governance**. London: Verso, 2003.

GOMES, José Jairo. **Direito Eleitoral**. São Paulo: Atlas, 2020.

HABERMAS, J. **Direito e Democracia**. Tradução de Flávio B. Siebeneicheler. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

JORNALISTAS LIVRES. **O fim melancólico do primeiro mandato coletivo de BH**. 5 abr. 2021. Disponível em: <https://jornalistaslivres.org/o-fim-melancolico-do-primeiro-mandato-coletivo-de-bh/>. Acesso em: 09 jun. 2021.

MIGUEL, Luis Felipe. **Feminismo e política: uma introdução**. São Paulo: Boitempo, 2014.

PAES, Caio de Freitas. *Eleições: a curiosa proposta dos mandatos coletivos*. **Outras Palavras**, 07 jun. 2018. Disponível em <https://outraspalavras.net/sem-categoria/eleicoes-a-curiosa-proposta-dos-mandatos-coletivos/>. Acesso em: 04 jun. 2021.

PERÚ. **Congreso de la República**. Disponível em: <http://www.congreso.gob.pe/participacion/presentacion>. Acesso em: 09 jun. 2021.

PITKIN, Hanna Fenichel. Representação: palavras, Instituições e ideias. **Lua Nova**, São Paulo, n. 67, p. 15-47, 2006.

REINHOLZ, Fabiana. Mandatos coletivos: uma alternativa à participação política para grupos minoritários. **Brasil de Fato**, 06 out. 2020. Disponível em: <https://www.brasildefatores.com.br/2020/10/06/mandatos-coletivos-uma-alternativa-a-participacao-politica-para-grupos-minoritarios>. Acesso em: 04 jun. 2021.

SANTIAGO NINO, Carlos. **La constitución de la democracia deliberativa**. Barcelona: Gedisa, 1996.

SALGADO, Eneida Desiree. **Princípios constitucionais eleitorais**. Belo Horizonte: Editora Fórum, 2010.

SALGADO, Eneida Desiree; BERTOTTI, Bárbara Mendonça. A multifuncionalidade dos direitos fundamentais políticos no ordenamento jurídico brasileiro. **Revista do Direito**, Santa Cruz do Sul, v. 3, n. 56, jan. 2019. ISSN 1982-9957. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/direito/article/viewFile/11810/7824>. Acesso em: 04 jun. 2021.

SARTORI, G. **Teoria Democrática**. Rio de Janeiro: Fundo de cultura, 1965.

SECCHI, Leonardo (coord). **Mandatos coletivos e compartilhados: inovação na representação legislativa no Brasil e no mundo**. 2. ed. São Paulo: Instituto Arapyaú de Educação e Desenvolvimento Sustentável, 2019a.

SECCHI, Leonardo. (org). **Mandatos coletivos e compartilhados: desafios e possibilidades para a representação legislativa no século XXI**. São Paulo: Rede de Ação Política pela Sustentabilidade – RAPS. 2019b. Disponível em: www.raps.org.br/2020/wp-content/uploads/2019/11/mandatos_v5.pdf. Acesso em: 09 jun. 2021.

SCHMITTER, Philippe C. Reflections on political meritocracy: its manipulation and transformation. In: BELL, Daniel A.; LI, Chenyang (eds.). **The east Asian challenge for democracy**: political meritocracy in comparative perspective. New York: Cambridge University Press, 2013.

SCHUMPETER, J. **Capitalismo, socialismo e democracia**. Rio de Janeiro: Fundo de cultura, 1961.

URBINATI, Nadia. O que torna a representação democrática? **Lua Nova**, São Paulo, n. 67, p. 191-228, 2006.

VIEIRA, Rui Albuquerque da Costa; CROZATTI, Matheus; RIBEIRO, Matheus Silva. Mandato coletivo vs mandato individual: análise de custos em campanhas eleitorais para o fortalecimento da democracia brasileira. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CUSTOS, 19. **Anais...** Bento Gonçalves, RS, Brasil, 12 a 14 de novembro de 2012.

XAVIER, Sandy. Mandato coletivo: uma nova forma de compor um gabinete. **Politize**, 2019. Disponível em: <https://www.politize.com.br/mandato-coletivo/>. Acesso em: 04 jun. 2021.

O DIREITO À CIDADE SOB A PERSPECTIVA DE GÊNERO

Germana Pires Coriolano

Mulheres e cidades, duas palavras de origem semântica femininas, que se abrem a amplas perspectivas e acolhem a diversidade da sociedade na transformação do espaço. Habitar a cidade é possuí-la, é pertencer, é coexistir. Mas alguns questionamentos nos incomodam: De quem é a cidade de fato? Todas as pessoas têm acesso à cidade da mesma forma? Os bens e serviços são acessíveis de forma igualitária? Onde estão localizados os equipamentos públicos de melhor qualidade? Onde estão localizadas as melhores praças, parques, escolas? Para onde são direcionados os recursos da cidade? As mulheres têm o mesmo acesso à cidade do que os homens? A cidade é segura? É acessível? Para quem ela é segura ou quem sente maior insegurança nas cidades? Quais são as perspectivas das mulheres ao caminhar pela cidade? Como as diferentes mulheres se apropriam dela? Dar luz a todas essas inquietações é tornar visível as diferenças e desigualdades histórico-culturais existentes nas cidades e buscar caminhos para a construção de cidades democráticas.

Os anos de 2020 e 2021 estão marcados como uma das maiores tragédias conhecidas pela humanidade. O Brasil acaba de alcançar a marca de 500 mil mortos pela maior pandemia já enfrentada, que alastrou a Covid-19 por todo o mundo. O cenário é de crise generalizada, para além da crise sanitária, vivencia-se no país uma crise econômica, social e política. O desemprego avança a passos largos, a fome atinge uma grande parcela da população brasileira, as desigualdades se acentuam e os problemas das cidades ficam cada vez mais expostos.

Apesar da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CF-88) assegurar direitos iguais para toda a população, na prática essa igualdade não existe, muito pelo contrário, o país está repleto de desigualdades locais e regionais que atingem a população de diferentes formas, segundo a sua raça, classe, gênero e sexualidade.

O isolamento social necessário para conter a proliferação da doença até que a população pudesse ser imunizada, mudou a rotina da sociedade e a vida privada das famílias, principalmente as de menor renda. A violência contra as mulheres aumentou substancialmente em todo o mundo e no Brasil não foi diferente. De acordo com pesquisa recente realizada pela ONU Mulheres, e cotada por Stuchi et al (2021), os casos de violência doméstica contra a mulher aumentaram 30% em diferentes países

do mundo. No Brasil, segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, as notificações de violência de gênero, por meio de ligações para a polícia aumentaram 3,8% em 2020. Segundo Stuchi et al (2021), em 2020 o Brasil registrou um aumento de 1,9% dos casos de feminicídio e de medidas protetivas, contudo houve uma redução de 9,9% de registros policiais, em relação a 2019. A autora considera que este cenário provoque uma subnotificação da violência real.

Para além do problema da violência, a pandemia escancarou as desigualdades relacionadas à economia do cuidado, que sobrecarrega as mulheres com a responsabilidade com o trabalho doméstico e o cuidado com crianças, idosos e familiares doentes. Se as cidades se tornaram mais desiguais durante esse período, pode-se afirmar que as mulheres são as mais afetadas por essas desigualdades, acentuando-se, ainda mais, de acordo com a raça, a classe, a renda e o local de sua moradia. A exclusão e a violência, seja ela física ou simbólica, é substancialmente maior para as mulheres presentes em territórios periféricos, especialmente para as mulheres negras.

Colonialidade e gênero

Não é objetivo deste texto aprofundar nos fatores que levam à violência e às desigualdades de gênero, mas é importante salientar que eles são estruturais na nossa sociedade e fazem parte da formação histórico-cultural de um país colonialista, patriarcal, racista e desigual. Parte desse processo de construção de uma sociedade sexista e patriarcal pode ser observada na origem da própria legislação brasileira. Durante o processo de colonização do Brasil as Ordenações Filipinas, que eram modelos jurídicos de origem portuguesa, foram aplicadas indistintamente em todo o território nacional para regular as relações sociais no Brasil Colônia por Portugal e compõe os primeiros instrumentos jurídicos aplicados no país e legitimavam o uso da violência contra as mulheres.

Tais ordenamentos jurídicos eram compostos, cada um deles, por um conjunto detalhado de normas que buscavam definir não apenas as relações dos indivíduos para com a Coroa portuguesa, como também normatizavam as relações privadas. Nesse sentido, regulavam comportamentos e atribuíam punições para as transgressões relativas à vida moral, à convivência doméstica e às relações conjugais. (SOUZA; BRITO; BARP, 2009, p. 65-66)

Neste sentido, observa-se que as desigualdades e os diversos tipos de violência sofridas pelas mulheres foram absorvidas, reproduzidas e imperam até os dias atuais, naturalizadas pela sociedade, reafirmando o sentido da colonialidade do poder na perspectiva de gênero. O conceito de colonialidade transcende ao de colonialismo e busca compreender o processo de dependência que não desaparece nos países que foram colonizados, mesmo com o término das administrações coloniais e a “independência” desses países, buscando explicar a continuidade dos processos de dominação e as estruturas de poder que se perpetuam por meios de “mecanismos do sistema-mundo capitalista moderno/colonial” (GROSFUGUEL, 2008, p. 126).

Segundo Quijano (2009), no sistema capitalista mundial colonial-moderno as três instâncias centrais de ordenamento das relações de exploração/dominação/conflito são a questão do trabalho, de raça e do gênero; enquanto o poder se estrutura nas relações de disputa sobre o controle das seguintes questões:

- 1) o trabalho e os seus produtos;
- 2) a ‘natureza’ e os seus recursos de produção;
- 3) o sexo, os seus produtos e a reprodução da espécie;
- 4) a subjectividade e os seus produtos, materiais e intersubjectivos, incluindo o conhecimento;
- 5) a autoridade e os seus instrumentos, de coerção em particular, para assegurar a reprodução desse padrão de relações sociais e regular as suas mudanças. (QUIJANO, 2009, p. 76)

Dessa forma, as relações de gênero se enquadram como uma das principais formas de domínio/exploração das mulheres em torno da colonialidade do poder. As normas e os padrões de comportamento sexual e da organização familiar baseados no modelo de sociedade europeia, que pressupunha a fidelidade das mulheres e a liberdade sexual dos homens, foram utilizados para a exploração sexual, por homens brancos, de mulheres negras e indígenas escravizadas, no Brasil e outras mulheres de etnias consideradas subalternas em todo “mundo eurocentrado” (QUIJANO, 2009).

As marcas da Colônia se enraizaram na estrutura cultural brasileira, consolidando as suas desigualdades constituídas e reafirmadas por meio das relações de poder, naturalizando e legitimando, no decorrer da história, uma sociedade patriarcal, racista e sexista, num sistema-mundo capitalista que se estrutura com o estabelecimento de relações sociais que favorecem a constituição e a perpetuação da existência de sujeitos subalternizados (QUIJANO, 2009). Na visão de Grosfoguel (2008, p. 122) o processo

de colonialismo nas Américas foi “mais complexo do que aquele que é retratado pelos paradigmas da economia política e pela análise do sistema-mundo. Às Américas chegou o homem heterossexual/branco/patriarcal/cristão/militar/capitalista/europeu, com as suas várias hierarquias globais enredadas e coexistentes no espaço e no tempo”.

Para Lugones (2008), o capitalismo global eurocentrado constituiu, por meio da colonização, as desigualdades de gênero, consolidando um sistema de opressão que domina muito mais do que as questões reprodutivas das mulheres, mas compreende a subordinação das mulheres em todos os aspectos da vida, a inferiorização cognitiva, política e econômica. A desigualdade de gênero, dessa forma, estrutura as relações sociais definindo na sociedade um sistema hierárquico de relações de poder, que privilegia os homens em detrimento das mulheres. Por sua vez, sob a perspectiva interseccional (observadas as categorias de gênero, classe, raça e sexualidade) esse sistema consolida uma estrutura de poder baseada em exploração/dominação/opressão ainda maiores sob as mulheres (negras, pobres, periféricas, lésbicas e transexuais), acentuando as desigualdades.

Sob esse ponto de vista, considera-se importante observar, sob o ponto de vista do feminismo da diferença, a visão interseccional de gênero, em contraponto à visão liberal de perspectiva branca heterossexual. Sob esse aspecto, Holanda (2018) considera que as mulheres negras enfrentam uma desigualdade muito maior do que as brancas, sofrendo com a discriminação, o silenciamento, a violência e o genocídio da população negra, advindos de uma sociedade escravagista, perpetuando a colonialidade do poder sob os corpos negros, que naturalizando a morte de homens e mulheres negras, como seres descartáveis, assim como preconizado durante o processo de colonização do Brasil.

Lugones (2008) afirma que historicamente as mulheres brancas europeias eram caracterizadas como frágeis, pacíficas e sexualmente passivas, enquanto as mulheres não brancas, colonizadas, escravizadas eram caracterizadas como fortes capazes de realizar para qualquer trabalho, sexualmente agressivas, vistas como objeto de propriedade e por uma gama de perversões e agressões sexuais. Tal caracterização perpetua até os dias atuais legitimando a exploração e a violência das mulheres negras, numa articulação entre trabalho, sexo e a colonialidade do poder.

As mulheres e o direito à cidade

A cidade é fruto de um processo dinâmico e dialético, palco do encontro de pessoas e ao mesmo tempo produto desse encontro que se produz e reproduz a partir de suas relações, necessidades e contradições, materializando no território seu pro-

cesso histórico-cultural, a sua conjuntura política, social e econômica. Para Brenner (2018, p. 07) a condição urbana “é um redemoinho implacável de transformações socioespaciais e de contestações sociopolíticas”.

A cidade dessa forma, é compreendida como lócus de reprodução do sistema capitalista, uma vez que entendemos que este é o motor das transformações das sociedades surgidas a partir do contexto da modernidade, além de ser o indutor dos problemas relativos ao crescimento e à planificação urbana (HARVEY, 2006; LEFEBVRE, 2009; CORREA, 1989).

No modo de produção capitalista da cidade, a terra urbana e a própria cidade são consideradas mercadorias, e como tal, seguem as “leis” estabelecidas pelo mercado, condicionando a distribuição da população no território a partir de sua renda, cujo efeito perverso reproduz o processo de segregação na cidade, no qual se estabelece a divisão territorial da sociedade, de acordo com o perfil socioeconômico da população, definindo zonas sociais, em uma conexão entre a configuração urbana e o padrão de desigualdades que prevalecem na cidade, resultando numa cidade estruturada a partir da segregação socioespacial, tal qual relatado por Villaça (1998).

A globalização e as políticas neoliberais têm transformado as cidades, de forma significativa, com o objetivo de atender às demandas do mercado financeiro e imobiliário, em detrimento das necessidades da população, acentuando, dessa forma, os problemas urbanos e os processos de segregação social, aprofundando, ainda mais, as desigualdades, produzindo territórios fragmentados e ao mesmo tempo homogeneizados de grupos sociais, segundo sua classe, gênero, etnia/raça, e idades, mantendo grupos de maior vulnerabilidade social excluídos dos direitos em territórios de pobreza nas precárias periferias das cidades (FALÚ, 2009). Nesta mesma linha de pensamento, Rolnik (2019, p. 14-15) ao relatar os conflitos das cidades na “era das finanças”, afirma que:

As políticas habitacionais e urbanas renunciaram ao papel de distribuição de riqueza, bem comum que a sociedade concorda em dividir ou prover para aqueles com menos recursos, para se transformarem em mecanismo de extração de renda, ganho financeiro e acumulação de riqueza. Esse processo resultou na despossessão massiva de territórios, na criação de pobres urbanos “sem lugar”, em novos processos de subjetivação estruturados pela lógica do endividamento, além de ter ampliado significativamente a segregação nas cidades.

O primeiro autor a trabalhar o conceito do *direito à cidade* foi o filósofo francês Henri Lefebvre em 1968, na sua perspectiva o direito à cidade consiste no direito, de todos os cidadãos e grupos sociais, de habitar à cidade e se apropriarem dela, podendo assim intervir no espaço e transformar a vida urbano em espaços de liberdade, uma cidade voltada para o atendimento das necessidades de sua sociedade, em contraponto à cidade capitalista neoliberal em que o planejamento urbano é voltado para as demandas do mercado (LEFEBVRE, 2009).

Lefebvre não incluiu na análise do processo de desigualdades uma visão específica interseccional de gênero, mas apresentou a necessidade de apropriação da cidade por toda a população e do exercício de um poder coletivo social e político como fundamentais para reformular as cidades conforme as necessidades de toda a população e construir uma cidade renovada. Visão esta, que consideramos similar às defesas feministas, voltadas para a democratização da cidade na perspectiva de gênero e, a partir da qual, compreendemos que seja importante aprofundar, para atender as necessidades das mulheres, considerando também a classe e a raça, como categorias indissociáveis de análise deste processo de desigualdades urbanas.

O olhar de gênero sob o território nos permite compreender as diferentes esferas da cidade: a pessoal e a política, o território público e o privado/doméstico. Compreender essas diferenças é essencial para incluir no planejamento urbano e nas políticas públicas “uma nova sensibilidade urbana” que busca incorporar vozes até então invisibilizadas.

As mulheres têm um olhar diferenciado sob o espaço, muito mais sensível, tendo em vista que vivenciam com maior frequência as políticas públicas, por permanecerem como “responsáveis” pelo trabalho reprodutivo doméstico, voltado para as atividades de cuidado da casa e da família, com vistas à atender às necessidades das crianças e dos idosos. As mulheres se preocupam muito mais com a segurança e com a acessibilidade, por exemplo, tendo em vista que se sentem mais ameaçadas às violências urbanas; sofrem com a falta de moradia e infraestrutura urbana, como saneamento (acesso à água e esgotamento sanitário), energia elétrica, pavimentação, drenagem, iluminação pública, praças, parques; também são as que mais são afetadas pela falta ou precariedade de serviços públicos essenciais, como unidades de saúde, escolas e creches. (FERREIRA, 2008; SANTORO, 2008).

Como já apresentado, o processo de produção das cidades capitalistas produz cidades desiguais, reproduzindo territórios segregados, espaços precários, destinados a população de menor renda, reflexo da desigualdade na distribuição de recursos sob

o território. Consideramos que estas desigualdades são percebidas e vivenciadas de uma forma muito mais significativa por mulheres, no entanto, elas ainda se encontram invisibilizadas nos debates sobre políticas públicas urbanas e sobre o planejamento das cidades. Dessa forma, entendemos que reconhecer as desigualdades de gênero seja imprescindível para compreensão das dimensões produtivas (trabalho remunerado) e reprodutivas do trabalho (não remunerado) e de que forma elas interferem na produção das cidades.

A ideia de consolidar na cidade, nos espaços construídos, ambientes voltados para mulheres - espaços femininos ou voltado para homens - espaços masculinos seguem uma lógica masculina de produção do espaço urbano, que tem por objetivo manter as mulheres nos espaços privados, reforçando “o lugar da mulher na sociedade”, restringindo ao ambiente doméstico e às tarefas historicamente voltadas para os cuidados (o trabalho reprodutivo – não pago), acentuando a falsa dicotomia entre público e privado, refletindo a dominância da perspectiva masculina na produção dos espaços públicos da cidade, que por sua vez são definidas majoritariamente por homens, tendo em vista que estes participam dos espaços de poder e de decisão política (SILVA, 2016). Tal reflexão reafirma a teoria de que na construção da casa e da cidade permanece a lógica da colonialidade do poder exercido para dominação/exploração das mulheres, isolando-as nos espaços públicos e decisórios das cidades.

A falta de uma leitura feminista interseccional sobre a cidade contribui para a reprodução dos processos de desigualdades, tendo em vista que, ao invisibiliza-las e não reconhecer as diferenças e os processos de exclusão de gênero presentes na sociedade, inviabiliza a implantação de políticas públicas específicas para romper com o ciclo excludente e desigual de produção das cidades. A partir desta visão, Silva (2016) afirma que a relação entre gênero e a ideologia estética presente na sociedade patriarcal, é reproduzida na arquitetura e na cidade. A autora afirma que

os espaços de constrangimento, como a rua em determinados locais e horários, ou espaços de confinamento, como as residências em periferias distantes, são claramente elementos que tanto se referem às diferenças de acesso físico entre mulheres e homens a determinados espaços, como a construção de barreiras invisíveis criadas pelo olhar e força daqueles que impõem sua ordem e alcançam legitimidade (SILVA, 2016, p. 120).

Santoro (2008) levanta a hipótese de que “a mulher leva consigo o espaço doméstico para o público” e neste ponto de vista torna-se necessária a adaptação de equipamentos e espaços públicos que permitam que a vida doméstica possa coexistir com a pública. Apesar de existirem poucos estudos, no campo do urbanismo e do planejamento urbano, sob o enfoque de gênero, de um modo geral, as autoras que tratam do tema compreendem que as mulheres estão mais preocupadas com a garantia da função social da cidade, preconizada pelo Estatuto da Cidade (Lei Federal 10.257/2001), do que os homens.

Em diversos estudos, sobre as reivindicações das mulheres nas lutas urbanas, observa-se um discurso em prol de serviços e equipamentos públicos para a garantia dos direitos sociais, como o movimento por creches (prioritariamente formado por mães), movimentos pela saúde, pelo direito à moradia, etc. As mulheres também se mostram mais preocupadas com a segurança e a qualidade de vida da família e da comunidade; portanto principais reivindicações, referentes aos espaços públicos, como praças, parques e equipamentos de lazer, em geral são voltadas para atender as necessidades da coletividade e do direito de pertencimento à vida pública. (FERREIRA, 2008; SANTORO, 2008; SILVA, 2016).

Neste sentido, conforme relatado por Regina Ferreira (2008) a plataforma feminista da reforma urbana, produzida no âmbito do Fórum Nacional de Reforma Urbana, sinaliza várias possibilidades no sentido da garantia do direito à cidade e do cumprimento de sua função social:

- na Política de Habitação de Interesse Social: (i) o estabelecimento de um percentual mínimo de unidades dos programas de habitação de interesse social para as famílias uniparentais constituídas por mulheres, chefes de família, afrodescendentes, vítimas de violência, soropositivas, vivendo com AIDS, desempregadas ou em situação de vulnerabilidade; (ii) o estabelecimento de uma linha de financiamento específica voltada para a aquisição da habitação, para o mesmo público citado no item anterior; (iii) o estabelecimento de uma política de implementação de equipamentos públicos comunitários nas áreas de assentamentos precários e dos programas de habitação de interesse social: creches, restaurantes comunitários, centros comunitários, bem como uma política de integração destas áreas na rede escolar e de saúde pública local;
- na Política de Regularização Fundiária: a definição de que a titu-

lação deverá ser feita em nome da mulher ou em nome de ambos, homem e mulher; o reconhecimento da situação das mulheres separadas de fato, mas não judicial ou civilmente; a prestação da devida assistência jurídica gratuita às mulheres;

- na Política de Transporte: a definição de áreas específicas para as mulheres nos transportes coletivos públicos;
- na Política de Saneamento Ambiental: o desenvolvimento de programas de geração de trabalho e renda com grupos de mulheres em projetos de Coleta e Reciclagem de Resíduos Sólidos;
- na Política de Geração de Trabalho e Renda: o estabelecimento de uma linha de financiamento específica voltada para associações e cooperativas de mulheres autogestionárias, para a construção de habitação de interesse social e/ou geração de renda;
- na Política de Regulação do Uso do Solo: a adoção na legislação municipal de mecanismos de punição fiscal para os terrenos baldios que permaneçam ociosos. (FERREIRA, 2008, p. 125-126)

No âmbito das lutas pela reforma urbana, preconizadas pelo Fórum Nacional de reforma Urbana (FNUR), a questão de gênero foi introduzida ainda em 2003, após a criação do Ministério das Cidades, durante 1ª Conferência Nacional das Cidades pelo Fórum sem, contudo, alcançar êxito na incorporação dessas propostas. Já na segunda conferência nacional, realizada em 2005, o FNUR construiu um amplo debate preparatório que culminou em uma tese guia: “Construindo uma Agenda Feminista para a 2ª Conferência Nacional das Cidades”. Das propostas apresentadas, poucas foram incluídas na política urbana, mas dois pontos importantes foram incorporados às resoluções do Conselho Nacional das Cidades. O primeiro diz respeito à paridade de gênero na composição do conselho (item 12 da resolução da 2ª Conferência) e o segundo (item 35) apresenta a necessidade de “desenvolver uma nova cultura de gênero, de raça e etnia (...) para garantir que mulheres e homens tenham os mesmos direitos, oportunidades, responsabilidades e competências”. Incluindo também a necessidade de investimento na formação de mulheres para a sua efetiva participação e superação das desigualdades de gênero (FERREIRA, 2008). A incorporação da dimensão de gênero no debate da reforma urbana marca o início de um processo de discussão no Brasil, mas não culminou em mudanças significativas nos processos de planejamento e na produção do espaço urbano.

Tais preocupações, como afirma Santoro (2008), não ocorrem no planejamento universalista, totalitário, que não pensa a partir das vozes dos excluídos. O mesmo pode

ser observado no relatório da pesquisa para avaliação de planos diretores, elaborada pelo Ministério das Cidades (2011)¹⁸, na qual foi observado que poucos planos diretores incluíram a perspectiva de gênero e os que incluíram, o fizeram de forma superficial, introduzindo na questão habitacional a questão da mulher chefe de família.

Por um urbanismo feminista

A ideia de um urbanismo feminista, com um planejamento do território voltado o atendimento das necessidades das mulheres, compreende uma cidade que atenda toda a população de uma forma democrática, incluindo os grupos historicamente excluídos e ignorados pelas políticas públicas. Para Ana Falú a perspectiva de gênero aliada ao direito à cidade consiste em uma abordagem sobre o espaço urbano que

atende ao pleno exercício da cidadania, baseada no respeito e na igualdade entre homens e mulheres, incluindo o direito à terra, subsistência, trabalho, saúde, educação, cultura, moradia, proteção social, segurança, meio ambiente, saneamento, transporte público, entretenimento e informação¹⁹. (FALÚ, 2016, p. 15)

O primeiro caminho para construir cidades democráticas na perspectiva de gênero consiste no reconhecimento das desigualdades existentes na cidade e a partir desse reconhecimento estabelecer um processo amplo de escuta de mulheres, com vistas ao estabelecimento da paridade de gênero nos espaços decisórios sobre a cidade. A criação de instrumentos especiais com a garantia de políticas de cotas e estímulo da participação de mulheres são medidas fundamentais para que se possa avançar na (re)construção das cidades sob o enfoque de gênero, reconhecendo os limites estabelecidos às mulheres construídos social e historicamente e proporcionando espaços para redução das barreiras que impedem o processo participativo de mulheres.

Santoro (2008) sugere, baseada na leitura de Esquiaga (1997), uma mudança na escala de planejamento, buscando sair da ideia do total para a escala local de planejamento do território. Nesta perspectiva, é importante romper com a ideia repro-

¹⁸ Pesquisa coordenada pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano – IPPUR e da Rede de Avaliação e Capacitação para Implementação de Planos Diretores Participativos.

¹⁹ Tradução nossa

dução de modelos globais de planejamento de cidades, tão difundidos pelas agências multilaterais, que compõe a lógica da colonialidade do pensamento urbano com a importação de ideias hegemônicas do urbanismo ocidental (oriundas principalmente dos Estados Unidos e da Europa) e que visam homogeneizar as cidades, ignorando a realidade local e com isso invisibilizando a perspectiva dos atores sociais, excluindo-os do processo, de forma a construir cidades para o mercado financeiro, voltadas para manutenção e reprodução do sistema-mundo capitalista (SANCHES, 2010; VAINER, 2014).

Dessa mesma forma, em 1961, Jane Jacobs já propunha uma abordagem para um urbanismo mais humano, com o enfoque na escala local (do bairro, da praça, da rua, da calçada) das cidades, considerando a importância da vida urbana e da apropriação dos espaços públicos pelas pessoas, de forma a garantir cidades mais seguras e acessíveis para todos os cidadãos. A autora defendia uma escala de cidade que privilegia as relações sociais, na qual dever-se-ia estabelecer uma conexão visual entre as pessoas em seu ambiente privado (os moradores dos edifícios), com os cidadãos nos espaços públicos (calçadas, ruas e praças), proporcionando lugares mais seguros e atrativos para todos os grupos sociais.

Sabemos que o debate sobre a proposta de um urbanismo feminista é muito ampla e compreende um gama de fatores que precisam ser considerados, queremos finalizar esse ensaio reforçando aqui a ideia da necessidade da construção de cidades mais justas, igualitárias e democráticas, e para isso precisamos urgentemente avançar em propostas de políticas públicas equitativas, que visem romper com os processos de desigualdades de gênero, cristalizadas nos territórios das cidades, tratando as diferentes realidades e os diferentes sujeitos, com políticas locais específicas para cada necessidade a partir de uma visão interseccional, observando as categorias de gênero, classe, raça, etnia, sexualidade, e idade das pessoas presentes na diversidade da nossa sociedade, segundo uma escuta atenta e sensível da cidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. São Paulo: editora Ática, 1989.

FALÚ, Ana. Violencias y discriminaciones en las ciudades. In: FALU, Ana. **Mujeres en la ciudad. De violencias y derechos**. Ediciones SUR, 1ª edición. Red Mujer y Hábitat de América Latina, Construyendo Ciudades Seguras. Experiencias de redes de Mujeres de América Latina. Ediciones Sur. Santiago, Chile. 2009.

FARAH, Marta F. Santos. **Gênero e políticas públicas**. In: Rev. Estudos Feministas, Florianópolis, v. 12, n.1, 2004. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2004000100004&lng=en&nrm=iso
Acesso em 11 jun. 2021.

FERREIRA, Regina Fátima C. F. Plataforma feminista da reforma urbana: do que estamos falando? In: GOLVEIA, Taciana (org.) **Ser fazer e acontecer: mulheres e o direito à cidade**. Recife: SOS CORPO – Instituto Feminista para a Democracia; 2008.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. 2ª Edição. São Paulo: Annablume, 2006.

JACOBS, Jane. **Morte e Vida de Grandes Cidades**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

LEFEBVRE, Henri. **O Direito à Cidade**. São Paulo: Ed. Centauro (5ª Edição), 2009.

LUGONES, M. Colonialidad e gênero. **Tabula Rasa**. Bogotá, Colômbia, no. 9, pp. 73-101, 2008. Disponível em: <http://dev.revistatabularasa.org/numero-9/05lugones.pdf>

MOUTINHO, Laura. Diferenças e desigualdades negociadas: raça, sexualidade e gênero em produções acadêmicas recentes. **Cadernos Pagu**, vol. 42, 2014, pp. 201-248.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder e classificação social. In Santos, Boaventura de Souza & Meneses, Maria Paula. **Epistemologias do Sul**. Coimbra, Edições Almedina, pp. 73-118; 2009.

ROLNIK, Raquel. **Guerra dos Lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças**. São Paulo, Boitempo Editorial, 2019.

SÁNCHEZ, Fernanda. **A reinvenção das cidades para um mercado mundial /** Fernanda Sánchez. - 2. ed. – Chapecó-SC: Argos, 2010.

SANTORO, Paula F. **Gênero e planejamento territorial: uma aproximação**. XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, Caxambu, MG, 2008.

SILVA, J. M. **Gênero e sexualidade na análise do espaço urbano**. In: **Geosul**, Florianópolis, v. 22, n. 44, p 117- 134, jul./dez. 2007. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/viewFile/12612/11775> Acessado em 09 de Junho de 2021

SILVA, Mércia Maria Alves da. **Mulheres e direito à cidade**: dilemas para igualdade de gênero no âmbito das políticas públicas de habitação. Seminário Internacional Fazendo Gênero (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2017. Disponível em: http://www.en.www2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1499387524_ARQUIVO_textocompletoMerciaSilvafinal.pdf. Acesso em: 17 de jun. 2021.

SOUZA, Jaime L.C.; BRITO, Daniel Chaves de; BARP, Wilson José. Violência doméstica: reflexos das Ordenações Filipinas na cultura das relações conjugais no Brasil. **Teoria e Pesquisa** – UFSCAR, 2009. Disponível em: <http://www.teoriaepesquisa.ufscar.br/index.php/tp/article/view/161/137>. Acesso em 15 jun. 2021.

STUCHI, Carolina. G.; TEIXEIRA, Alessandra e MACIEL, Regimeire. **Violência doméstica contra mulheres: a outra pandemia**. Agência Bori. Disponível em: <https://abori.com.br/artigos/violencia-domestica-contr-a-mulher-a-outra-pandemia/>. Acesso em 18 jun. 2021.

VAINER, Carlos. Disseminating ‘Best Practices’: the coloniality of urban knowledge and city models”. In PARNELL, S.; OLDFIELD, S. **The Routledge Handbook on Cities of the Global South**. New York, 2014.

COLONIALIDADE DO PODER E NECROPOLÍTICA: NOTAS SOBRE A VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES NO ESPAÇO URBANO

Gabriela Ângelo Pinto

Introdução

O objetivo deste ensaio é compreender as articulações entre a militarização dos territórios de áreas de favelas, a gestão racista dos territórios e suas implicações na vida das mulheres. Apresentamos num primeiro momento o debate sobre o feminismo negro e o debate da interseccionalidade. Posteriormente analisamos a gestão racista do território, a militarização dos espaços de favela e a violência contra as mulheres. Nossa metodologia envolveu análise bibliográfica, pesquisa de campo e entrevista semiestruturada com mulheres moradoras do conjunto de favelas da Maré, localizada na cidade do Rio de Janeiro. A hipótese que buscamos comprovar é a de como a militarização dos espaços de favela tem uma relação com as violações de direitos vivenciadas por mulheres, sobretudo, negras e/ou periféricas no espaço urbano. Este artigo é resultado de alguns debates elaborados em minha tese de doutorado defendida no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense.

Feminismo Afro-latino americano e processo organizativo de mulheres negras e/ou periféricas

A expansão do(s) feminismo(s) negro e o processo de organização das mulheres negras nas periferias têm trazido para agenda pública a constatação de que a estrutura racista do Estado brasileiro é fundante das desigualdades sociais e que os processos de embranquecimento e opressão são marcas históricas da violência do Estado brasileiro contra a população negra.

Este artigo foi elaborado a partir das reflexões realizadas na pesquisa de tese de doutorado. A pesquisa foi desenvolvida na perspectiva teórica-metodológica da interseccionalidade. Este conceito amplamente difundido atualmente em pesquisas acadêmicas foi formulado por feministas negras nos anos 1980 e tem se constituído como uma importante ferramenta teórica metodológica no campo dos estudos de gênero. Este conceito tem permitido desvelar processo de relações de poder atrela-

dos a categorias como raça, gênero e classe. É importante reforçar que os primeiros trabalhos publicados academicamente são resultados da dedicação à militância e intelectualidade de mulheres negras que elaboraram o conceito.

Em 1983 a intelectual negra Lélia González desenvolve a análise da articulação entre sexismo e racismo e como estes sistemas de opressão funcionam como operadores simbólicos do ideário e das formas como as mulheres negras são tratadas no contexto brasileiro. Para González, racismo e sexismo se articulam e reproduzem violências contra as mulheres negras e não é possível compreender as discriminações e opressões vivenciadas pelas mulheres apenas pelos vieses de classe social.

Para Collins (2019) há, nas sociedades marcadas pelo racismo e sexismo, uma matriz de dominação que se caracteriza por opressões que se intersectam. Assim interseccionalidade, pode se tratar de um conceito ou mesmo uma ferramenta epistêmica-metodológica desenvolvida para dar significado à luta e experiência de mulheres, negras cujas especificidades não encontravam espaço de discussão *queer* no debate feminista branco. A perspectiva teórica-conceitual e metodológica interseccional deve ser abordada para uma construção de justiça social e não apenas como uma teoria de uma “verdade” desvinculada despreocupada com a justiça.

O conceito de interseccionalidade é, neste cenário, fundamental para fugir de interpretações reducionistas e/ou essencialistas. Assim de acordo com Kimberlé Crenshaw (2002):

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios que criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento. (CRENSHAW, 2002 p.177)

O Estado tem conseguido garantir sua função de assassino funcionando, “no modo do biopoder, pelo racismo”, como considera o filósofo Foucault. O que Foucault definiu como biopoder é a forma política de controle sobre os corpos, controle que se dá preferencialmente sobre os corpos marcados pela subalternidade. Por isso, faz sentido pensar que o corpo das mulheres é alvo do biopoder, do constrangimento de suas ações e liberdade.

Os diversos movimentos feministas ao longo da história em escala global foram se constituindo como resistência a esse controle estatal sobre os corpos. Nos debates apontados em diversas perspectivas dos movimentos feministas, a liberdade do corpo contra a opressão do Estado foi se constituindo como o centro da disputa.

No âmbito das favelas, mas especificamente das localizadas na cidade do Rio de Janeiro, às reivindicações e a luta por outro modelo de segurança pública e repúdio a um processo intenso de militarização da vida e dos territórios se colocava como uma ampla e necessária frente de lutas. Como por exemplo, destacamos a marcha realizada no dia vinte e cinco de maio de 2017 com cinco mil pessoas que marcharam pelo fim da violência na Maré, com uma forte liderança de mulheres à frente da mobilização.

A marcha contou com lideranças comunitárias, artistas, comerciantes locais, estudantes e professores das escolas públicas, moradores da Maré e de outros bairros da cidade, mães de vítimas da violência Estatal etc. Esta ação permitiu dar ampla visibilidade às constantes situações de violência vivenciadas pelos moradores e também reunir diversas instituições e redes externas a Maré (profissionais da educação, saúde, alunos, lideranças locais e religiosas da Maré) em torno do tema. Mas mesmo diante das inúmeras reivindicações, denúncias e ações, um jovem de 14 anos, Marcos Vinícius, foi brutalmente executado em dezenove de junho de 2018 em uma operação policial na Maré.

A ação começou na Vila dos Pinheiros e na Vila do João, onde uma casa foi invadida e cinco jovens, assassinados; em outra casa, outro jovem, de apenas 18 anos, sofreu o mesmo fim pelas mãos de agentes do estado. Quem são esses jovens? O que, de fato, ocorreu para que todos tenham morrido? As suas mortes são justificadas, na imprensa, a partir de uma versão da polícia segundo a qual os referidos rapazes faziam parte dos grupos armados que estão na Maré. Até que ponto é verdadeira essa afirmação? Se estavam em um contexto suspeito, deveriam ser assassinados? Foi feita perícia? Como obter essas respostas considerando uma lógica de intervenção militar que não dá o menor valor às vidas dos moradores das favelas e periferias, o que sempre caracterizou as forças policiais cariocas? O processo da operação se estendeu ainda a outras favelas, como Nova Maré, Nova Holanda e Parque União. Um helicóptero foi utilizado como plataforma de tiro — medida ilegal e imoral, cabe dizer. Nessa situação, ficam claros a lógica e o entendimento de que se estabeleceu uma guerra, e os moradores de favelas são

considerados parte do exército inimigo. No percurso, o helicóptero vai atirando, atingindo o que tem pela sua frente: casas, espaços culturais, como a Lona Cultural Hebert Vianna, o chão das ruas, onde ficam gravados os muitos furos das balas, e, como não podia deixar de acontecer, pessoas que circulam no momento dos disparos. Chegamos, então, ao Marcus Vinícius da Silva, um adolescente de 14 anos que estava no caminho de sua escola. A sétima vida abreviada em mais uma escolha do estado em insistir na lógica de extermínio da juventude negra deste país. Por isso, indagamos, mais uma vez: até quando? Por isso, no meio da dor, choro e tristeza, nos indignamos e não admitimos que a nossa voz nos seja tirada. Queremos justiça, queremos o fim do genocídio e responsabilizamos o estado por manter uma lógica bélica que continua destruindo a vida e a esperança do povo das favelas e periferias no Rio de Janeiro e no Brasil (SOUZA SILVA, 2018).

A execução de Marcos Vinícius, de 14 anos, dentre outras crianças e jovens da Maré revelam as inúmeras violências psíquicas/cognitivas, subjetivas, espaciais que crianças e adolescentes passam cotidianamente com as incursões policiais, e revelam que a atuação militarizada do Estado reproduz um modelo de regulação e normatização do controle, do esgarçamento psicossocial e espacial e do extermínio de moradores de favelas²⁰.

Diante de um contexto cada vez mais brutal as mães que tiveram seus filhos vitimados, em favelas, pela violência estatal se constituem como sujeitas políticas e se articulam em processos organizativos reivindicando justiça e memória de seus filhos que foram executados pela polícia em seus locais de moradia. Podemos afirmar, assim, que a identidade de mãe se constitui como uma categoria de identidade coletiva que impulsiona e legitima um profundo processo organizativo de mulheres moradoras de favelas em torno da luta por direitos e por justiça para seus filhos. Autoras como Vianna e Farias (2011) consideram que longe de ser um fato isolado, o acionamento da condição de “mãe”, sobretudo mulheres moradoras de favelas e espaços populares e negras, se traduz como elemento de autoridade moral em atos políticos que nos fala de trânsitos relevantes em cenários contemporâneos: entre a dor pessoal

²⁰ Disponível na página virtual do editorial El País (Brasil). Os dados referentes podem ser acessados pelo seguinte link: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/05/08/opinion/1557268763_938547.html?fbclid=IwAR3s9RPaQhV8LewXM2RwBOAkQl-COKgFUTMDdyW_w2lxZjvab4f6ORkqXapE

e as causas coletivas; entre sofrimentos e direitos; entre formas e dimensões distintas do luto, aqui tomado como processo inextricavelmente individual e social.

As formas organizativas das mães que tiveram seus filhos vitimados pelo Estado se diferenciam das formas tradicionais de movimentos de trabalhadores (as) e do universo histórico dos movimentos sociais do que se consolidou como um campo de lutas pela “reforma urbana” brasileira. São grupos de mulheres, mães em sua maioria, que vivenciam a perda trágica dos filhos por assassinato da polícia, além de um cotidiano de opressões e de violência na vida na favela.

Neste processo organizativo as “mães” vão se constituindo sujeitas políticas, capazes de englobar simbolicamente familiares de vítimas e consolidam assim uma insurgência política definida em estreitas conexões com as construções – sempre em processo – de gênero (VIANNA e FARIAS, 2011, p.15). Assim podemos considerar que conforme as autoras que:

Ao longo desse processo, em que pese a diversidade de atores, lócus e arenas envolvidos, duas unidades simbólicas vão sendo reificadas como entidades discursivas centrais: “as mães” e “o Estado”. Gostaríamos, assim, de nos deter agora nessa relação, considerando não a polissemia e a dimensão historicamente constituída do “Estado”, mas sua fabricação discursiva como polo antagonico às “mães”. Tal antagonismo alimenta-se de duas representações interconectadas que se expressam, em diferentes momentos, sob a forma de acusações: a primeira delas de ser o Estado o responsável direto pela morte em si dos seus filhos e familiares; a outra, de reforçar a ilegalidade e a injustiça que envolveriam essas mesmas mortes, ao não condenar os culpados e ao não se esforçar para apurar as condições em que a violência fatal foi exercida (VIANNA E FARIAS, 2011, p.14).

A luta neste sentido, para essas mães, vai ocupando quase que um lugar imperativo dessa mesma condição, seja pela memória e justiça, pelos seus filhos ou para que execuções não se repitam cotidianamente. Assim, vários coletivos de mães que tiveram seus filhos vitimados pelo Estado passam a se organizar para reivindicar justiça e memória para os seus filhos. Principalmente porque a maioria das execuções que são realizadas por policiais ou agentes do Estado são justificadas como “auto de resistência”, classificação fornecida pelos agentes do Estado diante de homicídios em favelas realizados por policiais.

É importante considerar que o termo “auto de resistência” foi criado em 1969, após o AI 5, como medida interna da própria polícia, para justificar e minimizar a prisão e flagrante de policiais autores de homicídios (MARTINS, 2018, p.19).

Violência contra as mulheres, violações do Estado e biopoder: ações e normatizações de controle de territórios e corpos em contextos urbanos

Algumas reflexões teóricas sobre a relação entre violações do Estado e os impactos na vida das mulheres vêm sendo desenvolvidas nos últimos anos por jovens ativistas moradoras de favelas e espaços populares. Destaco a dissertação “Baixada Cruel” Uma Cartografia Social do Impacto da Militarização na Vida de Mulheres da Baixada Fluminense. Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Políticas Públicas Em Direitos Humanos (PPDH/UFRJ), da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ em 2019.

Em um contexto de militarização das cidades reconhecemos que são os jovens negros do sexo masculino as principais vítimas da violência direta gerada pela “militarização”, porém não podemos deixar de reforçar o papel do gênero como categoria analítica relevante quando investigamos os processos “militarização” nas favelas e seus reflexos cotidianos na violência em sociedade. Pois as agressões e arbitrariedades contra mulheres moradoras de favelas são comuns e exacerbadas no âmbito de uma sociedade militarizada. Neste sentido, no âmbito das lutas e estratégias das mulheres diante deste contexto, Vianna e Farias (2011) analisam a figura da “mãe” como um personagem político central produtor de memórias, falas e reações contra injustiças e opressões em sua própria comunidade.

Decothé (2019) analisa que a ampliação da narrativa sobre militarização na Baixada Fluminense, mostrou-se presente na forma pela qual as mulheres participantes são impactadas com a ausência ao direito a circular com dignidade pela cidade.

Ausência de mobilidade urbana, políticas de habitação, saneamento e iluminação foram perspectivas adicionais ao olhar sob o impacto que a militarização exerce sobre os corpos das mulheres baixadenses. Outro ator relevante nessa construção analítica da militarização na vida de mulheres da Baixada Fluminense foram as igrejas pentecostais que desempenham um papel direto no controle dos corpos das mulheres moradoras de periferias. É importante destacar que na produção de cartografias sociais as mulheres reforçam a narrativa de que “territorialidade” também são seus corpos, e a formação de suas identidades está conectada com as ruas e avenidas onde habitam e circulam.

A partir da produção dos mapas sobre as narrativas das mulheres foi evidenciado o conceito de “luta” para explicar os episódios de resistência destas mulheres, mesmo que “invisibilizadas” pelo processo cotidiano de produção de dor, a resistência materializada no ato de resistir a um território hostil vem à tona através de outras ferramentas, como esta produção acadêmica. Assim compreendendo cotidianamente a estrutura do racismo letal que vitima principalmente corpos negros, as mulheres e mães negras lutam diariamente pela sobrevivência física de seus filhos e os filhos de suas comunidades e o combate a reprodução das relações de poder da branquitude.

Neste sentido, as mulheres residentes da Baixada Fluminense, majoritariamente negras, cartografam seu cotidiano através de óticas de sobrevivência, construindo papéis e posições de proteção e luta perante a diversidade de violações presentes em seu dia a dia (DECOTHÉ, 2019: 74).

Explorar o conceito de “militarização” também foi um dos objetivos da pesquisa, para mensurar seu impacto sobre o corpo de mulheres residentes da Baixada Fluminense. Foi utilizado na pesquisa uma conceituação ampliada sobre militarismo e sobre processos de militarização, de modo a afastar dois lugares-comuns dos estudos sobre militarização de forma geral: o foco nas Forças Armadas como instituição; e uma leitura “estadocêntrica” da relação entre política, militarismo e militarização. Nesta mesma perspectiva a jornalista Gisele Martins em sua pesquisa sobre militarização, censura e luta por liberdade de expressão na Maré compreende a militarização a partir do uso das forças policiais e do exército no controle da vida ocasionando alteração na vida cotidiana de pessoas em situação de pobreza (MARTINS, 2019: 28).

Um entendimento ampliado busca refletir sobre as formas através das quais fenômenos como o militarismo perpassam as relações sociais e as práticas cotidianas mais profundamente do que uma concepção institucional seria capaz de perceber (DECOTHÉ, 2019: 75). O trauma é exposto na pesquisa como um tema de reflexão sobre as formas como a sociedade e os indivíduos lidam e expressam a dor e o sofrimento quando associados a experiências históricas de violência, em particular de violência política em regimes ditatoriais.

Ao longo do desenvolvimento da pesquisa, dos diálogos e escutas estabelecidas com as mulheres da Maré foi percebendo e identificando que a violência vivenciada por elas também tinha uma relação direta com a experiência da violência vivenciada por seus filhos diante dos efeitos da militarização das favelas. Algumas mães foram se articulando junto a redes de mães e familiares vítimas da violência que foram se constituindo com acirramento dos casos de homicídios de jovens negros.

Com a intensificação da ação criminalizadora do Estado nos últimos anos em relação aos moradores de favelas identificamos que vêm se estabelecendo e se acirrando estratégias do exercício do poder estatal através de práticas e ações de controle territorial e disciplinamento dos corpos. Na atual conjuntura em favelas o Estado vem estabelecendo e implementando a reprodução de seu papel como agente do controle e da força militar. Assumindo abertamente práticas punitivas e exterminadoras de controle, gestão e execução de mortes com recorte classista e racial, com impactos específicos de gênero. Esta tem sido uma especificidade na configuração da gestão racista-patriarcal no espaço urbano.

Essas ações afirmam facetas históricas estruturais do Estado moderno-colonial, em sua conformação periférica do capitalismo, sendo neste contexto que se configuram formas crescentes de militarização e criminalização da vida em favelas e espaços populares, no entanto, não são homogêneos – atingem de forma distinta, desigual e com mais violência a determinados sujeitos e grupos.

Considerações Finais

A luta das mulheres vem pautando um novo sentido de direito à cidade. Nos últimos anos, as mulheres moradoras de favelas, organizadas em coletivos e diferentes instituições, têm colocado no debate público uma leitura interseccional das desigualdades colocando em pauta o racismo, o sexismo, as desigualdades e o combate ao patriarcado na leitura do urbano. As reivindicações colocadas pela agenda feminista, sobretudo pelos coletivos de juventude de mulheres negras e periféricas permitem identificar que a luta contra a opressão de gênero e dominação do patriarcado são pontos estruturais para combate e enfretamento das desigualdades nas cidades.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CRENSHAW, Kimberle. **Documento para o Encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero**. Revista Estudos Feministas, vol. 10, nº 1, 2002; p. 171-187.

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento Feminista Negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento**. Tradução Jámille Pinheiro Dias. São Paulo: Boitempo, 2019.

MARTINS, Gisele. **Militarização e Censura**: a luta por liberdade de expressão na favela da Maré. Ed. Núcleo Piratininga de Comunicação, Rio de Janeiro, 2019.

SILVA, Marcelle Decothé. “**Baixada Cruel**”: Uma Cartografia Social do Impacto Da Militarização na Vida de Mulheres da Baixada Fluminense”. Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Políticas Públicas Em Direitos Humanos– PPDH/UFRJ, da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, 2019.

SOUZA e SILVA, Eliana. **Testemunhos da Maré**. Rio de Janeiro: Mórula, 2015. 2. Ed.

VIANNA, Adriana e FARIAS, Juliana. **A guerra das mães**: dor e política em situações de violência institucional. Cadernos Pagu n.37, julho-dezembro, 2011. p. 79-116.

PINTO, Gabriela Ângelo. **Corpos-territórios, Mulheres e Direito à Cidade**: por uma análise feminista descolonial dos processos organizativos das mulheres do conjunto de favelas da Maré na cidade do Rio de Janeiro. Tese de Doutorado Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO/UFF). Niterói: UFF, 2021.

DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO: O DIRECIONAMENTO DA MULHER NO MUNDO DO TRABALHO

Érica Pollyana Oliveira Nunes

A divisão social do trabalho fortalece o sistema capitalista, que impede o ser humano de desenvolver a sua capacidade teleológica, origina assim múltiplos desdobramentos, dentre eles, a hierarquização da classe trabalhadora, os processos sequenciados da separação, a fragmentação e o estranhamento.

Inserida nesse cenário, a divisão sexual do trabalho, categoria cara aos estudos feministas, principalmente ao feminismo marxista, tem um processo histórico de múltiplas construções entre as autoras que refutaram o reducionismo conceitual e de lutas que segmentam a tríade classe, raça/etnia e sexo, para conceituar e debater as relações sociais de sexo. Nesta revisão bibliográfica²¹, pautamos a divisão sexual do trabalho, dentro da análise marxista, permeada de construções teóricas críticas, debates aprofundados e traçados por dezenas de autoras e estudiosas da categoria desde a década de 1970.

A discussão no primeiro momento, consiste em ratificar o processo histórico dialético da divisão sexual do trabalho, a autora Saffioti (2013) é precursora no debate, nos seus estudos pioneiros em 1969 com a obra, *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*, desvela a categoria, ao pontuar a análise do mercado de trabalho que *guetiza* as mulheres com a prestação e desvalorização do trabalho doméstico, que estende ao trabalho reprodutivo, com a mão de obra inferior ao do homem, portanto, são inseridas sorrateiramente no processo produtivo e reprodutivo do trabalho, plasmada no patriarcalismo, capitalismo e racismo.

Na sociedade de classes, o trabalho, a par de ser alienado enquanto atividade, gera um valor do qual não se apropria inteiramente o indivíduo que o executa, quer seja homem, quer seja mulher. Esta, entretanto, se apropria de menor parcela dos produtos de seu trabalho do que o faz o homem. É óbvio, portanto, que a mulher sofre mais diretamente do que o homem os efeitos da apropriação privada dos frutos do trabalho social (SAFFIOTI, 2013, p. 73).

²¹ Estudo esse iniciado na dissertação intitulada “Serviço Social e as conexões entre os processos de precarização do trabalho e a mercantilização da formação profissional” defendida pela autora em 2021.

Em sequência histórica, nas décadas de 1970 e 1980, novas autoras feministas, partindo das bases levantadas por Saffioti, desvelam com mais detalhamento a categoria divisão sexual do trabalho. Compreendendo, como o ponto determinante onde está localizado as bases materiais da opressão da mulher, tendo o patriarcalismo, o capitalismo e o racismo, o papel central nessa configuração das relações sociais de sexo.

Seguindo a linha do pensamento da Saffioti, a autora Kergoat (2009), menciona profundos estudos para compreensão dessa divisão sexual do trabalho, que para ela atenua as relações sociais de sexo, com a colossal urgência em perpassar qualquer reducionismo ou neutralidade dessa categoria, abordando a dimensão antagonônica das classes, a amplitude das relações sociais de sexo, raça/etnia e classe, sendo *consubstanciadas e coextensivas*.

Diante de tais elementos, a conceituação da categoria divisão sexual do trabalho, para a Kergoat (2009), reafirma que tem sentido ampliado, com centralidade na materialidade do trabalho, portanto “eles formam dois grupos envolvidos numa relação social específica: as relações sociais de sexo. Estas, como todas as relações sociais, possuem uma base material, no caso o trabalho, e se exprimem por meio da divisão social do trabalho entre os sexos, chamada, divisão sexual do trabalho” (p. 67).

No caldo cultural que permeia as relações sociais de sexo, a autora pondera, os dois macros princípios da divisão sexual do trabalho, “o *princípio de separação* (existem trabalhos de homens e trabalhos de mulheres) e o *princípio hierárquico* (um trabalho de homem “vale” mais que um trabalho de mulher)”. Evidencia ainda que não se trata de fatores micros ou locais da divisão social, mas “Esses princípios são válidos para todas as sociedades conhecidas, no tempo e no espaço. Podem ser aplicados mediante um processo específico de legitimação, a ideologia naturalista” (KERGOAT, 2009, p. 68).

Nesta simetria de discussões, Hirata (2010), nos seus estudos internacionais França – Europa – América Latina, nos pressupostos subjacentes da tríade elencada, é premente a compreensão do imbricamento do trabalho profissional e doméstico, produtivo e reprodutivo, sem exclusão do trabalho reprodutivo, informal ou não produtivo, nas palavras a autora.

Quando falamos da Divisão Sexual do Trabalho (DST), duas observações prévias são necessárias. A primeira refere-se ao conceito de trabalho, que, no caso da Divisão Sexual do Trabalho, é um conceito ampliado, que inclui o trabalho profissional e doméstico, formal e informal, remunerado e não remunerado. Assim, falar de novas configu-

rações DST remete ao universo tanto do trabalho profissional quanto do doméstico, do trabalho assalariado e do gratuito. A segunda observação diz respeito à indissociabilidade entre DST, divisão sexual do saber e divisão sexual do poder. (HIRATA, 2010, p. 01).

Na contemporaneidade Cisne (2018), propicia um rico estudo dessa categoria, ponderando as correlações do trabalho não pago no processo de reprodução “escravo”, como motor do sistema capitalista, refutando a naturalização do surgimento da divisão sexual do trabalho, mas como resultado do processo histórico patriarcal racista e capitalista, de controle e domínio, “Assim a divisão entre a esfera produtiva e reprodutiva fortaleceu a hierarquia e a desigualdade entre homens e mulheres” (p.99). Para tanto, a autora detalhe a divisão produtiva e reprodutiva,

A esfera produtiva é a da valorização, da produção de riqueza e, portanto, é tida como um espaço privilegiadamente masculino. A esfera da reprodução social - aqui entendida como as atividades necessárias para garantir a manutenção e reprodução da força de trabalho, é considerada um espaço feminino (CISNE, 2018, p. 99).

Nesse solo histórico da categoria, não divergente das demais autoras, mas corroborando, Cisne (2018) afirma a materialidade histórica da divisão sexual do trabalho, “Logo, a divisão sexual do trabalho é a base estruturante da exploração e da opressão da mulher. Ela é entendida como relação social e, como tal, é histórica, portanto, sujeita a transformações” (CISNE, 2018, p. 99).

É mister pontuar, e reafirmar, que a divisão sexual do trabalho não pode ser apreendida de forma reducionista, a-histórica e fenomênica casual, como uma mera desigualdade entre homens e mulheres no mundo do trabalho, mas sim “com a base nas assimetrias e hierarquias contidas nessa divisão, e que se expressam nas desigualdades existentes, dentre outros aspectos, nas carreiras, nas qualificações e nos salários entre os sexos” (CISNE, 2018, p. 99).

A premência de reexaminar a relação trabalho e mulher para desvincular da expectativa do “trabalho liberta a mulher”, é debatido pela autora hooks (2019), afirmando o quanto essa ideia alienou diversas “mulheres pobres e operárias, especialmente as de cor, do movimento feminista. [...] as mulheres pobres sabiam por experiência própria que o trabalho nem libertava nem trazia realização pessoal, mas antes, na maior parte dos casos, explorava e desumanizava” (p. 149). A autora pon-

dera o reducionismo que permeou e moldou as lutas das mulheres no feminismo burguês, que rechaçou as demandas das mulheres negras e pobres no mundo do trabalho e sociedade em geral, na sua inserção precária e exploradas, nas palavras de bell hooks,

Ao formular a ideologia feminista desse modo, como se ela fosse irrelevante para as mulheres que trabalham, as mulheres brancas e burguesas na verdade estavam excluindo essas outras mulheres do movimento. Com isso, elas puderam moldar o movimento feminista de forma a fazê-lo servir aos interesses da sua classe, sem ter de confrontar o impacto, positivo ou negativo, que as reformas feministas propostas teriam sobre a classe trabalhadora feminina (hooks, 2019, p. 151).

Portanto, o movimento neste estudo para analisar a divisão sexual do trabalho nas duas esferas de produção e reprodução do trabalho, demandou iniciar no sentido inverso, ao considerar a inserção primária e sorrteira das mulheres nas atividades reprodutivas, a serviço do cuidado, maternidade e atividades domésticas e posterior no mundo produtivo. Assim corrobora Cisne (2018, p. 101), a relevância em “perceber a relação da divisão sexual do trabalho no espaço da casa e da fábrica está em compreender que essa divisão é determinada por um único sistema que integra esses universos de forma a se apropriar das qualidades ditas femininas, para ampliação dos lucros na fábrica”.

Com o espraiamento das atividades reprodutivas nas produtivas, com múltiplas expressões da questão fulcral da divisão sexual do trabalho, que ora se materializa na desvalorização salarial e na precarização dos serviços ofertados massivamente pelas mulheres. A desvalorização atribuída socialmente as atividades prestadas pelas mulheres, tem seus desdobramentos no subemprego, desigualdade salarial, invisibilidade do trabalho doméstico e de cuidados, a flexibilização e precarização com perfilhado no processo produtivo dividido nas relações sociais de sexo.

O posicionamento social das mulheres para as atividades reprodutivas

No processo histórico da sociedade patriarcal, a expressão ideológica desse sistema foi posicionando inerentemente a mulher ao cuidado, à maternidade, à alimentação e limpeza doméstica, excluindo assim do processo de produção do trabalho, conseqüentemente do convívio social. Aspectos que apresentam como desdobramentos intencio-

nais e estruturais do sistema patriarcal capitalista, a desvalorização moral do processo de reprodução social, visualizado como trabalho não pago (HIRATA, 2010).

A construção das relações sociais de sexo, inerentes ao sistema patriarcal, estão polarizadas no mundo do trabalho capitalista racista, que se apropriam dessa desigual divisão, propiciando a precarização, flexibilização e terceirização que atravessam o mundo do trabalho, mas assola inclinadamente as mulheres e mais ainda as negras.

A autora hooks (2019) sinaliza a desvalorização estrutural do trabalho doméstico, sendo quase sinônimo de atividades femininas, essa não é uma relação aleatória, pois segundo a autora, [...] muitas mulheres realizam atividades de serviço no mercado de trabalho, sendo mal remuneradas ou não tendo nenhum tipo de remuneração (como no trabalho doméstico)”. Faz assim referência ao capitalismo patriarcal,

O trabalho doméstico e outros tipos de atividades de serviço são especialmente desvalorizados no capitalismo patriarcal. As atividades feministas que defendem o pagamento de salários às donas de casa viram nisso uma forma de dar à mulher algum poder econômico e de atribuir valor ao seu trabalho (hooks, 2019, p. 157).

Nesta mesma linha de debate, Biroli (2016), afirma ser expressivo no mundo capitalista a valorização do trabalho pago em relação ao não pago, considerado o trabalho doméstico e a maternidade de reprodutivo, ou seja, não produtivo, e nesse espaço de desvalorização do trabalho a mulher é socialmente inserida, “A distinção entre trabalho remunerado e não remunerado é colocada, assim, no cerne das formas de exploração características do sistema patriarcal no mundo capitalista” (BIROLI, 2016, p. 720).

Hirata faz referência ao direcionamento socialmente das mulheres ao trabalho *care*, o cuidado e atividades domésticas, retratando o cenário de duplas ou triplas jornadas. O trabalho não remunerado, que é apresentado como sinônimo de “amor”, na verdade são explorações e aproveitamento da mão de obra das mulheres nesse sistema patriarcal capitalista (HIRATA, 2010).

As estratégias das divisões do trabalho, em validar as atividades produtivas de mais-valia, como o cerne da manutenção da sociedade, a supervalorização, posiciona a mulher em fornecer o seu trabalho gratuitamente, no espaço dos casamentos, como pontua Biroli, com o desenvolvimento da força reprodutiva, “como aquele que está envolvido na criação dos filhos e no cotidiano das atividades domésticas, libera os homens para que se engajem no trabalho remunerado. São elas apenas que fornecem

esse tipo de trabalho gratuitamente, e sua gratuidade se define numa relação, o casamento” (BIROLI, 2016, p. 725). A autora, complementa referente a gratuidade do trabalho da mulher, em face da produtividade capitalista,

É nele que o trabalho gratuito das mulheres pode ser caracterizado como não produtivo. Os produtos que não têm valor quando decorrem do trabalho da mulher em casa passam, no entanto, a ter valor econômico fora da casa, quando atendem às necessidades de outras pessoas que não o marido (BIROLI, 2016, p. 725).

Outro fator para a manutenção da desigual divisão sexual do trabalho, consiste em desvelar a existência de um trabalho não remunerado na reprodução, realizado pelas mulheres nos seus lares, aumenta a extração da mais-valia, ao garantir todos os serviços domésticos e de cuidados sem onerar mais aos donos dos meios de produção no pagamento dos salários dos/as trabalhadores. Resultando na exploração da mão de obra da mulher, na inviabilidade, sem valor produtivo para o capitalismo e a estrutura patriarcal (SAFFIOTI, 2013).

É premente considerar a desvalorização e precarização histórica dos trabalhos realizados pelas mulheres dentro de suas casas em função da criação de filhos, cuidados de idosos, em decorrência do casamento, e como o sistema capitalista racista e patriarcal se apropriam, “Os produtos que não têm valor quando decorrem do trabalho da mulher em casa passam, no entanto, a ter valor econômico fora da casa, quando atendem às necessidades de outras pessoas que não o marido” (BIROLI, 2016, p. 726).

É notório no cenário de reprodução, o elo entre gratuidade do trabalho e sobrecarga das mulheres e a “liberdade” do homem para avançar na carreira profissional e produtiva, como pontua Birolí (2016, p. 726) “O trabalho que as mulheres fornecem gratuitamente, como aquele que está envolvido na criação dos filhos e no cotidiano das atividades domésticas, libera os homens para que se engajem no trabalho remunerado”.

Ainda, para Hirata, é contemporânea a análise das mulheres ainda ocuparem os espaços de atividades reprodutivas, domésticas e cuidado, “A mudança nos modos de conciliação entre vida familiar e vida profissional é um tema totalmente atual, porque, ainda hoje, mesmo na França, cerca de 70% do trabalho doméstico é realizado pelas mulheres”. A autora apresenta quatro modalidades que permeiam o movimento da divisão sexual do trabalho nos espaços reprodutivo e produtivo.

Quadro 1 – As novas configurações da Divisão sexual do trabalho

1. Modelo tradicional	A mulher não trabalha fora assumindo cuidados da casa e dos filhos, e o homem provedor.
2. Modelo da conciliação	A mulher trabalha fora, mas concilia trabalho profissional e trabalho doméstico; o homem não concilia.
3. Modelo da parceria	Mulheres e homens repartem tarefas domésticas e cuidados da família. (Observação: a parceria supõe igualdade).
4. Modelo da delegação	A mulher delega a outras mulheres o cuidado com a casa, família e crianças. (Por exemplo: mulheres executivas e com postos de responsabilidade só podem trabalhar se outras assegurarem essa tarefa).

Fonte: Adaptado (HIRATA, 2010).

O quadro apresenta as múltiplas modificações que vêm sofrendo o trabalho da mulher, a nova morfologia da divisão sexual do trabalho. Explicitando as amplas jornadas das mulheres, desvelam ainda as profundas raízes quando analisa a desvalorização dos serviços domésticos e de cuidados, quando atrelam o sentimento afetivo dessas mulheres no trabalho gratuito e/ou mal remunerado, quando desconsideram a carga mental em gerir atividades reprodutivas e a carreira profissional, quando existe um claro perfilamento da classe, raça/etnia e sexo.

Corroborando nesse aprofundamento da exploração da mulher, hooks (2019), tece sua análise “[...] as mulheres são economicamente exploradas no trabalho, mas também são exploradas psicologicamente. São educadas pela ideologia sexista a desvalorizar a contribuição de sua força de trabalho” (p. 156).

Outro ponto determinante, está no atravessado das categorias e fenômenos que assolam o mundo do trabalho, a dialética permeia a divisão sexual do trabalho, e urge novos fenômenos e configurações, mas sem mover a estrutural e o *tradicional conservador*, Hirata (2010) destrincha sobre a *bipolarização* existente, como resultado, em parte, dos processos que ocorrem na esfera educacional. “As mulheres são, atualmente, mais instruídas e diplomadas que os homens praticamente em todos os níveis de escolaridade e em todos os países, sendo este um ponto de convergência entre países do Sul e do Norte”. Denominando os dois pólos formandos, “[...] um pólo é formado por mulheres executivas, profissionais intelectuais de nível superior (médicas, advogadas, juízas, arquitetas, engenheiras, jornalistas, professoras universitárias,

pesquisadoras, publicitárias, etc.)”, no entanto, o outro polo massivamente formado por mulheres no setor tradicionalmente , “empregadas domésticas e diaristas (categoria profissional a mais numerosa no Brasil); setor público de saúde (auxiliares de enfermagem); educação (professoras de maternal e ensino fundamental, sobretudo); prestação de serviços; profissionais do trabalho de cuidado” (HIRATA, 2010, p. 05).

A divisão da mulher no mundo do trabalho apresentada por Hirata, desvela a relação de classe e raça/etnia que sempre precisam serem consideradas, portanto é certo retificar que quando as mulheres se inserem no processo produtivo, emergem a dupla precarização, que assolam de proporções diferente as mulheres de classes e raças distintas.

A dupla precarização do trabalho da mulher no sistema patriarcal racista e capitalista

O movimento de renovação do capitalismo, as crises cíclicas, o avanço do neoliberalismo, assola o mundo do trabalho com duras investidas da terceirização, flexibilização e precarização, com a polarização da redução de direitos aos trabalhadores, mas é sabido que tais efeitos não atravessam de maneira homogênea a classe trabalhadora, dada a articulação patriarcal- racista-capitalista (ANTUNES, 2018).

Para Saffioti (2013), há maiores pesos e perdas para as mulheres e principalmente as mulheres negras.

Na sociedade de classes, o trabalho, a par de ser alienado enquanto atividade, gera um valor do qual não se apropria inteiramente o indivíduo que o executa, quer seja homem, quer seja mulher. Esta, entretanto, se apropria de menor parcela dos produtos de seu trabalho do que o faz o homem. É óbvio, portanto, que a mulher sofre mais diretamente do que o homem os efeitos da apropriação privada dos frutos do trabalho social (SAFFIOTI, 2013, p. 73).

O trabalho da mulher no capitalismo acentua a dualidade estratégica, “ao mesmo tempo em que aumenta o número de mulheres em profissões de nível superior, cresce o de mulheres em situação precária (desemprego, flexibilidade, feminização das correntes migratórias)”, ou seja, sem modificações estruturais patriarcalista (HIRATA, 2007, p. 605). Desvelando que o aumento dos trabalhos femininos a partir dos anos noventa é acompanhado do crescimento simultâneo do subemprego, vulnerável e precário, e mais recente os terceirizados, desproporcionais em relação aos homens.

A inserção da mulher no mercado de trabalho, para Saffioti, se dá em ampla desvantagem, com semiocupações, com mais baixos salários e altas taxas de desempregos, “guetiza as mulheres em setores como a prestação de serviços domésticos e o comércio. Tais ocupações, na maioria das vezes, são exercidas em regimes de trabalho mais vulnerável aos efeitos das crises e podem ser vistas como *semiocupações* ou *desemprego disfarçado* (SAFFIOTI, 2013, p. 85).

Neste sentido, a dupla precarização é iminente na divisão sexual do trabalho dentro do fenômeno da terceirização, o trabalho da mulher nas terceirizadas é recente, mas cancerígeno, em colossal velocidade, ao encontrar terreno fértil no capitalismo. É identificado por Nogueira (2018), que as mulheres assumem postos de trabalhos mais baixos no rol de atividades terceirizadas, relacionados a cuidados e limpezas, como apresenta o quadro,

Quadro 2 –Divisão sexual do trabalho e os cargos ocupados

Setores	Homens	Mulheres	Total
Zeladoria	5	18	23
Limpeza	6	29	35
Apoio/informática	8	0	8
Engenharia/Manutenção	25	1	26
Vigilância	44	16	60
Motoristas	5	0	5
Total	93	64	157

Fonte: adaptado de Nogueira (2018).

As atividades socialmente determinadas as mulheres, são materializadas também no processo produtivo, com sequenciamento das reprodutivas, com os desdobramentos da divisão sexual no trabalho, acentuando a ocupação das mulheres em espaços de zeladoria e limpeza. Cargos esses, que têm mais baixos salários e maior flexibilidade de direitos, nas palavras da pesquisadora,

[...] embora as mulheres não sejam a maioria dos trabalhadores terceirizados da Unifesp-BS, elas estão em maior número naqueles segmentos mais precários, com menores salários e que tem uma conexão com as tarefas ditas femininas, como são os casos da zeladoria e da limpeza.

Cabe ressaltar ainda que no caso da limpeza, a Unifesp vem trabalhando em regime emergencial, com redução significativa no número de trabalhadores terceirizadas, por conta do corte brutal de orçamento feito pelo Ministério de Educação e Cultura (MEC) e pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG). (NOGUEIRA, 2018, p. 186).

A colocação desvalorizada, inferior e precária das mulheres, é ratificada pelas autoras Arruzza, Bhattacharya e Fraser (2019), ao afirmarem sobre o interesse do capitalismo na desigualdade, para exploração, pois, “o neoliberalismo recruta mulheres em massa como mão de obra assalariada ao redor do globo. Esse ideal, no entanto, é uma fraude; e o regime laboral que ele deve legitimar é tudo menos libertador para as mulheres” (2018, p.112). As autoras, explicam com clareza esse movimento na divisão sexual do trabalho,

É verdade, claro, que na fina camada das mulheres extrai algum ganho do neoliberalismo quando ingressa em profissões de prestígio e nos patamares mais baixos da administração corporativa, embora em termos menos favoráveis do que os disponíveis para os homens da mesma classe (ARRUZZA, BHATTACHARYA, FRASER, 2019, p. 113).

O neoliberalismo atravessa a divisão sexual, configura-se os novos modelos de trabalho, no rol de subempregos da mulher, a nova morfologia do trabalho precarizado,

O que aguarda a ampla maioria, entretanto, é algo diferente: trabalho mal remunerado e precário em fábricas sob péssimas condições, zonas de processamento de exportação, indústrias de construção de megacidades, corporações agrícolas e no setor de serviços onde mulheres pobres, radicalizadas e imigrantes servem fast-food e vendem itens baratos em grandes lojas; limpam escritórios, quartos de hotel e residências particulares; e cuidam de famílias das camadas mais privilegiadas, muitas vezes longe de casa e abrindo mão da própria família (ARRUZZA, BHATTACHARYA, FRASER, 2019, p. 113).

A estrutural exploração e precarização do trabalho da mulher, com limitações e desvalorizadas atividades, tem perfilhamento de raça. Saffioti (2013), pondera

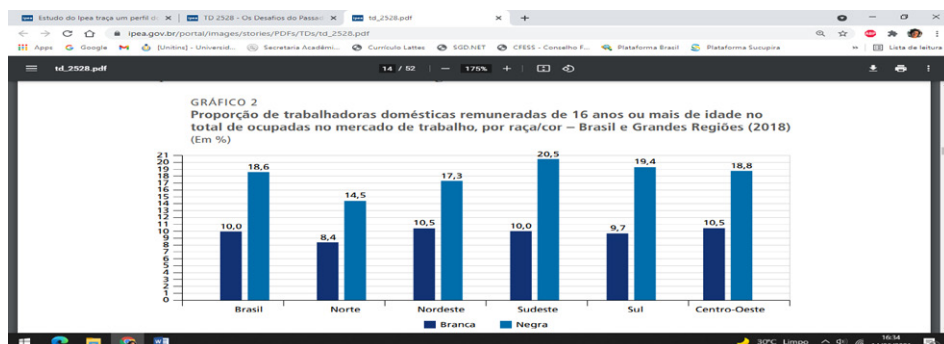
a ineditamente destinação das mulheres negras às atividades reprodutivas, com marcas e características do passado colonial e escravocrata, de ver como serviçal dos senhores.

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) aferiu no ano de 2019, um retrato sociodemográfico do trabalho doméstico no Brasil, ao perfilhar, obtém como resultado que “o trabalho doméstico no Brasil é um trabalho realizado majoritariamente por mulheres negras oriundas de famílias de baixa renda” (IPEA, 2019, p. 12). A análise desses dados, produzido pelo Ipea, tece os elementos centrais, a raça, o racismo estrutural, entranhado no trabalho doméstico, no trabalho análogo a escravidão, a ausência de direitos e remuneração adequada.

Essa afirmação soaria coloquial não apenas em função da banalização que se faz da presença das mulheres no serviço doméstico, mas também pelo racismo estrutural que, em alguma medida, aprisiona os corpos de mulheres negras nas mesmas atividades realizadas na cozinha da casa grande durante o período de escravização (IPEA, 2019, p. 12).

O gráfico 1 retrata os dados “proporção de trabalhadoras domésticas remuneradas de 16 anos ou mais, de idade, total de ocupadas no mercado de trabalho, por raça/cor – Brasil e Grandes Regiões (2018)”. Perfazendo um total de 18,6% mulheres negras ocupadas, que se concentram na atividade remunerada do trabalho doméstico.

Gráfico 1: Proporção de trabalhadoras domésticas remuneradas de 16 anos



Fonte: IPEA (2019)

É urgente compreender a ausência denexo causal das mulheres negras serem a maioria na frente das atividades domésticas, são reflexos de um país engendrado na tríade, patriarcal racista e capitalista, que pouco avança na superação desse elo, mas acentua a heterogeneidade na classe trabalhadora, sendo as mulheres que ocupam a base da pirâmide de exploração nas atividades domésticas.

A autora Hirata apresenta nos seus estudos a categoria “Externalização do trabalho doméstico”, desvelando as novas configurações da divisão sexual do trabalho, com fenômenos recentes e próprios da sorradeira inserção da mulher no processo produtivo, onde o capitalismo encontra solo fértil para apropriação da mão de obra barata.

As mulheres das sociedades do Norte trabalham cada vez mais e, com uma frequência cada vez maior, são funcionárias e investem em suas carreiras. Como o trabalho doméstico nem sempre é levado em conta nas sociedades mercantis, e o envolvimento pessoal é cada vez mais solicitado, quando não exigido pelas novas formas de gestão de empresas, essas mulheres para realizar seu trabalho profissional precisam externalizar “seu” trabalho doméstico. Para isso, podem recorrer à enorme reserva de mulheres em situação precária, sejam francesas ou imigrantes (HIRATA, 2010, p. 06).

Os perfis das mulheres subempregadas nessa “externalização” das atividades domésticas, são divergentes, seguindo as questões culturais e inerentes à sociedade local, a exemplo no Brasil com o racismo estrutural, as mulheres negras ocupam esses espaços, como apresentado em dados anteriormente, são as mais exploradas neste trabalho. Na França, como citado por Hirata, são imigrantes.

Evidenciando a divisão internacional do capital, países de capitalismo central, colonizadores, tem as imigrantes, países de capitalismo periférico, colonizado, as negras, mas com assimetria no sexo, sempre são as mulheres na situação precária de trabalho doméstico. Nas palavras da autora, sobre as diferentes maneiras de precarização do trabalho da mulher,

Duas relações sociais entre mulheres, inéditas historicamente, estabelecem-se dessa maneira: uma relação de classe entre as mulheres do Norte, empregadoras, e essa nova classe servil; uma relação de concorrência entre mulheres, todas precárias, mas precárias de maneira diferente, dos países do Norte e dos países do Sul e, logo também, de “cores”

diferentes com a chegada a esse mercado de mulheres dos países do Leste. As relações étnicas começam assim a ser remodeladas através das migrações (HIRATA, 2010, p. 08).

Desse modo, a produção e reprodução são determinadas pelas relações sociais que tem classe, raça/ etnia e sexo, “Cada uma das particularidades estruturantes de classe- sexo-“raça”/etnia, dialeticamente, imprime determinações e implicações diferenciadas para as mais variadas frações que compõem a classe trabalhadora” (CISNE, 2018, p. 37).

Cisne pondera da pirâmide da hierarquia do sexo, classe e raça, para reforçar a na sub colocação das mulheres negras nas relações sociais produtivas e reprodutivas, “Assim é que as mulheres brancas ganham salários inferiores aos dos homens brancos e superiores aos das mulheres negras e aos dos homens negros. Há, portanto, uma nítida hierarquia que revela desigualdades no interior de uma mesma classe” (CISNE, 2018, p. 37).

Considerações finais

Neste sentido, o processo de produção e reprodução social no capitalismo se apropria da desvalorizada mão de obra da mulher, lança o fetiche das mulheres em grandes cargos, mesmo que em pequenas e restritas porcentagens, apresentam como um processo de meritocracia, a mobilidade das mulheres na sua carreira profissional, sucumbindo todo cenário da divisão sexual do trabalho dentro do capitalismo periférico do Brasil.

Faz-se necessário entender, a colossal ocupação das mulheres nas atividades de cuidado e limpeza, ou seja, reprodutivas, como pontuado nos estudos apresentados, são desdobramentos estruturais da desigualdade sexista polarizada. Portanto, não é factível modificações que rompa o patriarcalismo capitalista e racista, quando as ações e lutas são individuais de “empoderamento” vazios, ou segregadas de classes e raça/etnia, que invisibilizam e romantizam a “liberdade” das mulheres na inserção no mercado de trabalho. Com reducionistas análises, com a ausência de criticidade do cenário onde são as mulheres que mais sofrem com o desemprego, com os subempregos, as terceirizadas, as triplas jornadas, o aumento da maternidade solo, as famílias chefiadas por mulheres são as mais experimentam a pobreza e extrema pobreza, a ocupação massiva nos baixos cargos, a insuficiente representação política e dentre outras expressões sociais.

Assim, é urgente problematizar além das estatísticas das mulheres inseridas no mercado de trabalho, segundo as reivindicações realizadas pelas correntes teóricas dos feminismos com insuficientes críticas classistas, é premente desvelar os dados e verificar os espaços ocupados pelas mulheres, o baixo acesso a especialização, a desigualdade salarial, o aumento da precarização, flexibilização e terceirização com perfilhamento da classe trabalhadora em raça/etnia e sexo.

Desta forma, é preponderante afirmar, que a divisão sexual do trabalho tem novas roupagens, com modificações para dirimir a desigualdade sexista, fruto de árduas lutas feministas, no entanto, não é possível generalizar as conquistas trabalhistas, sem análise crítica, ao visualizar as amarras no sistema patriarcal capitalista e racista, urge a luta que transpasse essa ordem societária.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARRUZZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Tithi; FRASER, Nancy. **Feminismo para os 99%**: um manifesto. São Paulo: Boitempo, 2019.

ANTUNES, Ricardo. O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: **Boitempo Editorial**, 2018.

BIROLI, Flávia. Divisão Sexual do Trabalho e Democracia. **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, vol. 59, no 3, 2016.

CISNE, Mirla. **Feminismo e Consciência de classe no Brasil**. São Paulo, Cortez, 2018.

HIRATA, Helena. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Revista Tecnologia e Sociedade** - 2ª Edição. ISSN (versão online): 1984-3526, 2010.

hooks, bell. **Teoria Feminista: da margem ao centro**. Tradução Rainer Patriota. São Paulo: Perspectiva. 2019

IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Os desafios do passado no trabalho doméstico do século XXI**: reflexões para o caso brasileiro a partir dos dados da PNAD contínua - Brasília: Rio de Janeiro: Ipea, 2019. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/publicacoes>. Acesso em: 15 jun. 2021.

KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: HIRATA, Helena et al (Orgs). **Dicionário do feminismo**. São Paulo: ed da Unesp. 2009.

PASSOS, Rachel Gouveia.; NOGUEIRA, Cláudia. Mazzei. O fenômeno da terceirização e a divisão sociossexual e racial do trabalho. **R. Katál.**, Florianópolis, v. 21, n. 3, p. 484-503, set./dez. 2018 ISSN 1982-0259.

SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes**: mito e realidade. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

AS MULHERES E O MERCADO DE TRABALHO EM TEMPOS PANDÊMICOS: DELINEAMENTOS QUE APONTAM PARA A FEMINIZAÇÃO DA POBREZA

Carmem Lúcia Costa
Maria Carolina Ferreira Tosta

Introdução

O presente capítulo apresenta resultados de uma pesquisa de Iniciação Científica em andamento desde o ano de 2020 que tem como objetivo analisar o impacto da pandemia na vida de trabalhadoras goianas, produzindo elementos para a leitura do aprofundamento da feminização da pobreza em nosso país e em Goiás.

Sob o tripé dos ditos três unicórnios que são o capitalismo, o colonialismo e o patriarcado (SANTOS, 2020), os/as mais afetados/as pelas crises (naturais, sanitárias, econômicas, etc.) são os/as mais vulneráveis, seja por conta de sua classe, raça, etnia ou gênero. Na historicidade da formação de nossa sociedade, por levarem em consideração apenas o sexo biológico, acabou-se sendo delegado as mulheres as funções ditas “femininas”, sendo estas relacionadas com a maternidade, com o cuidado. Em consequência desta prescrição determinista o feminino faz parte das comunidades ditas como minorias, apesar de compor 52% da população brasileira (CEM FLORES, 2020), são vistas assim por serem uma comunidade mais vulnerável a todo tipo de violência e são cotidianamente oprimidas pelo patriarcalismo, inclusive em sua inserção no mercado de trabalho.

Desde o início de 2020 vivemos a maior crise sanitária mundial ocorrida no século XXI, em decorrência da propagação do novo Coronavírus (SARS-CoV-2) – causador da Covid-19, doença que até o momento matou mais de 490 mil brasileiros. As medidas de contenção da propagação do vírus contam com isolamento e distanciamento social, o que deixou milhares de trabalhadores/as sem renda alguma. Tendo em vista, este momento sombrio e peculiar, procuramos demonstrar que como bem apontado por Simone de Beauvoir (1949) “[...] basta uma crise política, econômica ou religiosa para que os direitos das mulheres sejam questionados” (MENDES, s/d). Ponderando, portanto, tal constatação e levando em consideração pesquisas que apontam que no mercado de trabalho as mulheres ocupam os postos mais precários (Antunes, 2019; Cem Flores, 2020), investigamos qual o impacto da

pandemia de Covid-19 na vida das trabalhadoras goianas, objetivando fazer um estudo que aponta para a preocupação de uma feminização da pobreza ainda mais profunda em decorrência da pandemia. Para além deste recorte geográfico procurou-se, também, analisar as questões raciais que interferem nas vivências dessas mulheres, já que como discorre Santos (2020) o racismo também é um dos pilares que sustentam o sistema capitalista que necessita das desigualdades para se manter soberano.

Neste sentido, este trabalho visa demonstrar que as mulheres deram seus rostos na luta contra o Coronavírus, pois por serem consideradas “cuidadoras do mundo” (SANTOS, 2020, s/p) ocupam diversos cargos que estão diretamente ligados ao combate contra a doença, e também, formam grande parte da PEA (População Economicamente Ativa) de outros setores que foram fortemente impactados pela pandemia. Outrossim, será também evidenciado que no contexto pandêmico as mulheres perderam além de seus postos de trabalho, seus poucos direitos, sua liberdade, seus momentos de estudos, suas vidas e de seus entes queridos/as, assim como também se sobrecarregam ainda mais com afazeres invisíveis e não remunerados. Ou seja, a pandemia é uma máquina de moer mulheres!

Pandemia, Desigualdades e Mortes

Segundo especialistas a pandemia provocada pelo novo Coronavírus é uma das mais devastadoras em consequência, também, da exploração desenfreada dos recursos ecológicos, assim como do aproveitamento abusivo das classes dominadas. Tais subversões, explorações e dominações, ficam ainda mais explícitas quando a economia entra em crise, como já percebemos com a instalada tensão econômica provocada pela Covid-19 que, segundo dados do Banco Mundial, tal recessão pode vir a ser a quarta pior nos últimos 150 anos (BBC NEWS, 2020). No Brasil, primeiramente o governo negou a doença, posteriormente aprofundou-se o desmonte dos mínimos direitos dos/as trabalhadores/as conquistados a duras penas, favorecendo como sempre os mais abastados, enquanto os que já viviam na margem, para além de enfrentarem o inimigo invisível (o vírus biológico), também têm que sobreviver ao que os atravessa como ser onipotente, onipresente (o vírus do capitalismo) (SANTOS, 2020).

No Brasil, o primeiro caso de Covid-19 foi notificado no dia 26 de fevereiro, em São Paulo, e até a elaboração deste texto no início do mês de junho de 2021 o país já contabilizará 16.947.062 casos confirmados da doença e a marca lastimável de 473.404 óbitos. No dia 6 de abril de 2021 o Brasil chegou a dados lamentáveis de 4.195 mortes registradas em 24 horas (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2021). Marcas

impressionantes sendo reflexo de um desgoverno, que subestimou desde o início a doença, fracassando em elaborar medidas sólidas baseadas na ciência, para a contenção da propagação do vírus. Associado a isso, as condições sanitárias, financeiras, de moradia da população brasileira, que é assolada pelas desigualdades impossibilitou medidas eficazes de isolamento e distanciamento, ficando ainda mais expostas ao vírus pois, sem auxílios financeiros consideráveis não tiveram outra saída que não continuar trabalhando, circulando em transportes públicos lotados; isso para aquelas/as que conseguiram manter seus empregos.

Considerando então, a crise econômica e sanitária eclodida pelo contágio do novo vírus, Souza argumenta que, “Quando se trata de analisar o problema da pandemia numa sociedade capitalista neoliberal podemos inferir que os maiores afetados são os pobres, os oprimidos, os trabalhadores que nada têm a não ser a necessidade de sobrevivência e, por isso, se entregam numa produção que os desvalorizam.” (SOUZA, 2020, p 17). Não por acaso a primeira vítima fatal da doença no país foi uma mulher empregada doméstica que não foi dispensada de suas tarefas e contraiu a doença da patroa, recém-chegada da Europa.

As Mulheres e o Trabalho em Tempos de Pandemia

Dados do IBGE demonstram que as mulheres ocupam parcela considerável do mercado de trabalho no Brasil. Dentre os trabalhos ainda ditos “femininos” por questões de gênero historicamente produzidos, o trabalho doméstico, a docência, o trabalho na área da saúde (principalmente enfermeiras e técnicas de enfermagem), o setor de serviços e comércio são os que foram amplamente afetados – de várias formas – pela pandemia. A seguir apresentamos alguns dados de alguns destes setores para abordarmos um pouco mais sobre esse impacto.

Segundo o Instituto Doméstica Legal (2020), dados da PNAD demonstram que entre o final de 2019 e início de 2020 primeiro ano pandêmico, o emprego doméstico decresceu de 6,3 milhões para 5,5 milhões, e os maiores impactos foram sofridos pelos/as empregados/as sem carteira assinada, já que estes/as representam 4,5 milhões dessa comunidade de trabalhadores/as (G1, 2020). De acordo com o IPEA (2019), dentre esta população 92% (5,7 milhões) era composta por mulheres, das quais 3,9 milhões se autodeclararam negras. Outrossim, na região Centro-Oeste do país (onde se localiza o estado de Goiás), as atividades domésticas remuneradas eram exercidas 15,6% por mulheres contra 1,1% das realizadas por homens, extrapolando a média nacional que era de 14,6% versus 0,9%, de ocupação na área doméstica

por mulheres e homens respectivamente. Tais dados refletem o conservadorismo das regiões brasileiras, que se mantêm sob o tripé formado pelo capitalismo-colonialismo-patriarcado. Cabe apontar, ainda, que 50,2 % de mulheres perderam seus empregos – somando as trabalhadoras domésticas e outros setores, denunciando uma feminização da pobreza, já que muitas exercem o papel de chefes de família, sendo as maiores provedoras da renda em suas casas.

As mulheres também compõem a maior parte da força de trabalho no sistema educacional em quase todos os níveis, do ensino infantil ao fundamental e médio, estando em menor número apenas no ensino superior (46,8 %), (IBGE, 2021). Dados do IBGE (2018), demonstraram que no ensino fundamental 84% dos/as professores/as são mulheres e, não por acaso, os salários são os mais baixos, como argumenta Costa (2020). Ainda no setor de serviços composto por: comércio, centrais de atendimento, hotelarias, bares, restaurantes, 72,2% da PEA também são do sexo feminino, categorias estas que sofreram grande impacto com a pandemia, por terem que fechar suas portas em diversos momentos com o agravamento das taxas de infecção e óbitos, e consequentemente, demitiram muitos/as funcionários/as. Um exemplo é a indústria e comercialização de confecções em Goiás – um polo deste setor que emprega em toda a cadeia um considerável número de trabalhadoras – da produção à comercialização – e que perderam seus empregos durante o pior momento da pandemia.

Em outros setores, como a educação, muitas professoras que trabalhavam por contrato temporário e que eram remuneradas de acordo com as horas trabalhadas em escolas públicas e privadas, perderam seus empregos, assim como funcionárias das áreas de limpeza, alimentação, segurança, etc, já que as escolas aderiram ao ensino remoto. Em específico no estado de Goiás, o SINTEGO (Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Goiás) no dia 14 de dezembro de 2020, teve que emitir uma nota de repúdio às demissões em massa de professores realizada por um colégio particular da capital do estado, mesmo tendo sido aprovado um projeto de Lei que proibia a demissão de professores/as temporários/as na pandemia em Goiás (ALEGO, 2020). Tal fato evidencia que a categoria além de ter que se reinventar e lidar com os entraves postos pela pandemia no exercício digno de suas profissões, além de perderem suas privacidades e trabalharem por horas a fim extrapolando suas cargas horárias, ainda tem que lidar com o medo de igualmente perderem seus postos de trabalho.

Outro setor da economia que foi amplamente afetada pela pandemia foi a categoria dos trabalhos informais que foi composta no ano de 2019 por 39,3 milhões de pessoas, ou seja, 41,6 % da PEA, segundo dados do IBGE (2019). Ainda de acordo

com tais dados, as mulheres compõem 42% dessa população de trabalhadores/as e por um recorte de cor, as negras representam 47,8%. No estado de Goiás considerando os dados do PNAD (2019), no 4º trimestre do ano de 2019, 1.406.765 pessoas estavam na informalidade, considerando trabalhadores/as privados/as e domésticos/as sem carteira assinada, trabalhadores/as familiares, por conta própria e empregadores/as sem CNPJ, compondo 41% do total de ocupados em Goiás (IMB, 2020). Em novembro de 2020 já com a pandemia em vigor, dados do PNAD COVID-19 (2020), demonstraram que o percentual de pessoas na informalidade no Brasil foi de 38,7%, considerando o total de ocupados/as, o estado de Goiás superou a média do país e teve 39,1% em taxa de informalidade.

A queda na informalidade se deve não a contratação de pessoas em trabalhos formais com carteira assinada, e sim porque na pandemia as condições para os/as trabalhadores/as se manterem na informalidade foram diminuídas, já que muitos trabalhos informais dependem das ruas e do fluxo contínuo de pessoas, o que foi impossibilitado pelas medidas de isolamento social, de recessão e contenção de gastos que a população em geral entrou. Em reportagem publicada pela FETRACOM (2020), costureiras e quitandeiras, por exemplo, perderam grande parte de sua clientela, serviços esses considerados “femininos” e que se enquadram como trabalhos informais. Neste universo da informalidade, as mulheres representam 43,3% do quantitativo, do qual 46,6 % são de negra/parda e 33,3% branca, enquanto os homens têm média de 37,8% de participação, sendo 42,6% negro/pardo e 32% branco (PNAD, 2019). Tendo em vista tais dados, podemos inferir que grande parte da população de trabalhadores/as informais que foram impactados negativamente pela pandemia são mulheres.

Não menos importante, os trabalhos domésticos no próprio domicílio e o cuidado com pessoas da família, como idosos/as e crianças, recaíram ainda mais sobre as mulheres e as sobrecarregaram ainda mais. A pesquisa Sem Parar (2020) revela a existência de uma “crise do cuidado”, em que 50% das mulheres que foram entrevistadas passaram a cuidar de alguém no período pandêmico e destas 52% se autodeclararam negras. Ademais, 16% das entrevistadas estavam em casa sem trabalho remunerado, enquanto 53% estavam trabalhando em *home office* com a manutenção dos salários. Contudo, vale ressaltar que estar em seu lar não significa diminuição de trabalho, principalmente se tratando de mulheres, muito pelo contrário. Além da falta de renda que colocou em xeque o sustento da casa, segundo 40% das participantes da pesquisa, houve também um aumento do trabalho considerado invisível e não remunerado, como arrumar a casa, cozinhar, organizar, tarefas estas que aumentaram

e consumiram o tempo das mulheres em torno de 50% a mais. Corroborando com esta triste realidade, uma reportagem do El País (2020, s/p) expõe o fato de que na pandemia “[...] milhares de meninas e adolescentes pobres das periferias do Brasil foram obrigadas a deixar seus estudos, e seus sonhos, para se dedicarem ao trabalho doméstico”.

Em paralelo, outras atividades exercidas em sua maioria pelas mulheres encararam de frente a pandemia de Covid-19, como profissionais da área da saúde, assim distribuídos: 85% dos/as enfermeiros/as, técnicos/as em enfermagem e auxiliar em enfermagem são mulheres; e, também, são a maioria dos agentes comunitários, com 77%, e só perdem para os médicos, com 47% (HERNANDES, VIEIRA, 2020). Em específico no estado de Goiás, segundo dados da Cofen (2015), somente a equipe de enfermagem no estado era composta 88,9% de mulheres, apesar de ser um índice de 6 anos atrás, cremos que não tenha havido tanta modificação neste cenário, já que mesmo na descrição do próprio *site* da Coren (Conselho Regional de Enfermagem de Goiás), afirmam que a categoria é majoritariamente composta por mulheres. Sendo assim, tendo em vista o fato de que o setor de serviços mais impactado pela pandemia é o de saúde, mas também para além deste, fica explícito que no enfrentamento direto com a pandemia, com a crise e o coronavírus, a guerra tem um rosto bem demarcado: o das mulheres. Cabe destacar, também, que outras funções essenciais na manutenção e funcionamento de hospitais são ocupadas por mulheres como faxineiras, cozinheiras, na lavanderia e atendimento ao público.

Ao analisarmos os dados levantados pelo estudo Estatísticas de gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil (2021), primeiramente já notamos uma discrepância na taxa de participação, ou seja, o quantitativo de pessoas em idade para trabalhar que estão inseridas no mercado de trabalho ou a procura de emprego. Enquanto as mulheres representavam 54,5% desse quantitativo em 2019, os homens chegavam a uma taxa de 73,7%. Destarte, a presença de crianças com até 3 anos de idade na residência, faz com que a taxa de ocupação das mulheres também decaia, e a situação das mulheres negras/pardas é pior em relação às mulheres brancas na mesma situação, 50% e 62,6% respectivamente.

A pesquisa PNAD COVID-19 (2020) nos mostra que a taxa de desocupação no Brasil chegou a quase 19,9% em algumas regiões em 2020, primeiro ano pandêmico. Em relação ao sexo a taxa de desocupação referente ao último trimestre de 2020, foi de 11,9% entre os homens e 16,4% entre as mulheres. No estado de Goiás, a desocupação teve índice de 12,7%, e considerando os dados de 2019 revelados no estudo Estatísticas de gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil (2021) entre

as mulheres residentes do estado a taxa de desocupação era de 12,9%, enquanto dos homens era de 8,8%, os dados também retratam a discrepância entre as raças, as mulheres negras e pardas superam as taxas das brancas, 15,1% contra 9,1%. Ademais, os homens negros têm uma taxa maior de desocupação (9,8%) em relação tanto aos homens brancos (7,1%) e que as mulheres brancas (9,1%), mas menor que em relação as mulheres negras. Tal realidade contribui para o fato de que em tempos pandêmicos as mulheres, especialmente as negras, retornem ainda mais aos lares, já que por terem filhos o cuidado destes recaem sobre estas, que muitas vezes não chegam nem a adentrar o mercado de trabalho pelo simples fato de serem mães.

Em consonância, as mulheres ainda ganham 20,5% menos que os homens, e o índice é ainda mais crescente em profissões elitizadas como medicina e advocacia, onde recebem 28,2% e 27,4% a menos respectivamente (AGÊNCIA IBGE, 2019). Tal circunstância nos faz acordar com Wangari Maathai (s/d) citada por Adichie (2014, s/p), quando esta afirma que “[...] quanto mais perto do topo chegamos, menos mulheres encontramos”. Durante o ano de 2020 no mercado de trabalho em Goiás, as mulheres receberam em média R\$1.812,00 enquanto os homens R\$2.468,00, reproduzindo a realidade nacional e mundial em que mulheres ganham salários menores que os homens (PNAD, 2020). As mulheres formam também grande parte da PEA de setores com remuneração menor, dentre estes o principal é o serviço doméstico que no estado de Goiás, segundo Oliveira et al (2020), foi o único setor que ficou estático, não apresentando índices de demissões ou perda de vagas, tal dado parece contradizer a realidade, mas a explicação é que “cerca de 70% dessas trabalhadoras atuam na informalidade, sendo a falta de proteção social uma das marcas mais fortes que assolam essa categoria” (OLIVEIRA et al, 2020, p. 13).

Outrossim, ainda de acordo com Oliveira et al (2020) o setor de serviços, que abarca atividades nos setores de alimentação e lazer, foi o mais prejudicado em Goiás e teve demissões em massa (- 8.639 vagas). Levando em consideração dados da PNAD (2019), tal setor no país é composto em sua maioria por mulheres, o que leva a inferir que também no estado de Goiás as mulheres foram as mais afetadas com a perda de seus empregos e de vagas. Um dado relevante encontrado pela JUCEG (Junta Comercial do Estado de Goiás) é que em 2020, apesar da pandemia houve um aumento na abertura de empresas, onde 40% do quadro societário era composto por mulheres, ou seja, elas passaram a empreender mais, assim como também cresceu o número de mulheres a frente de tais empresas chegando a 38% (GOVERNO DE GOIÁS, 2021). Tendo em vista tais dados o governo do estado, hipervaloriza o fato

de que mesmo na pandemia os/as goianos/as conseguiram “dar a volta por cima”, e apesar das adversidades em dezembro de 2020 ocorreram mais aberturas (2.175) do que fechamentos (1.019) de empresas.

Cabe aqui salientar que, tais dados podem ser o reflexo das taxas de desocupação como já foi demonstrado, pois é maior entre as mulheres, assim como também ficaram em maior parte desempregadas e, como também já foi evidenciado, compõem grande parte daqueles que estão na informalidade. Sendo assim, se veem obrigadas a irem à luta e criar condições para se manterem ativas e terem um sustento. Como bem sabemos, apesar de atualmente estar na moda glorificar o empreendedorismo, compreendemos que é um caminho difícil e que poucos conseguem obter sucesso, já que como Alves (2021) afirma, o empreendedorismo é um pensamento burguês onde o empreendedor se torna proletário de si mesmo, e sendo “[...] incapaz de consciência de classe, torna-se delirante e adoece diante da contradição “nua e crua” do capital”.

Em consonância, a notícia publicada pelo Governo de Goiás, sugere que a alta das mulheres nos cargos de comando de empresas é devido a sua maior escolaridade, o que nos leva ainda mais a refletir sobre as desigualdades raciais, já que de acordo com o estudo Estatísticas de gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil (2021) “mulheres pretas ou pardas entre 18 e 24 anos apresentavam uma taxa ajustada de frequência líquida ao ensino superior de 22,3%, quase 50% menor do que a registrada entre brancas (40,9%) e quase 30% menor do que a taxa verificada entre homens brancos (30,5%)”. Fato este, que nos faz inferir que os dados positivos do empreendedorismo em Goiás, deve abarcar em sua maioria as mulheres brancas de uma classe mais abastada. Outra informação pertinente, que corrobora com as discrepâncias entre as raças no país são fornecidos pela PNAD COVID-19 (2020), pois a proporção de pessoas que já não mais procuram trabalho por conta da pandemia ou por falta de trabalho na localidade são de 15,3 milhões, das quais 5,9% são brancas e 9,7% negras. Dessa forma, é possível deduzir que grande parte dessa população também em Goiás é composta por mulheres negras, já que são maioria na taxa de desocupação no estado (15,1 %).

Findando, de acordo com dados obtidos através da Secretaria de Saúde do estado de Goiás (2021), em territórios goianos foram confirmados até meados do final do mês de abril 544.279 mil casos de Covid-19, dentre estes 53,36% dos infectados são de mulheres, enquanto a proporção de infectados do sexo masculino é de 46,63%. Informações estas que são desproporcionais quando se analisa a quantidade de óbitos, pois o índice de homens que faleceram por conta da doença é de 56,98%

contra 43,02% de mulheres. Outrossim, 1,7% dos que contraíram o vírus são de profissionais que atuam na área da saúde, onde 0,7% são da categoria de técnicos de enfermagem, seguidos pelo de enfermeiros (0,5%), outros trabalhadores da área da saúde (0,3%) e médicos (0,2%).

Como já bem analisado anteriormente, 85% da PEA que compõem as categorias que estão na linha de frente contra a Covid-19 e que têm índices mais elevados de contaminados em nosso país são compostos por mulheres, fato este que pode esclarecer os motivos pelos quais a população feminina atinge níveis mais altos de contração do vírus, contudo, este é menos letal no estado de Goiás a elas. Esta última constatação da letalidade entre os sexos, é fonte ainda de muitas especulações, e necessita de mais pesquisas na área, contudo, de acordo com uma reportagem escrita por Pujol (2020) e publicada pela BCC News Brasil, para além de fatores multifatoriais, geneticistas apostam no “alto perfil” da genética feminina, onde se predomina o poderio do cromossomo X, para o fato de serem mais resistentes à doença.

Considerações Finais

Como já demonstrado, grande parte das mulheres no Brasil são consideradas chefes de família, de forma que a exacerbação da feminização da pobreza, tende a impactar não apenas na vida destas, mas também as de seus dependentes – filhos/as, netos/as, pais, mães, cônjuges, entre outros/as – podendo aumentar sobremaneira o número de pessoas na extrema pobreza, assim como também outras “enfermidades sociais”, como a violência, a mendicância - onde conseqüentemente na maioria dos casos as ruas passam a ser a casa simbólica de muitas dessas famílias. Poderá igualmente crescer o número de crianças fora das escolas, já que o ensino remoto é inviável para grande parcela da população mais pobre, que não tem condições de acesso à internet, a equipamentos de informática, a ambientes adequados para a boa aquisição dos conhecimentos, etc., de maneira que muitas já abandonaram e decretaram quase dois anos de estudos perdidos, em razão disto pode se supor que muitas continuarão após o período pandêmico evadidas do contexto educacional. Tais trágicos possíveis destinos deixam explícitos que a pandemia de Covid-19 com a complacência do mal gerenciamento da crise, além de ceifar inúmeras vidas também tem o poder de “matar” sonhos e perspectivas de um futuro melhor, pois até a possibilidade de se pensar em um futuro está sendo anulada para esta população.

Acordamos com Holanda et al (2021), quando está afirma que o flagelo do Brasil nunca foi apenas a doença causada pelo novo Coronavírus, pois as más

condições estruturais e sanitárias da população mais pobre deixaram evidente as desigualdades sociais, raciais e de gênero, das quais o capitalismo necessita para se manter como soberano e dominante. Com o avanço da doença e os números alarmantes de óbitos, pode-se perceber que medidas de isolamento social que realmente sejam eficazes só o são, se a população principalmente a mais vulnerável tem o mínimo amparo do governo para isto, de maneira que é correto utilizar-se do termo “mistanásia” para falar de “mortes resultantes da omissão, da negligência e do descompromisso público que afetam sobremaneira determinadas populações; “Morre-se por ausências... De alimentos, de saneamento, de medicamentos, de leitos, de profissionais, de políticas públicas para suprir estas demandas” (HOLANDA et al, 2021, s/p).

Para camuflar as discrepantes desigualdades e demonstrar a falsa equidade por parte dos governantes do Brasil foi proposto o “Auxílio Emergencial”, porém o valor para cada cidadão e cidadã que se encaixava como beneficiário de tal auxílio, dentre estes as mulheres consideradas chefes de família, era insuficiente para o sustento familiar, além do que, a ajuda que já era mínima foi sendo diminuída no decorrer do tempo. Ficando evidente, assim, como ainda é atual a política do “pão e circo”, e como os governantes governam em prol dos lucros e da economia em detrimento da vida. Em consonância com a falta de auxílio digno, existe a ausência de um semblante presidencial, que se existisse em nosso país ampararia a população não a deixando em confronto direto com a pandemia imprevisível, que em acordo com as decisões tomadas por aquele que se faz lei (o presidente da república) (WIRTHMANN, 2021) escancarou o racismo estrutural, o sexismo, as desigualdades de gênero, e enfim, o genocídio dessas populações.

Em nossa pesquisa, para melhor demonstrar o impacto da pandemia na vida das trabalhadoras goianas, mas também além deste recorte geográfico, utilizamos de dados quantitativos para evidenciar as desigualdades de gênero, classe e raça, no entanto, para além de números a feminização da pobreza, aprofundada pelas perdas de empregos e de condições de vida, é composta por inúmeras histórias de mulheres e suas famílias que continuarão a escrever suas narrativas e práticas, batendo de frente com as sequelas da Covid-19, sejam estas biológicas ou psicológicas, ou as sequelas sociais como a fome, a miséria, a analfabetização e a precarização dos trabalhos.

Por fim, tendo em vista tais configurações encontradas, se lembra “[...] que o capitalismo está fundamentalmente ligado ao patriarcado e ao racismo — não como legado, mas como necessidade” (BARROSO, 2018, p. 446), pois foi relegando às

mulheres as atividades ditas femininas, os trabalhos domésticos sem remuneração, a retirada de seus direitos e a inculcação de ideologias misóginas, que deu uma maior abertura para a acumulação primitiva e conseqüentemente para o surgimento do sistema capitalista. Ademais, os dados aqui apontados e as discussões fomentadas evidenciaram como a inculcação de papéis sociais especificados conforme o gênero fez e ainda faz com que as mulheres permanecessem em enormes desvantagens em relação aos homens, sendo impactadas de forma diferenciada, ou ainda, sendo moídas pela máquina neoliberal.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **Sejamos todos feministas**. Editora Companhia das Letras, 2014.

ALVES, Giovanni. A catástrofe do trabalho no Brasil. **Blog da Boitempo**, 2021. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2021/04/30/a-catastrofe-do-trabalho-no-brasil/>. Acesso em: 05 de maio de 2021.

Às 14 recessões dos últimos 150 anos – e porque a do coronavírus deve ser a 4º pior. **BBC NEWS**, 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-53239921>. Acesso em: 05 de abril de 2021.

BARROSO, Milena Fernandes. Notas para o debate das relações de exploração-opressão na sociedade patriarcal-racista-capitalista. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 133, p. 446-462, set./dez. 2018.

BETIM, Felipe. “Não estudo nada há um ano. Fico em casa limpando e cozinhando”. **El País**, São Paulo, 13 de abr. de 2021. Disponível em: https://brasil.elpais.com/ciencia/2021-04-13/nao-estudo-nada-ha-um-ano-fico-em-casa-limpando-e-cozinhando.html?ssm=FB_BR_CM&utm_source=Facebook#Echobox=1618331626. Acesso em: 19 de abril de 2021.

CEM FLORES. **A luta de classes no brasil em contexto de crise e pandemia**. Cemfloreres.org, 2020.

COSTA, Carmem Lúcia. Mulheres e suas geografias em universidades brasileiras. **Revista Geografia em Atos**, UNESP, Presidente Prudente, n. 18, v. 03, p. 210-226, 2020.

DIFERENÇA cai em sete anos, mas mulheres ainda ganham 20,5% menos que homens. **Agência IBGE**, 2019. Disponível em: [https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/23924-diferenca-cai-em-sete-anos-mas-mulheres-ainda-ganham-20-5-menos-que-homens#:~:text=%E2%80%9CEsse%20estudo%20mostra%20que%20a,%C3%A1%20foi%20de%20seis%20horas.&text=De%20um%20total%20de%2093,%2C1%20milh%C3%B5es\)%20s%C3%A3o%20homens](https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/23924-diferenca-cai-em-sete-anos-mas-mulheres-ainda-ganham-20-5-menos-que-homens#:~:text=%E2%80%9CEsse%20estudo%20mostra%20que%20a,%C3%A1%20foi%20de%20seis%20horas.&text=De%20um%20total%20de%2093,%2C1%20milh%C3%B5es)%20s%C3%A3o%20homens). Acesso em: 26 de abril de 2021.

ESTATÍSTICAS de gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil. **IBGE**, 2 ed., 2021. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101784_informativo.pdf. Acesso em: 27 de abril de 2021.

HERNANDES, Elizabeth Sousa Cagliari; VIEIRA, Luciana. A guerra tem rosto de mulher: trabalhadoras da saúde no enfrentamento à Covid-19. **ANESP**, 2020, 16 de abril.

HOLANDA, Marianna Assunção Figueiredo, et al. Genocídio, pandemia e o horror de 500 mil vidas interrompidas. **Le Monde diplomatique Brasil**, 2021. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/genocidio-pandemia-e-o-horror-de-500-mil-vidas-interrumpidas/>. Acesso em: 19 de junho de 2021.

IBGE: informalidade atinge 41,6 % dos trabalhadores no país em 2019. **Agência Brasil**, 2020. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2020-11/ibge-informalidade-atinge-416-dos-trabalhadores-no-pais-em-2019>. Acesso em: 21 de abril de 2021.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua (PNAD Contínua)**, 2020. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, out. 2020. Disponível em: Tabela 4093: Pessoas de 14 anos ou mais de idade, total, na força de trabalho, ocupadas, desocupadas, fora da força de trabalho, e respectivas taxas e níveis, por sexo (ibge.gov.br). Acesso em: 27 de abril de 2021.

IPEA. **Os Desafios do Passado no Trabalho Doméstico do Século XXI: reflexões para o caso brasileiro a partir dos dados da PNAD Contínua**. Brasília, 2019. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=35231&Itemid=444. Acesso em: 20 de abril de 2021.

MAIS de 26 mil empresas foram abertas em Goiás em 2020, o maior nº dos últimos cinco anos. **Governo de Goiás**, 2021. Disponível em: <https://www.goiias.gov.br/servico/43-economia/123850-mais-de-26-mil-empresas-foram-abertas-em-goi%C3%A1s-em-2020,-o-maior-n%C2%BA-dos-%C3%BAltimos-cinco-anos.html?highlight=WyJtdWxoZXJlcyIsIidtdWxoZXJlcyIsInBhbmRlbWlhIiwicGFuZGVtaWEnIl0=>. Acesso em: 27 de abril de 2021.

MENDES, **Janaína Dutra Silvestre**. As mulheres a frente e ao centro da pandemia do novo coronavírus. **METAXY**, Rio de Janeiro, Sem Data. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/metaxy/announcement/view/467>. Acesso em: 19 de abril de 2021.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Covid-19 no Brasil**, 2021. Disponível em: https://sus-analitico.saude.gov.br/extensions/covid-19_html/covid-19_html.html. Acesso em: 8 de abril de 2021.

OLIVEIRA, Adão Francisco de et al. **Panorama e contexto da região metropolitana de Goiânia**. Observatório das metrópoles, Goiânia, 2020. Disponível em: https://www.observatoriodasmetrosoles.net.br/wp-content/uploads/2020/07/Dossi%C3%AA-N%C3%BAcleo-Goi%C3%A2nia_An%C3%A1lise-Local_Julho-2020.pdf. Acesso em: 26 de abril de 2021.

Os efeitos da Covid-19 no trabalho doméstico. **Instituto doméstica legal**, 2020. Disponível em: <https://www.domesticalegal.com.br/os-efeitos-da-covid-19-no-trabalho-domestico/>. Acesso em: 29 de abril de 2021.

PESQUISA Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. Divulgação Especial Mulheres no Mercado de Trabalho. **IBGE**, 2018. Disponível em: https://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Estudos_especiais/Mulheres_no_Mercado_de_Trabalho_2018.pdf. Acesso em: 21 de abril de 2021.

PESQUISA Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. PNAD COVID19. **IBGE**, 2020. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101778.pdf>. Acesso em: 23 de abril de 2021.

Psicopatologia em tempos de pandemia. [Locução de]: Renata Wirthmann. Spotify, 28 de dezembro de 2020. Podcast. Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/7Bhgd40z15OIs67oP0DhkA?si=ac56215182b3497c>. Acesso em: 19 de junho de 2021.

PUJOL, Leonardo. Porque mais mortes entre homens por Covid-19 é mistério para a ciência. **UOI**, 2020. Disponível em: <https://www.uol.com.br/vivabem/noticias/bbc/2020/11/24/por-que-mais-mortes-entre-homens-por-covid-19-e-misterio-para-a-ciencia.htm>. Acesso em: 27 de abril de 2021.

SEM PARAR. O trabalho e a vida das mulheres na pandemia. **Gn, Sof**, 2020. Disponível em: http://mulheresnapandemia.sof.org.br/wpcontent/uploads/2020/08/Relatorio_Pesquisa_SemParar.pdf. Acesso em: 23 de abril de 2021.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A cruel pedagogia do vírus**. Coimbra: Edições Almedina, 2020.

SOUZA, José Neilvaldo de. Covid-19 e capitalismo: uma visão. In: Daniel Castro, Danillo Dal Seno, Marcio Pochmann. (Org.). **Capitalismo e a Covid-19 um debate urgente**. São Paulo: gráfs., tabs, 2020, v. 1, p. 11-18.

TRABALHADORES informais em Goiás. **IMB**, 2020. Disponível em: https://www.imb.go.gov.br/files/docs/publicacoes/informes-tecnicos/2020/Informe_tecnico_03_2020z.pdf. Acesso em: 21 de abril de 2021.

GINGANDO NAS ENCRUZILHADAS DOS SABERES: UMA DOCUMENTAÇÃO DAS DANÇAS AFRO NO BRASIL PROFUNDO

*Camila Ribeiro Moraes
Luciana de Oliveira Dias*

Apresentação

Este texto resulta de uma pesquisa desenvolvida para a iniciação científica na Universidade Federal de Goiás (UFG) e apresenta uma documentação, com ênfase para as últimas cinco décadas, das danças afro na cidade de Goiânia, Goiás, Brasil profundo. Um dos primeiros aprendizados adquiridos com este estudo é que as danças afro devem ser apreendidas assim, no plural, por conta da diversidade em suas manifestações. Por meio de uma investigação documental e bibliográfica, registramos as principais presenças negras nas danças afro que conferem materialidade ao cenário artístico-cultural negro da cidade. Consideramos que as danças afro em Goiânia atuam sobre uma encruzilhada de saberes, articulando em um fazer plural noções tais quais as de ancestralidade, africanidade, interseccionalidade entre raça e gênero, além de outras técnicas e estéticas da dança. O sentido de gingar traduz-se na necessidade de driblar adversidades, criando formas de existir e resistir em sociedade como uma experiência negra e africanizada de corpos que movimentam uma memória cultural ancestral.

Para Fernando Ferraz (2012), às danças afro podem ser entendidas como uma linguagem técnica e sistematizada de dança, que têm a possibilidade de abordar fundamentos estéticos, simbólicos e/ou temáticos da cultura afrodescendente. Neste sentido, danças afro são uma linguagem organizada e uma forma de expressão corporal e cultural, de inspiração africana, que pode ser percebida em Goiânia por meio de dois momentos inaugurais: o primeiro, situado na década de 1970, na Escola Superior de Educação Física e Fisioterapia do Estado de Goiás (ESEFEGO) com Lenir Miguel de Lima, Mestre Bimba e Maria Zita Ferreira; E segundo, por volta de 1980 na Academia de Dança Sinhá Jazz com Ana Maria Veiga Consort, conhecida como Sinhá, e Wanderley Cavalcante.

Especificamente entre os anos de 1973 a 1983, a cidade presenciou um momento de germinação e eclosão da dança nas escolas de Goiânia (LIMA, 2006), que é marcado pela criação da disciplina curricular “Rítmica”, no curso de Educação

Física da ESEFEGO (FIGUEIREDO, 2017). Em 1973 surge o Grupo de Dança Univérsica como projeto de extensão da antiga ESEFEGO. Nos anos 1970, conforme registrado no “Olhares pra Dança” (RIBEIRO; FIGUEIREDO, 2017), uma cartografia da história e memória da cena artística da dança em Goiânia no período de 1970 até a primeira década dos anos 2000, foram apresentados os espetáculos “Brasil Afro” (1973) e “Senzala” (1977) produzidos pelo Grupo de Dança Univérsica, com direção e coreografia da professora Lenir Miguel de Lima. É flagrante a relação com as danças afro nesses espetáculos, o que pode ser verificado por meio do diálogo entre elementos da história e da cultura afro-brasileira.

O espetáculo “Brasil Afro” (1973) foi inspirado em um trabalho intitulado “Brasil um dia”, de Helenita Sá Earp, do Rio de Janeiro (VIEYRA, 2019). O “Brasil Afro” experimentou, em sua composição musical, a presença da percussão e de atabaques, além de gestos com mãos abertas e pés flexionados na coreografia. Outras influências delinearão o trabalho do grupo, vinculadas à estética da dança moderna, bastante expressiva na época. Prezava por figurinos simples que valorizassem as formas do corpo e dos movimentos na dança, daí vem a escolha por modelos ajustados e rentes ao corpo, revelando os corpos que performatizavam um Brasil afrodescendente.

Maria Zita Ferreira, participou do espetáculo “Senzala” (1977) e relatou na cartografia “Olhares pra Dança” (RIBEIRO; FIGUEIREDO, 2017) que o trabalho se desenvolveu mediante pesquisas teóricas e laboratórios práticos acontecidos na ESEFEGO e na Universidade Federal de Goiás (UFG). Para Maria Zita Ferreira, “Senzala” (1977) proporcionou uma visão mais aprofundada do que é ser uma pessoa negra na sociedade, provocando um encontro com um lugar de pertencimento étnico-racial, ancestral e sociocultural. A ideia geral difundida pela bailarina negra é a de que as pessoas negras, ao dançarem, sobremaneira a partir das danças afro, gingam a história (Ferreira, 1998), ou seja, possibilitam uma revisão e uma reescrita de uma história marcada pelo trauma do racismo estrutural.

Ao estudarmos as manifestações das danças afro na cidade de Goiânia, nos empenhamos em documentar essa linguagem, narrativa e expressão artística e cultural, com o objetivo de colaborar com a valorização desse campo de saberes, driblando as adversidades que levaram a apagamentos históricos desses fundamentos estéticos, simbólicos e/ou temáticos da cultura afrodescendente. Uma lente hermenêutica interseccional auxiliou na compreensão de complexos eixos de dominação, discriminação e opressão, como o racismo e o machismo (CARNEIRO, 2003; CRENSHAW, 2004; DIAS, 2019), atuando sobre as danças afro.

Por fim, entendemos que “toda narrativa histórica ocorre de algum lugar” (TAMBUTTI e GIGENA, 2018, p. 173). Assim sendo, e de maneira situada, passamos a entender as danças afro também como elaborações que se opõem às práticas generalizantes e hegemônicas do universalismo, estas que operam para fundar uma única linhagem e história da dança. Deste modo, para construir a documentação ora apresentada, priorizamos um estudo de arquivos locais, que abordassem experiências de danças afro mais situadas na cidade de Goiânia, neste Brasil profundo, com o objetivo de provocarmos uma espécie de ginga nas encruzilhadas dos saberes.

Trajatórias das danças afro no Brasil

No espetáculo “Brasil Afro” (1973), ao qual já nos referimos anteriormente, há uma forte relação entre as danças afro e a dança moderna, o que informa sobre influências experimentadas e trajetórias percorridas. Segundo Marianna Monteiro (2003) a dança afro é uma dança moderna brasileira, inventada por Mercedes Baptista entre os anos de 1950 e 1960, no Rio de Janeiro e não se trata, portanto, de uma dança popular. No século XX, a modernidade surge com a proposta de incorporar culturas étnicas e raciais para formar uma identidade nacional, neste contexto diversas manifestações afro-brasileiras vivenciam uma profunda transformação. Assim sendo, “É no momento de formulação de um projeto nacional para a cultura brasileira, em paralelo com o crescimento e a implantação da indústria cultural de massa no país, que novas modalidades de dança afro fazem sua aparição no cenário cultural brasileiro” (MONTEIRO, 2003, p. 4).

Mercedes Baptista (1930-2014), negra e filha de empregada doméstica, conseguiu seguir carreira artística na dança naquela época. Começou fazendo aulas por volta de 1945 com Eros Volúcia (1914-2004), criadora de um bailado nacional, no Serviço Nacional de Teatro – SNT (1937-1981), um órgão público criado especialmente para o fomento da cultura nacional. Paralelamente, participava das aulas na Escola de Danças do Theatro Municipal do Rio de Janeiro (1927) e em 1948 ingressou no Corpo de Baile do Theatro Municipal após aprovação em um concurso público, tornando-se a primeira bailarina negra a integrá-lo. No decorrer de sua trajetória, Mercedes Baptista denunciou o racismo velado, que sempre a atingiu, resultando em suas poucas aparições nas apresentações (MONTEIRO, 2003; SILVA JÚNIOR, 2007).

Em 1944 surgiu também o Teatro Experimental do Negro (TEN), um movimento liderado pelo intelectual, poeta, professor, dramaturgo, diretor, ator, artista plástico e ativista negro, Abdias do Nascimento (1914-2011). O TEM era voltado

ao protagonismo negro nas artes, ao reconhecer que artistas negros e negras eram comumente excluídos das produções artísticas, como acontecia com Mercedes Baptista. Neste sentido, o TEN dedicou-se incansavelmente (a) à valorização social e cultural da população e da cultura negra no Brasil e (b) à denúncia do mito da “democracia racial” (NASCIMENTO, 2004, p. 210).

Mercedes Baptista passa a integrar o TEN como bailarina, coreógrafa, colaboradora e começa a se aproximar de uma pesquisa entre dança e cultura negra brasileira. Em um dos eventos realizados pelo TEN, o 1º Congresso do Negro Brasileiro (1950), vêm para o Brasil a bailarina, coreógrafa, professora, escritora, antropóloga e ativista afro-americana Katherine Dunham (1909-2006) e sua companhia formada por bailarinos negros e bailarinas negras. Com Katherine Dunham, o TEN “promoveu uma série de eventos objetivando o surgimento e o desenvolvimento de um intercâmbio entre as culturas negras: americana e brasileira, sendo que uma das propostas desses eventos era oferecer uma bolsa de estudos, em Nova Iorque, para um artista brasileiro que se destacasse.” (SILVA JÚNIOR, 2007, p. 32).

Mercedes Baptista foi contemplada com uma bolsa de estudos após ser aprovada em audição e se mudou para Nova Iorque para estudar com Katherine Dunham, em sua companhia, a *Dunham School of Dance*. Foi um momento de extrema importância para a bailarina, que “pôde compreender como as raízes sociais e culturais da dança negra podem estar a serviço da coreografia, e sobretudo da luta pela igualdade racial” (SILVA JÚNIOR, 2007, p. 34). Após essas experiências, Mercedes Baptista retorna para o Brasil com bagagem suficiente para investigar caminhos alternativos entre a dança e a cultura negra brasileira, buscando também colocar em prática o conhecimento acumulado.

Em busca de conhecimentos mais aprofundados sobre as danças brasileiras, Mercedes Baptista visita terreiros de candomblé, onde têm a oportunidade de aprofundar nos rituais religiosos afro-brasileiros. Desenvolve seu próprio estilo de dança misturando o conhecimento em dança moderna e clássica com a cultura afro-brasileira. Este pode ser entendido como o berço da dança afro de Mercedes Baptista. Em 1952, Mercedes Baptista arregimentou um grupo de pessoas negras, compreendendo filhos de santo, trabalhadoras domésticas, balconistas, cozinheiros, desempregados, ritmistas, enfim, pessoas negras, pobres e sonhadoras para colocar em prática suas experiências (SILVA JÚNIOR, 2007, p. 40). Em 1953, fundou o Ballet Folclórico Mercedes Baptista, uma companhia formada exclusivamente por artistas negras e negros e mesmo enfrentando dificuldades para a sua manutenção e circulação, conseguiu angariar estratégias que asseguraram repercussão internacional, destacando-se como representante da cultura afro-brasileira no exterior.

Uma documentação das danças afro em Goiânia

No documentário, que é também um registro de escuta, “Danças Daqui – Danças Negras” (Pelos Beiras, 2017) acessamos a trajetória de Maria Zita Ferreira e sua relação com o espetáculo “Senzala” (1977), que significou para ela um momento de aprofundamento nas danças afro como representação cultural, por meio da colaboração de Mestre Bimba. Foi na ESEFEGO e no Grupo de Dança Univérsica, que Maria Zita Ferreira estudou a dança de maneira mais formalizada, vivenciando técnicas como ballet clássico, dança contemporânea e as manifestações culturais afro-brasileiras. Até então, sua vivência estava circunscrita às manifestações populares de sua cidade natal, Floriano, no Piauí. Naquele contexto, Maria Zita Ferreira escolheu seguir a linha de seu próprio reconhecimento ancestral.

Em 1980, Maria Zita Ferreira foi aprovada na seleção de mestrado em Educação da Universidade Federal Fluminense (UFF), no Rio de Janeiro. Durante aquele período, teve a oportunidade de conhecer o trabalho desenvolvido por Mercedes Baptista, sendo o primeiro momento em que estudou as danças afro com uma proposta sistematizada (SOUSA e SILVA, 2015). No ano de 1992, conclui o mestrado defendendo a dissertação intitulada “Dança negro, ginga a história”, na qual realizou uma reflexão sobre os corpos negros oprimidos na sociedade moderna e como as danças afro-brasileiras alcançam tanto a consciência corporal como a própria história de vida. Desta feita, a bailarina negra começa a compreender que gingar é um pressuposto existencial que significa criar pertencimentos inteligíveis em contextos adversos tais quais as experiências negras da diáspora.

Maria Zita Ferreira também se afirmou no espaço acadêmico, atuando como professora na UFG até se aposentar em 1996, e também na Universidade Católica de Goiás, onde foi concursada e primeira diretora do curso de graduação em Educação Física. Em 1998, publicou seu livro “Dança negro, ginga a história” pela Mazza Edições. Conforme a cartografia “Olhares pra Dança” (Ribeiro; Figueiredo, 2017), Maria Zita Ferreira é integrante do Movimento Negro Unificado (MNU) de Goiás desde a sua fundação, em 1974. Ela também recebeu o Prêmio Burity pelos trabalhos realizados na dança. Maria Zita Ferreira é uma importante referência no cenário das danças afro em Goiânia, deixando seu legado e contribuições em diversas dimensões da vida social por meio de produções intelectuais e artístico-culturais, sempre dedicada à valorização das pessoas negras e das manifestações culturais de matriz africana.

Nos detendo um pouco nas décadas de 1980 e 1990, temos em 1982, Ana Maria Veiga Consort, conhecida como Sinhá, fundando a Academia de Dança Sinhá

Jazz. Segundo Rejane Bonomi (2012), a academia era voltada ao ensino de jazz, que também tem suas raízes “na cultura negra e suas características mais marcantes e visíveis nas danças africanas, nas quais a manifestação não era apenas um espetáculo, mas sim uma forma de comunicação, uma forma de expressão para além do representativo, esta dança servia também para afirmar algo” (LEMOS, 2018, p. 2), mas trabalhava com outras técnicas como a dança moderna e elementos das danças africanas. Olga Raíssa e Renata de Lima Silva (2015) informam que na década de 1980, Ana Maria Veiga Consort convidou dois professores da Bahia para ministrarem cursos de média duração de danças afro-brasileiras na Academia Sinhá Jazz. Aquelas foram iniciativas que evidenciaram seu interesse por expressões ligadas às danças afro, e, portanto, é considerada uma das personalidades que trabalhou com a linguagem em Goiânia.

Maria Aparecida Veiga Consort, conhecida como Cida Veiga, é filha de Ana Maria Veiga Consort, a Sinhá, foi aluna e professora na Academia de Dança Sinhá Jazz. Também realizou trabalhos nas danças afro, mas se especializou no Jazz. De acordo com Olga Raíssa e Renata de Lima Silva (2015), no período de 2001 a 2011 Cida Veiga ministrou aulas no Serviço Social da Indústria SESI - Vila Canaã, em Goiânia, onde criou várias coreografias baseadas nas danças afro apresentadas principalmente no Fest Sesi de Dança e em espetáculos de outras academias da cidade.

Wanderley Cavalcante foi aluno e professor na Academia de Dança Sinhá Jazz e na ESEFEGO, onde atuou como professor da disciplina “Rítmica”, na década de 1990 onde coordenou o “Grupo Pés de Dança” (SOUSA, 2014; SOUSA E SILVA, 2015). Sua formação principal se deu no jazz e nas danças afro, sendo um disseminador da fusão conhecida como Afro-Jazz. Wanderley Cavalcante é de extrema importância no cenário artístico das danças afro em Goiânia. A cartografia “Olhares pra Dança” (RIBEIRO; FIGUEIREDO, 2017) destaca o “Grupo Pés de Dança” e o espetáculo “Racine” (1996), com direção e coreografia de Wanderley Cavalcante. Eurim Pablo Borges, compôs o elenco do espetáculo observando as técnicas desenvolvidas no grupo como o jazz, dança moderna, danças afro e também o mambo, samba e o tango.

Cristiane Santos que também participou do elenco e toma as vivências no “Grupo Pés de Dança” como um encontro com suas raízes negras, tornando-se uma experiência marcante na sua formação como professora, bailarina e coreógrafa. Cristiane Santos, por sua vez, foi aluna de Wanderley Cavalcante e bailarina no “Grupo Pés de Dança” durante o período em que estudava na ESEFEGO e participava também do “Balé do Estado de Goiás”. Embora tenha forte formação no ballet clássico e

na dança contemporânea, tendo também integrado a “Quasar Cia de Dança”, Cristiane Santos realça que seu encontro com as danças afro marcou profundamente sua trajetória, passando a habitar a alma de seus trabalhos.

No documentário “Danças Daqui – Danças Negras”, Cristiane Santos relata que a ida de Wanderley Cavalcante para a Europa provocou uma pulverização das danças afro na cidade, pois a maioria das pessoas que atuavam no “Grupo Pés de Dança” saiu da cidade ou passou a dedicar-se ao clássico e/ou contemporâneo. Um dos únicos que manteve seu trabalho ligado às danças afro foi o bailarino, professor e coreógrafo Elisandro Timbalada, falecido em 2017 e tendo em 2011 ministrado um workshop de dança afro-brasileira na Associação Pérola Negra e em 2013 tendo ministrado a oficina de dança afro na Semana Afrocultural e Científica do Colégio Estadual Santa Luzia. Cristiane Santos também ressalta a influência de Maria Zita Ferreira em sua formação e em sua forma de ver e ensinar a dança.

Cristiane Santos relata no documentário que, ao longo de sua trajetória na dança, vivenciou situações de discriminação racial por não se encaixar em um padrão branco e eurocêntrico, sinalizando que muitas vezes o racismo acontece de forma velada no Estado de Goiás. Desde esta perspectiva, vale destacar que o feminismo negro na luta antirracista tem contribuído para o entendimento “da violência simbólica e a opressão que a brancura, como padrão estético privilegiado e hegemônico, exerce sobre as mulheres não brancas” (CARNEIRO, 2003, p. 130). Assim, o contato com as danças afro proporcionou à Cristiane Santos uma descoberta de si como mulher negra e de sua condição social.

No ano de 2002, Cristiane Santos fundou o “Nômades Grupo de Dança” no qual atua hoje como diretora artística e coreógrafa. Destacamos o espetáculo “Palavras em Giz” (2012) que contemplou diálogos entre as danças afro e a dança contemporânea, culminando na oficina de dança afro-contemporânea “Criar para ser recriado”. O espetáculo recebeu, no ano de 2012, o Prêmio Funarte Petrobras Klaus Vianna e teve circulação nacional. No “Nômades Grupo de Dança”, Cristiane Santos promoveu encontros com Wanderley Cavalcante durante suas passagens por Goiânia, como o curso de Afro-Jazz, realizado em 2017. No ano de 2018, Cristiane Santos ministrou um curso de dança afro no Centro de Estudo e Pesquisa Ciranda da Arte, que teve encerramento na réplica do Quilombo do Memorial do Cerrado, em Goiânia. Registramos também uma aula de danças afro do “Nômades Grupo de Dança” envolvendo ex-integrantes do “Grupo Pés de Dança”, acontecida em 2019.

No documentário “Danças Daqui – Danças Negras” acessamos também a trajetória de Juliana Jardel, dançarina negra atuante no cenário das danças afro em

Goiânia hoje. Através de filmes norte-americanos da década de 1980, Juliana Jardel conheceu o jazz observando os corpos negros que dançavam naqueles filmes e posteriormente começou a fazer aulas na escola em que estudava. A descoberta das danças afro se deu ao lado de seu irmão Jarbas Jardel, falecido em 2012, através da “Banda Reflexus”, também durante a década de 1980. Tratava-se de um grupo baiano que abordava em suas letras de samba-reggae uma África composta por reis e rainhas, portanto, diferente de uma narrativa estigmatizante do continente. Juliana Jardel voltou a dançar já na fase adulta, quando entrou em contato com personalidades importantes para a sua formação, como a bailarina clássica cubana Leidy Escobar e a professora Maria Zita Ferreira. Também construiu suas referências a partir da artista afro-americana Maya Angelou e dos bailarinos/coreógrafos negros Rui Moreira e Ismael Ivo. Juliana Jardel fez um curso de dança contemporânea no Teatro Escola Basileu França, onde teve aulas com Eurim Pablo Borges e Ronei Maciel, que já manifestavam interesse pelas danças negras, unindo a técnica da dança moderna com as danças dos Orixás.

Todas essas experiências influenciaram na construção da dança de Juliana Jardel que percebe códigos da dança jazz, na dança dos Orixás. Ela trata do encontro entre diferentes símbolos diaspóricos e questiona estereótipos que aprisionam as danças afro em um passado ou as limitam a uma única forma possível de existência. As danças afro contemporâneas devem considerar as diversas influências que as atravessam. Durante a licenciatura em Dança na UFG, Juliana Jardel ministrou aulas de danças afro por dois anos em um projeto de extensão destinado à comunidade, com o apoio de sua orientadora Renata de Lima Silva. Ela passou a oferecer aulas de danças afro-brasileiras na Casa Corpo, espaço destinado a diversas experimentações artísticas na cidade. Após participar do projeto “Núcleo Coreográfico” 2013/2014, uma parceria entre o Teatro Sesi e o curso de licenciatura em Dança, da UFG, criou o “Grupo Corpo Suspeito” no qual apresentou a “Performance Corpo Suspeito”, em 2017, no Festival Goiânia em Cena, rerepresentando-a, em 2018, na Mostra de Teatro Afro Cena, na cidade de Cavalcante - GO, junto à oficina “Dança e Ancestralidade”.

Juliana Jardel também ministrou oficinas de danças afro com participação especial de Maria Zita Ferreira na ocasião do lançamento da Marcha das Mulheres Negras em Goiás, no ano de 2014. Em 2017, junto à Eliete Miranda no III Encontro de Culturas Negras realizado pelo IFG, em Uruaçu – GO. Também em 2017, ministrou oficina de dança afro-contemporânea na programação do “Quilombo Cultural” dentro da Jornada da Cidadania, da PUC Goiás. Além disso, realizou diversas outras oficinas no Estado de Goiás e pelo país, atuando politicamente pela valorização da

cultura e da população negra. Ofereceu aulas regulares por alguns anos no espaço do DCE – UFG e atualmente segue com a sua proposta pedagógica intitulada “Movimentos Atlânticos”, em Goiânia. Em 2018, no encontro “Menina é boa, bate palma pra ela! Protagonismo Feminino na Capoeira Angola”, com o tema “Corpo movimenta cultura, cultura movimenta o corpo”.

A narrativa de Juliana Jardel a aproxima de Cristiane Santos, sendo que ambas afirmam que o cenário das danças afro em Goiânia é permeado por muitas rupturas, dificultando a sustentação desta linguagem na cidade. Buscando desvendar essa conjuntura, Rejane Bonomi (2012), entende que a tradição de dança em Goiás se afirma pelo ballet clássico, que se manteve razoavelmente estável nas escolas de dança e na sociedade. Presumimos que ao longo desse processo, algumas linguagens foram sendo socialmente aceitas e se estabelecendo, enquanto outras ficaram relegadas às margens (RIBEIRO, 2010) como é o caso das danças afro. Para Sueli Carneiro (2003), a cultura ocidental carregada de eurocentrismos é tomada como hegemonia, instituindo padrões. Uma cruel consequência da universalização dessa cultura particular é a marginalização e/ou exclusão das expressões que se vinculam às culturas negras e afro-diaspóricas.

Olga Raíssa e Renata de Lima Silva (2015) apontam brevemente para Jailton de Omolu, que ministrou aulas de danças afro, em 2007, no Núcleo de Apoio à Comunidade (NAC), em parceria com o grupo Barravento de Capoeira Angola, que existe desde 2006, no espaço do Batucagê. Jailton de Omolu ministrou também uma oficina de danças afro em 2009 no Espaço Cultural Vila Esperança, na Cidade de Goiás. No documentário “Danças Daqui – Danças Negras” há um comentário que traz informações acerca de sua trajetória, onde afirma que “Eu sou Jailton de Oliveira Kronos carrego 30 anos de história na dança, sou terapeuta holístico, professor de dança afro e contemporânea, técnico em educação física, pesquisador em dança.”. Nas programações dos “Encontros Afro-Goianos”, as danças afro têm estado presentes e no IV Encontro Afro-Goiano, o professor Jailton de Omolu ministrou uma oficina de danças afro na Cidade de Goiás, ano de 2007. Esses Encontros contaram com várias edições, sendo que durante o I e o II Encontro Afro-Goiano, Maria Zita Ferreira ofereceu aulas de danças afro.

Em nosso esforço de documentar as danças afro em Goiânia, notamos outros movimentos que valem a pena registrar. Por exemplo, a dançarina, preparadora corporal e coreógrafa Aletícia Carvalho que ministrou, em 2018, o curso de dança de matriz africana “Lebam Ku Bo” no espaço do Batucagê. De acordo com a cartografia “Olhares pra Dança” (RIBEIRO; FIGUEIREDO, 2017), o grupo Solo de Dança

desenvolveu fortes relações com elementos da cultura negra através do espetáculo “Preto no Preto” (1998), que teve direção e coreografia de Luciana Caetano. Rodrigo Cruz, integrante do elenco, relatou que a africanidade brasileira se fazia presente nessa obra, assim como nas aulas e composições desenvolvidas pela coreógrafa em questão. Luciana Caetano estreou o espetáculo “Adobe” em 2019, um trabalho solo e autoral em que reverencia suas ancestrais e matriarcas negras. A bailarina também comemora sua longa trajetória na dança e fala dos encontros a diversos desafios por ser uma mulher negra e denuncia o não reconhecimento da diversidade étnica e racial nas artes.

Importante destacar também a atuação da professora, dançarina, coreógrafa e pesquisadora negra Renata de Lima Silva, atualmente professora adjunta da UFG, realiza diversos trabalhos relacionados às expressões culturais de matriz africana nos âmbitos acadêmico e artístico-cultural da cidade. É diretora artística do Núcleo Coletivo 22, fundado no ano de 2001 e composto por artistas da dança, música e teatro que se dedicam a investigar saberes e poéticas afro-ameríndias. Já produziram diversos espetáculos, como “Através” (2010), “Moringa” (2011), “Por cima do Mar eu vim” (2015), “Ladainha” (2018) e outros. Realizaram performances e oficinas em Goiânia, sendo que em 2012, o Núcleo Coletivo 22 ministrou uma oficina de dança de matriz africana no evento III Iê Viva Zumbi – Educação, Cidadania e Capoeira Angola, realizado pelo Grupo Calunga de Capoeira Angola.

Além de orientar Olga Raíssa Rodrigues de Sousa (2015) no trabalho de conclusão de curso, Renata de Lima Silva orientou outros trabalhos relacionados às danças afro, como o de Rafaela Francisco de Jesus (2016) com “Dança-ação de histórias: uma experiência com dança e mitologia dos orixás” e de Gleyde Lopes (2017) com “AfroX: mitologia dos orixás e danças urbanas, processo de criação em dança”. Gleyde Lopes ministrou em 2018 no Espaço Sonhus, a oficina “Dança negra: um diálogo entre danças urbanas” apresentando também o processo criativo deste trabalho junto ao Coletivo GangArt. No ano de 2019, compôs o elenco do videodança “Rio das Almas e Negras Memórias” idealizado pela dançarina, professora e coreógrafa Taize Inácia, busca refletir e valorizar a memória negra em Goiás e entrelaça manifestações como a capoeira angola, danças africanas, dança contemporânea, teatro e danças populares brasileiras, reunindo outros artistas que se interessam pelas relações entre dança e cultura negra.

Destacamos também o “Festival de Danças Poéticas Negras” (2012) idealizado por Ana Carolina Wenceslau. Uma importante iniciativa de difusão de reflexões

sobre o corpo negro e a cena afro-brasileira com suas poéticas, saberes e ancestralidades (OLIVEIRA, 2009). Contou com um seminário e uma mostra artística, em que participaram artistas como Luiz de Abreu com “O samba do crioulo doido” (2004); Grupo Solo de Dança com “Paineiras” (2011); Núcleo Coletivo 22 com o espetáculo “Moringa” (2011), dentre outros. Ressaltamos os trânsitos de profissionais de outros estados, e até para fora do país, como Evandro Passos (MG) no 5º Congresso Brasileiro de Pesquisadores/as Negros/as em 2008; Daniel Amaro (RS) nos anos de 2016 e 2017; Fernanda Dias (RJ) em 2016; Adriana Castellanos (México) entre os anos de 2015 e 2016, retornou para Goiânia em 2019 onde oferece aulas de danças do oeste africano; Wellington Campos (SP), integrante do Núcleo Coletivo 22, com a oficina “Deuses que Dançam” em 2018; Ìdòwú Akínrúlí (Nigéria/RS) em 2018, com uma rede de formação em cultura Yorùbá por meio do canto, dança e percussão; Luciane Ramos-Silva (SP) em 2018, com a oficina “Corpo em diáspora”.

Esses trânsitos indicam que há uma demanda crescente por expressões vinculadas às danças afro na cidade de Goiânia, reforçando que apesar dos vários entraves este movimento tem encontrado formas de existir e resistir no cenário artístico-cultural e nas universidades. Assim sendo, faz-se necessário pensar, articular e elaborar formas de fortalecer as danças afro, gerando maior adesão da sociedade, consolidando espaços culturais e problematizando, por meio do potencial antirracista das danças afro, estruturas de poder. Reiteramos que as discussões empenhadas pelos movimentos negros e de mulheres negras contribuem para a desconstrução de estigmas, preconceitos, discriminações e estereótipos vinculados às questões étnico-raciais, de gênero, dentre outras, sendo que podem ser expandidos também para o campo das artes e da cultura.

Considerações Finais

Por meio da documentação realizada e apresentada neste manuscrito podemos perceber o anúncio de que as danças afro constituem-se ferramentas potentes para o empoderamento étnico-racial, bem como para a valorização das expressões culturais de matriz africana. Assim sendo, lugares de pertencimento e protagonismo negros são assegurados na sociedade como um todo e no campo das artes especificamente. Além de linguagem técnica e sistematizada, as danças afro podem ser apreendidas como símbolo de identidade histórico-cultural e ancestral para pessoas negras, na cidade de Goiânia e no Brasil. As danças afro asseguram também uma atuação e

engajamento políticos em uma sociedade estruturada sobre o racismo, como a sociedade brasileira, que foi edificada em valores eurocêntricos, brancos e ocidentais. No Brasil as danças afro apontam para uma urgente descolonização no universo das artes ao colocarem no centro as experiências negras.

A noção de pensamento situado (TAMBUTTI e GIGENA, 2018) permitiu, no âmbito deste texto, notar as encruzilhadas presentes nos processos de elaboração das danças afro, estas que informam sobre confluências e agenciamentos de diversos saberes, técnicas e estéticas vinculadas às danças. As encruzilhadas são “um lugar de intersecções, um entre-lugar, por onde passam as noções de passado e futuro, sagrado e cotidiano” (SILVA, 2010, p. 5), sendo que as danças afro mobilizam elementos para a criação de encruzilhadas à medida que dialogam com as noções de tradição e inovação, enraizadas em uma ancestralidade africana que é valorizada em contextos de criação cênica e aplicação da técnica. Evidenciado está, a partir das reflexões aqui levadas a cabo, uma aproximação entre as noções de encruzilhada e interseccionalidade, sendo ambas essenciais para a construção de uma perspectiva analítica tal qual a que foi aqui exercitada.

Sobre os efeitos do racismo no universo da dança, as situações evidenciadas ao longo do texto sobre discriminações raciais que foram vivenciadas e narradas por profissionais das danças afro ao longo de suas trajetórias, informaram que as mulheres negras são particularmente atingidas pela dupla opressão provocada pelo racismo e pelo machismo. Assim como em outras esferas da sociedade, o racismo opera, no campo da dança, produzindo situações de violência, opressão e exclusão. Notamos que o fato de existir uma diferença geracional entre as bailarinas com as quais dialogamos durante a pesquisa, confirma que, dramaticamente, o racismo conjugado com o machismo, segue perversamente marginalizando existências e experiências de pessoas negras ao longo dos tempos no Brasil.

As danças afro, em Goiânia, têm contribuído com a sustentação, preservação e valorização desta linguagem/expressão na cidade. Toda uma ginga tem sido estampada no cenário por meio das danças afro e é esta ginga feita nas encruzilhadas de saberes que tem conferido um manejo autônomo de existências e resistências antirracistas. São revitalizadas diversas manifestações culturais de matriz africana, tais quais as danças afro e a capoeira angola. Nos posicionamos diante de uma maneira de ser, de um *ethos*, na cidade de Goiânia, as danças afro seguem driblando e combatendo um sistema colonial reeditado contemporaneamente e seguem também construindo formas de mobilizar saberes filosóficos, culturais e políticos, afro-brasileiros e ancestrais africanos, para a construção de um novo mundo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. **Estudos avançados**, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 117-133, dezembro de 2003.

CRENSHAW, Kimberlé. A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero. **VV. AA. Cruzamento: raça e gênero**. Brasília: Unifem, p. 7-16, 2004.

DIAS, Luciana de Oliveira. Quase da família: corpos e campos marcados pelo racismo e pelo machismo. **Humanidades & Inovação**, Palmas, v. 6, n. 16, p. 8-12, novembro de 2019.

FERRAZ, Fernando Marques Camargo. **O fazer saber das danças afro**: investigando matrizes negras em movimento. 2012. 291 f. Dissertação de mestrado (Programa de Pós-graduação em Artes) – Instituto de Artes, Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2012.

FERREIRA, Maria Zita. **Dança negro, ginga a história**. Mazza Edições, 1998.

LEMOS, Anielle Conceição. As transformações do jazz dance: um recorte histórico da diáspora afro-americana até os dias atuais. **Anais do X Congresso da ABRACE**, Porto Alegre, v. 19, n. 1, 2018.

LIMA, Lenir Miguel de. Um momento da dança em Goiás. **Revista Pensar a Prática**, Goiânia, v. 1, p. 74-80, novembro de 2006.

MONTEIRO, Marianna F. M. Dança Afro: uma dança moderna brasileira. **Húmus**, v. 4, p. 51-59, 2003.

NASCIMENTO, Abdias do. Teatro experimental do negro: trajetória e reflexões. **Estudos avançados**, São Paulo, v. 18, n. 50, p. 209-224, abril de 2004.

OLIVEIRA, Eduardo. Epistemologia da ancestralidade. **Entrelugares: Revista de Sociopoética e Abordagens Afins**, v. 1, n. 2, 2009.

PELAS BEIRAS. Documentário **Danças Daqui - Danças Negras**. 2017. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=rdwgDxk_5e8&t=1341s. Acesso em: 15 de abril de 2020.

RIBEIRO, Luciana Gomes. **Breves danças à margem** - A constituição de uma história artística da dança em Goiânia (1982-1986). 2010. 407 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2010.

RIBEIRO, Luciana; FIGUEIREDO, Valéria. **Olhares pra dança**. Cartografia. Goiânia, 2017. Disponível em: <http://olharespradanca.art.br/>. Acesso em: 10 de março de 2020.

SILVA JÚNIOR, Paulo Melgaço da. **Mercedes Baptista**: a criação da identidade negra na dança. Fundação Cultural Palmares, 2007.

SILVA, Renata de Lima. Corpo Limiar e Encruzilhadas: a dança no contexto da cultura negra. **Anais do VI Congresso da ABRACE**, v. 11, n. 1, 2010.

SOUSA, Olga Raíssa Rodrigues de. **Dança Afro Brasileira**: Seu mapeamento e trajetória na cidade de Goiânia. 2014. 43 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Licenciatura em Dança) - Faculdade de Educação Física e Dança, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2014.

SOUSA, Olga Raíssa Rodrigues de; SILVA, Renata de Lima. Trajetórias da dança afro na cidade de Goiânia. **Mosaico**, Goiânia, v.1, 2015.

TAMBUTTI, Susana; GIGENA, Maria Martha. Memórias do presente, ficções do passado. In: GUARATO, Rafael (Org.). **Historiografia da dança**: teorias e métodos. São Paulo: Annablume, 2018. pp. 157-179.

VIEYRA, Adalberto (editor); MEYER, André; EARP, Ana Célia Sá (Orgs.). **Helenita Sá Earp Vida e Obra**. 1ª Ed., v.1, Rio de Janeiro, 2019.

A TRAGÉDIA DO NÃO – SEIS HISTÓRIAS AO MODO MUITO TRÁGICO

Juliete Oliveira

Ela se estende sobre nossa realidade, sobre a atmosfera dos dias, sobre o ar que respiramos, estamos sempre oprimidas pelo seu peso, estamos prostradas pela sua possibilidade, sentimos o seu estranho poder, pesadas nuvens de chuva. A morte se avizinha, estreita, vertical, lancinante, não permitindo nenhuma banalização, embora seja lexicalmente feminino a sua designação, para as mulheres ela vem chegando por punho masculino. Nós que acariciamos os nossos monstros, com demarcada predileção pelo precipício, estamos sempre à sua espreita. As histórias aqui compiladas poderiam ser só fruto de ficção, no entanto, com a verossimilhança levada até às últimas consequências, elas são reais.

A morte é uma viajante que embarca por último, traz sempre pouca bagagem e se anuncia incontestemente pelos sentidos daqueles a quem ela elegeu, nesse caso, as mulheres, o tempo é o principal inimigo – vejam que é uma designação masculina – a incredulidade a anuncia, com isso ela preenche todos os espaços e se instala contra o acidente dos limites.

04.02.2021

Ela saiu de casa com uma missão: dar fim a um entrevero que a perseguia há dois, quase três anos. Acionou o aplicativo no celular e traçou remotamente a rota para saber o valor da corrida. A mãe não ficou sabendo aonde ela iria, já não tinha o hábito de se reportar aos pais com o roteiro do que faria, com quemalaria ao longo do dia. Era um sábado e embora ela não visse necessidade lavou os cabelos, notou que as luzes teriam que ser refeitas, já era possível ver com muita clareza o escuro das raízes. Às 15:25 o motorista de aplicativo chegou, e ela embarcou em uma curta viagem rumo a um endereço conhecido, mas esquecido durante os últimos dois anos e meio. Não era muito distante de onde morava, percorreu com os olhos lúcidos as ruas, as pessoas que andavam, os outros automóveis, observou as outras meninas iguais a ela, sim ainda poderia ser considerada uma menina, só tem 18 anos, embora já acumule histórias de dor que uma boa parcela de adultos ou pessoas maduras não tenha vivido ainda. Com 16 anos ficou grávida de um namorado com quem estava há cerca de

um ano, ao saber da gravidez ele confirmou as estatísticas e a abandonou, ela ficou muito mal, e como resultado abortou. Desde então, tudo na vida dela se modificou, a relação com os pais piorou, algumas amigas se afastaram. Não era de ler muito, mas lembra que leu certa vez a história de uma mulher que por conta própria se internou em um hospício, por se julgar louca, o nome da mulher lembra bem, era Maura, e o tempo também era outro, esses lugares serviriam como alternativa para as pessoas consideradas doentes mentais. Desde Maura, a sociedade não melhorou, mas, jovem, ainda, ela não consegue perceber uma esquizofrenia coletiva da qual muitos dos que a cercam participam, são peças do quebra-cabeças que é a coisa toda. Compara-se à Maura, absorta, indo nessa corrida do aplicativo a um lugar de incerteza, mas que precisa ir para dar fim ao tormento. Para essa semelhante, nos tempos dela, já não existia Deus! Ela mesma tenta cotidianamente matá-lo, mas sempre se pega à noite, quando fica sem sono, assombrada pelo entrevero do início do diálogo, a rogar auxílio a Ele, como uma grande e poderosa força capaz de a resgatar de si mesma, das suas ingênuas escolhas. No fim do trajeto traçado pelo aplicativo está o fim que não foi capaz de prever, a fé a impediu de ver a crueldade, de ter, como a mãe sempre alertava: malícia. No fim do trajeto será encontrada dez, ou mais dias depois, feitas buscas incansáveis. Seu corpo jovem foi atirado no mato, perfurado a golpes de faca. A fé a impediu de prever a dor que iria experimentar ao sentir a lâmina fria cortar a barriga; a fé pôs incredulidade aos olhos quando o sangue começou a jorrar, e ela tentou em vão conter com as mãos aquele rio interno. Pensou na menstruação, pensou no aborto, pensou naquele dia em que cortou o dedão do pé, quando tinha dez anos, não faz muito tempo; pensou no quanto chorou e como a mãe a abraçou e a colocou sentada no colo. Lembrou do cheiro do cabelo dela; lembrou que tinha chovido, e que fazia um friozinho. Aquele abraço junto ao seio da mãe a acalmou, lhe deu segurança, e a fé foi abandonando-a. Foi sentindo que nunca mais poderia acariciar o cabelo da mãe, a vasta cabeleira castanha, forte, segura, da mulher que a criou. No dia do corte no dedão, a mãe fez com que ela unisse as suas pequenas mãos, e a aconselhou a não andar por caminhos desconhecidos, onde poderia ter objetos em que poderia se ferir. Ficaram assim abraçadas até que se esqueceu da dor, e o ferimento sarou em poucos dias. Agora a mãe não está ali para conter o sangramento. Nunca mais vai poder ouvir a sua quente voz, que aquece e que refresca, dependendo do momento. As coisas daquele quarto, que muito rápido percebeu se transmudaram ou foram sumindo, garantiram apenas tempo de registrar perto do peito outro golpe, e a vista se turvou, e o mundo foi perdendo a nitidez. Olha agora para dentro, olha para o quarto que a partir dali será escuro, e ela sente muita dor. O matador continua a golpear com

ódio, tantas e tantas vezes que não se poderá contar, aquela cena repetida como um padrão, sempre tão exata e a mesma. Ela está no chão, dali do terreno com mato não poderá mais dizer como chegou.

Janiffer Capella do Amaral, assassinada em 21 de janeiro de 2021 pelo ex-namorado que confessou o crime.

23.02.2021

O encontro foi marcado pelo cenário virtual do jogo. Eles jogavam há alguns meses e eram parceiros na trama envolvente que é a narrativa *gamer*, uma espécie de RPG executado no PC. Ele e ela nos já conhecidos videogames eram considerados *hardcore*. Há meses ela tentava se esquivar das tentativas dele de encontrá-la fora do ambiente minimamente protegido do PC. Na semana pós-carnaval decidiu finalmente aceitar o convite para ir até a sua casa. Esse garoto quase da mesma idade que ela, que conheceu no *Call of Duty*, recebeu em seu território Ingrid, uma palavra de origem latina que significa: generosa, cortês, influente, caridosa e companheira. Sol como era conhecida era tudo isso, além de ser linda com imensos olhos de aurora e cabelos tingidos de rosa, como as garotas que curtem cultura pop japonesa ou coreana. O parceiro de jogo planejou com antecedência a eliminação de Sol, segundo ele porque cruzou o caminho dele, e porque ele desejava muito ferir, primeiro emocionalmente alguém e depois fisicamente, e que ao fazê-lo se sentiria de posse das suas faculdades mentais. A personagem que feriu e eliminou Sol, vive sob a égide de um código próprio, venceu uma atleta *Call of Duty: Mobile* pelo FBI E-Sports o que lhe confere reconhecimento no mundo nada convencional da elite *gamer*. Sol foi eliminada com facadas, os seus raios atravessaram as páginas policiais como mais um caso de ‘mulher esfaqueada’. Em nenhum momento, se perguntou, por que todos os espaços são inseguros para a mulher? Por que o jogador não escolheu outro gênero? Sol não pode continuar vencendo, protagonizando em um espaço masculino. Foi eliminada por alguém talvez menos habilidoso do que ela. Há aqui, tanto um jogo quanto uma guerra – uma máquina amante, uma máquina-soldado, pouco importa, trata-se sempre de uma máquina de triturar mulheres, estejam em que idade estiverem, na simulação ou dissimulação ou na vida real.

Ingrid “Sol” Bueno, assassinada em 23 de fevereiro de 2021 em São Paulo a jovem campeã do *Call of Duty*, foi morta por um jogador que confessou o crime.

15.01.2021

Amo vermelho, sempre gostei de vestir vermelho, sempre gostei de coisas vermelhas, frutas vermelhas, enfim agasalhei sempre essa cor da paixão entre as minhas preferências. Hoje, ironicamente, sufoco no vermelho do meu sangue no chão da minha cozinha que, contrariamente às minhas preferências, não tem muito encarnado na decoração. Ele, ao contrário de mim, preferia a sobriedade do verde, do cinza. Ele me levou a essa submersão em sangue, não estou em uma piscina, mas aos poucos sinto os pulmões se encharcarem como uma estopa; busco o ar, não encontro, meu fatal último verso é trágico como foram os últimos anos ao lado desse amor que reguei como as flores na varanda. Ele também se afoga no vermelho, como um gesto voluntário, é vítima do próprio desejo. Eu tinha ainda muitas boas ideias para pôr em prática, tinha a vida da minha filha para partilhar, e agora nesses minutos antes de desaparecer só posso lembrar do quanto fui feliz em ser mãe de uma menina. É incalculável o quanto ficava alegre em pentear os seus cabelos, beijar seu rosto. Ela cresceu, mas continua para mim uma criança, divergimos em alguns pontos, mas somos parceiras, e como é generosa a minha filha. Agora a última cor que vejo, é a minha preferida, e penso em um trecho de um texto da graduação, de um escritor latino: *Eran los abogados de la muerte y les resultaba del ser, cualquier pasión, cualquier abundancia del ser, cualquier largueza de la vida*. Esses advogados da morte que nos cercam pensam em possuir tudo, nossos desejos, preferências... radicalmente nos recusamos a nos entregar, se é para morrer quero morrer na cor que me mata de paixão. Só agora, passado o percurso de aproximadamente 5 minutos, o tempo que o corpo leva para perder cerca de ¼ do sangue, eu revejo a trajetória da bala saindo da arma do meu marido – dois tiros? Não sei, só senti o primeiro entrando na minha carne. Depois ouvi mais alguns tiros e deduzi que esses eram direcionados a ele próprio, não vi ele se afogando na minha cor, só imaginei que isso estava ocorrendo.

Eles eram os defensores da morte, e ela resultava do ser, de qualquer paixão, de qualquer abundância de ser, de qualquer grandeza de vida, (Jorge Luis Borges).

Ana Paula Cerqueira, assassinada pelo marido em casa na cidade de Palmas-TO, o assassino cometeu suicídio após tentar matar também os filhos, que conseguiram escapar.

06/04/2021

Um hábito que tenho e que nunca mais repetirei, é o de me sentar na porta de casa no início da noite para conversar com as minhas amigas, com as pessoas do meu círculo familiar, tenho muitos amigos de todos os gêneros. Tenho ideias muito claras do meu cotidiano, venho seguindo as regras impostas pela minha mãe, que se esforça por fazer tudo certo, embora seja consumida pela dor de fazer tudo sozinha, ela nos cria, eu e o meu irmão, sem o auxílio de ninguém. Nessa noite em que virarei notícia pela primeira vez e infelizmente pela última também, uma pessoa que julgava conhecer muito bem, que considerei inicialmente como amigo, vai enterrar em meu corpo de 17 anos uma faca, tudo porque não aceitei que ele possuísse a minha carne. Eu não achei certo, não desejava, não estava de acordo. A tarde está quente como de costume, como sempre foi na minha cidade, onde nasci, e de onde nunca saí, e em que ficarei para sempre, agora que morro. Nessa tarde, quase noite a minha apoteose derradeira se desenrola, naqueles minutos finais, que só quem morre pode narrar, sinto o cheiro de jasmim, próximo da minha casa tem vários pés de jasmim, minha última impressão do ambiente foi pelo olfato, sempre muito aguçado. Era pelos cheiros que me chegavam todas as impressões do mundo. Já na primeira facada sabia que não resistiria, o cheiro muito forte do jasmim me contou que algo assim só podia ser experimentado por quem está morrendo. Em 17 anos não fiz nada grandioso, esperava muito fazer o curso de agronomia que tem na minha cidade, esperava arrumar um trabalho, esperava me apaixonar, não que já não o tivesse feito, mas sentia que ainda não tinha feito do jeito certo, aquele jeito quando a gente fica boba, vendo beleza em tudo e só se quer estar perto da pessoa amada. Os outros sentidos experimentei pela mão masculina que desferiu as facadas – um tato de aspereza, rigidez; um olhar de raiva e de determinação, e, lá no fundo, de satisfação por finalmente ele arrancar de mim o objetivo de submissão do meu corpo jovem. Agora só espero cheirar tão bem quanto o jasmim.

Letícia Ribeiro de Deus, assassinada em 06 de abril de 2021 em Gurupi-TO na porta de casa. O nome do assassino nunca foi divulgado.

02/06/2021

Só posso almoçar após as 13 horas, depois que diminui um pouco o fluxo de clientes no café em que trabalho. É uma quarta-feira e o movimento no shopping não é muito intenso, até porque está em vigor os protocolos de segurança pela crise

sanitária que provocou a pandemia pela covid-19, mesmo com o número assustador de mortos, o comércio tem funcionado, o que de certa forma agradeço por não poder me dar ao luxo de ficar desempregada. Estou pensando em como gosto da comida da minha mãe e o quanto tenho tido pouca chance de comê-la. A rotina a que sou obrigada não permite. Morar longe do trabalho, estudar e trabalhar não possibilitam esses pequenos prazeres. Matheus se aproxima, eu o conheço do cursinho, não nos falamos muito, pois ele é reservado, está sempre muito triste, não me surpreende encontrá-lo ali, é um local em que encontro com frequência, pessoas conhecidas. Ele me olha estranho, fixo, parecendo ver através de mim. Começo a ter um pouco de medo, nesse tempo em que vivemos, não se pode confiar em ninguém. Começamos a conversar, e não acredito no monte de coisas sem sentido que ele se põe a dizer. Tento estabelecer um diálogo coerente, mas ele parece transtornado, meu medo aumenta, mas não consigo pedir socorro, em volta tem muita gente, seria talvez até fácil evitar o que aconteceria em seguida, mas não consigo articular as palavras. Ele se aproxima de mim, vejo a arma na mão dele, sei que vou morrer, a comida amarga na boca, parece que a bÍlis subiu esôfago acima e veio toda parar na minha boca. O primeiro golpe da faca me lembrou que tenho apenas 22 anos, que não posso morrer, que existe uma família que precisa de mim, que tem projetos, sonhos, esperança, e a quem devo dar respostas com o meu desempenho de jovem adulta. Mas ele não pára, eu estou agora no chão e ele segue me golpeando. Vejo ainda as vitrines, a livraria onde gosto de ir sempre que tenho pequenas folgas, já não consigo ler o título dos livros expostos. Nesse momento alguém consegue tirá-lo de cima de mim, sinto muito sangue escorrendo pelos furos deixados pela faca, mas nem assim consigo pedir ajuda, nem assim acredito que estou morrendo. A mão de Matheus foi uma ferramenta para desenhar o meu fim, para executar uma equação de dor, que ele sabia.

Vitorya Melissa Mota, assassinada em 02 de junho de 2021, no Shopping em que trabalhava por um colega de curso.

08/06/2021

Nós somos as nossas saudades, quando ainda não me levantei do local de onde nunca mais me levantarei, tenho agora, com a lucidez que de repente me tomou, essa certeza. Meu bebê, que carrego e para quem me programei, coisa quase impossível para alguém com a minha cor de pele – sou negra e isso determina inclusive como vou morrer. Um tiro atravessa a atmosfera quente da tarde e elimina duas vidas de

uma vez, elimina sonhos, elimina gosto, preferências, elimina amores. A polícia não resiste ao ímpeto de ver a cor vermelha do sangue negro. Morri porque sou negra, morri porque sou mulher, morri porque moro na favela! A democracia mora dentro da colônia e se alimenta dos seus processos, dos seus pequenos favores fascistas para ostentar uma roupa de direitos inalcançáveis. A escuridão se fecha lentamente sob os meus olhos doces de esperança, desejo, alegria e beleza. Ah! Minha mãe e meu pai, eu os quero, eu os agradeço por terem me criado querendo mais, pensando mais, sendo mais. Agora a minha ancestralidade me pega pela mão, e ainda vejo o seu olhar cinza da velhice, ainda vejo a dor se espelhar na minha dor, ainda vejo o abandono do rosto negro. Vó, eu quis tanto te abraçar! Os últimos versos do *Cântico Negro* de José Régio em meu ouvido, como um zumbido: Ah, que ninguém me / dê piedosas intenções, / Ninguém me peça definições! / Ninguém me diga: “vem por aqui”! / A minha vida é um vendaval que se soltou, / É uma onda / que se alevantou, / É um átomo a mais que se animou... / Não sei por onde vou, / Não sei para onde vou / Sei que não vou por aí!

Kathlen Romeu, 24 anos, assassinada pela polícia do Rio de Janeiro, enquanto andava pela comunidade com a avó.

O rosto da Medusa é o símbolo da luta feminista, que no grego significa Guardiã, ou ainda sabedoria feminina, no fundo do Mar Vermelho – pela presença de corais – ela se espelha. Pelas suas inúmeras bocas o símbolo é uma ameaça à masculinidade. A mitologia dos dias atuais se serve de uma Medusa maquínica, de fibra óptica, de imagem de satélite para afetar a fragilidade masculina, fazendo com que seres irascíveis se voltem contra as mulheres, eliminando-as sob pena de perder um tanto de poder sobre os seus corpos, mesmo que esse tanto, seja apenas imaginário. O aço que fere ainda é um metal lendário, fálco, por meio do qual a morte organiza os seus enredos.

E DE REPENTE O MUNDO PAROU...

Lígia Rodrigues de Almeida

Março de 2020. Carnaval em São Paulo. *Superman* e *Pocahontas* esbarrando comigo em meio a um mar de gente. Cabelo molhado de cerveja, caída do copo de uma fada. Purpurina, de uma cor que nem usei, espalhada por todo meu corpo. Apesar dos inúmeros banhos, só deixei de ver seus vestígios uma semana depois. Abraços nos amigos conhecidos e nos desconhecidos que se aglomeravam nas filas dos poucos banheiros químicos. Ao som de Caetano nossos corpos se mexiam, embalados pelo toque nada suave da multidão. Enquanto isso, nos telejornais se anunciava a chegada de um novo vírus, o coronavírus, que dera as caras no final do ano anterior no outro lado do mundo, na China.

“Talvez nem chegue no Brasil”, diziam os incrédulos. “Lembra da gripe suína?”. “Vacinamos rapidinho contra a H1N1!”. Apesar dos anúncios, por aqui seguia frequentando os forrós, desses tradicionais, que se dança agarrado, rosto colado, com direito a troca de parceiro no meio da roda, enquanto o zabumbeiro faz alguma batida menos ritmada. Certamente, em outros lugares do mundo, haveriam de ter pessoas como eu, que se moviam ao som de seus hits favoritos, comemorando mais um final de semana. Mas de repente, o mundo parou.

Para conter o novo coronavírus, pouco conhecido dos cientistas e da população, a indicação, no momento, era que se fizesse quarentena. Ficaríamos em casa, sairíamos apenas para fazer o que fosse necessário. Fecharam-se os bares, casas de shows e outros lugares passíveis de aglomeração. Passou-se a controlar a entrada nos supermercados e as lojas começaram a atender por meio de delivery. O home office foi sugerido a quem tinha a possibilidade de trabalhar em casa. As dúvidas eram enormes e se refletiam em perguntas como: “Vou de máscara ou não?”. Enquanto as autoridades, e na falta do item nas farmácias do país, afirmavam: “As máscaras devem ser reservadas aos profissionais de saúde!”.

Inicialmente, pensávamos que passaríamos cerca de quinze dias em nossas casas, até que o vírus compreendesse que seria impossível nos encontrar e desistisse de seguir seu ciclo. Seria cômico se não fosse trágico. Passados alguns dias do anúncio da pandemia, o uso de máscaras se tornou obrigatório e o álcool em gel 70%, item indispensável para a higienização das mãos. Esse também ficou em falta nas prateleiras dos mercados e farmácias, e chegou a ser vendido a preços exorbitantes, excluindo

algumas mãos desse processo. Aliás, nenhuma cena define melhor esse momento do que estar nua limpando um saco de pão na lavanderia. Os itens que vinham da rua deveriam ser completamente higienizados antes de entrar nas nossas casas.

Até então eu frequentava uma escola de dança, frequentava também um estúdio de treino funcional. Movimento, para mim, sempre foi sinal de saúde. Os povos indígenas com os quais trabalho, já faz algum tempo, me ensinaram que “estar em movimento é estar vivo” (ALMEIDA, 2016), mas de repente o mundo parou. As aulas que fazia na companhia de amigos e amigas foram transferidas para a sala de casa. Quatro paredes, uma mesa, um sofá para ser empurrado, a tela pequena do celular posicionada estrategicamente, para enxergar os movimentos dos professores. O microfone desligado para não atrapalhar a aula e a chateação diante da impossibilidade de ver todo mundo numa tela tão pequena. “Respira! Só mais alguns dias e a curva vai ser achatada!”. Enquanto isso, os telejornais anunciavam mais de 900 mortes diárias na Itália. Caixões aglomerados do modo como já não podíamos fazer. Era início do mês abril de 2020.

A palavra de ordem, naquele momento, era resiliência. Fizemos festas de aniversário virtuais, baladinhas solitárias e regadas a bons drinks na sala de casa. Com o passar dos meses fomos aperfeiçoando a decoração, a iluminação do local e organizando melhor os espaços. Em pouco tempo a sala tinha virado uma pista de dança, escritório, escola, viveiro. Os três vasos que enfeitavam a sacada do meu apartamento, logo se transformaram em cinco, dez, até se espalharem por todos os cômodos da casa. Estranhamente foram as plantas e seu crescer incessante que me ajudaram a lembrar que o mundo não estava, assim, tão parado. Ainda havia vida a se comemorar!

As crianças com as quais convivo já começavam a esboçar um certo cansaço. Se estava difícil para mim, que sou adulta e tinha o privilégio de intercalar horas de atividades presenciais com períodos remotos no trabalho, imagine para as crianças que estavam longe da escola e dos amigos, sem entender o que estava acontecendo. “Xô Covid!” ouvi de uma pequenina. As amigas mães viviam ainda mais cansadas, eram frequentes as mensagens que relatavam a estafa, o cansaço em compartilhar home office com home school e os afazeres domésticos. “Meu companheiro até me ajuda, mas eu vivo cansada!” Tenho vontade de abandonar meus filhos em um lugar qualquer, sinto culpa, choro em silêncio, não quero que eles percebam que estou cansada!”. E eu, que desconheço os prazeres e os desprazeres da maternidade, não sabia como ajudar.

Era junho de 2020 e os números de casos de Covid-19 não paravam de crescer. O Brasil já ultrapassa a marca das 1000 mortes diárias. Alguns amigos seguiam indicando tratamentos precoces, como o uso de açafraão, chá de gengibre, limão e mas-

truz. Outros seguiam convictos de que, na ausência de tratamento, medicamentos não comprovados deveriam ser usados o quanto antes, seguindo a linha de alguns de nossos governantes. Em julho, nada de diferente, o mundo seguia parado.

Com passos lentos e ao longo dos dias que, acelerados, se misturavam, chegamos em agosto de 2020. A resiliência foi dando espaço à resistência. O mundo seguia parado, ainda que algumas pessoas insistissem em argumentar que “é só uma gripezinha! ”. O mundo parou, mas os corações aceleraram, as crises de ansiedade eram cada vez mais frequentes. Conforme pesquisa realizada pela Universidade de Ohio (EUA), o Brasil lidera o índice de ansiedade e depressão durante a pandemia. “Entre os 1.500 brasileiros ouvidos (na pesquisa), 63% tinham sintomas de ansiedade e 59%, de depressão. A maioria (84,8%) não tinha diagnóstico de transtornos mentais antes da pandemia” (UOL, março/2021).

Eu, aos 35 anos, além da ansiedade, adquiri uma miopia e comecei a sentir dores em partes do corpo que desconhecia. O home office ultrapassa hoje, às 8 horas diárias. Perdi a noção dos números, do tempo, das horas gastas na frente das telas. Mas refletindo um pouco lembro daqueles que nem tela têm. Dos jovens sem acesso ao ensino à distância, dos que não conseguiram solicitar auxílios (ínfimos) por meio dos aplicativos, e dos invisíveis, que não aparecem nas nossas telas e, assim, não entraram nas estatísticas.

Há cinco meses que eu não via nenhum dos meus amigos e amigas pessoalmente. No desespero até chegamos a cogitar encontros “ao acaso”, em algum supermercado, na fila do pão. Só tinha notícias dos meus familiares, que moram em outro estado, por meio da pequena tela do celular. Ainda não havíamos perdido ninguém próximo de nós, e isso já era motivo para agradecer. Nesse ínterim, cresceram as demandas no trabalho que executo junto aos povos indígenas, seus territórios seguem sofrendo com as invasões e o coronavírus se espalhava. Fiquei pensando se ele tinha alguma preferência. O povo preto também é o que mais morre de Covid-19.

Alguns amigos, no início, acreditavam que a pandemia faria com que nos tornássemos mais humanos, ficaríamos mais próximos uns dos outros, mesmo que através das telas dos celulares. Falava-se muito em empatia, em cooperação, vida em comunidade, mas diante de tanta barbárie tendo a acreditar que ao nos trancarmos em casa abrimos nossos armários e libertamos nossos monstros, e eles usam máscara no queixo. Era setembro de 2020 e eu já não conhecia mais o tal do otimismo. O telefone tocou e do outro lado da linha uma amiga relata que estava em processo de separação, a vida conjugal se tornou insuportável durante a quarentena. “Meu marido não me ajuda em nada, é machista, e eu nunca percebi. Às vezes ele fica agressivo.

Já gritou. Chegou a quebrar algumas coisas em casa, mas deve ser normal, está difícil para todo mundo! ” Desliguei o telefone e lembrei das notícias que não param de saltar nas telas dos celulares e computadores.

Além do aumento dos casos de violência doméstica, que afeta não só as mulheres, mas também crianças e idosos, assistimos a diminuição, ou a perda total de renda de muitas famílias. Nesse contexto, e em tempos de crise, as mulheres são as primeiras a perderem seus empregos e, segundo dados do governo federal, 55% das pessoas que receberam, em 2020, o auxílio emergencial, são mulheres. Sendo as mulheres pretas e pardas as mais afetadas pelo contexto da pandemia (AGÊNCIA CÂMARA DE NOTÍCIAS, 2021). Enquanto isso, alguns homens se recusam a usar a máscara, associando seu uso à fraqueza ou a ausência de virilidade (EL PAÍS, 2020), me lembrando o quão tóxica pode ser a masculinidade.

Em meio a todo o caos, o consórcio de imprensa anunciava que a curva, que indica o número de mortos e o ritmo do contágio por Covid-19, finalmente estava sendo achatada. O mapa que aparece toda noite no telejornal está quase todo pintado de azul. Ufa! É possível respirar! Os comércios que sobreviveram, a grande maioria sem ajuda do Estado, voltaram a abrir suas portas. Retomamos algumas atividades e voltei a ver alguns dos meus amigos mais próximos. Optamos por piqueniques ao ar livre, controlando o desejo pelos abraços. Fiquei lembrando do último carnaval e deixei que um sopro de otimismo tomasse conta desses pequenos e rápidos momentos. Os meios de comunicação (sérios) seguiam anunciando a necessidade de manter o distanciamento, o uso de máscaras e a higienização das mãos, ainda que alguns de nossos governantes e futuros governantes continuarem promovendo aglomerações. As eleições municipais se aproximavam e as campanhas ocorriam de modo acelerado. Era outubro de 2020.

Como a famosa curva da Covid-19, seguíamos nos movendo de modo acelerado entre altos e baixos. Entre a leveza dos respiros e suspiros, e o ar pesado que não enche os pulmões de quem não consegue respirar. Era novembro de 2020, e dessa vez o vilão que me tirava o ar não era o coronavírus. João Alberto Silveira Freitas, um homem negro, foi espancado até a morte em um supermercado no sul do país, e como George Floyd, morto em maio do mesmo ano, viveu a agonia de ser imobilizado, sem ar. “I can’t breathe!” nos Estados Unidos, e “eu não posso respirar!” no Brasil. Será mesmo que vidas negras importam?

Chegamos finalmente em dezembro de 2020, o Reino Unido iniciava o processo de vacinação da população contra a Covid-19, fazendo com que esse mês tivesse ainda mais cara de esperança, utopia, fé, um momento de avaliação do que fizemos no ano que terminava. Porém, amarga, a sensação que tinha era de que nada foi feito,

inclusive por alguns de nossos governantes, os quais, em negação, não investiram na compra de vacinas, se opuseram ao distanciamento social, defenderam a imunidade de rebanho, o uso de medicamentos não comprovados e insistiram em falas que sugeriam que já vivíamos o fim da pandemia. Enquanto isso, em outros lugares do mundo, e mesmo no Brasil, já se anunciava a chegada de uma nova onda de Covid-19, a segunda onda. E novamente, dessa vez não tão de repente, o mundo parou. Digo isso porque os estudiosos e cientistas, incansavelmente, anunciavam que haveria uma segunda onda, ainda mais letal que a primeira.

O Amazonas foi o primeiro estado a colapsar. Além do aumento expressivo no número de casos e mortes por Covid-19, tivemos que lidar com novas cepas do vírus e com a falta de cilindros de oxigênio nos hospitais. Era desesperador ler nos jornais os relatos de profissionais de saúde: “É difícil você ter que escolher quais pacientes devem receber oxigênio suplementar. Os que têm mais chances” (EL PAÍS, 2021). “Foi uma cena do Titanic, cada um pegando o seu salva-vidas, que era o cilindro de oxigênio e tentando salvar [...] tivemos que escolher em quem colocar, ou seja, pacientes que tinham o melhor prognóstico de sair da crise da Covid, o paciente mais jovem” (CARTA CAPITAL, 2021). Enquanto isso, corriam nas redes sociais imagens de festas repletas de gente, teve até quem cantasse “É só entubar!”, enquanto tomava uma gin tônica. Foi assim que iniciamos o ano de 2021 no Brasil.

Com atraso e permeado por disputas no campo político, o processo de vacinação teve início no Brasil. Meu avô de 93 anos foi o primeiro da fila na cidade onde mora, no interior de São Paulo. Era fevereiro de 2021 e o Brasil somava, em um único mês, mais de 30.400 mortos por Covid-19, sendo considerado, até então, o 2º maior número de toda a pandemia (G1, 2021). A vacinação seguia lenta, inversamente proporcional à capacidade do coronavírus de sofrer mutações e criar novas cepas ou então, à velocidade com que são propagadas informações falsas sobre sua aplicação. Houve quem dissesse que ao tomar vacina viraríamos Jacaré. Estou ansiosa à espera desse momento, sempre fui fã da Cuca! Rindo de nervoso, lembro ainda dos que diziam que a China, por meio da vacina, implantaria em nós um chip e, assim, monitoraria todos os nossos passos. Fico pensando sobre o que meu avô faz nas horas vagas e qual o interesse que um país do tamanho da China teria em sua vida, que oscila entre cochilos no sofá e o cuidado com as plantas.

Se fevereiro já estava difícil, o que eu poderia dizer de março de 2021? Novamente batemos o recorde de mortes por Covid-19. Olhando para trás, um ano depois de anunciada a pandemia, vejo um rastro de pessoas adoecidas. As mães seguem cansadas, os ansiosos tiveram que aumentar a dose das medicações e tem gente com

fome. No Brasil, 28% dos domicílios que recebem auxílio emergencial, vivem em situação de insegurança alimentar grave ou moderada, ou seja, sobrevivem com fome (FOLHA DE SÃO PAULO, 2021).

Apesar de toda a tragédia, teve quem apostasse no otimismo e na importância de se adaptar ao “novo normal”, mas nem mesmo eles conseguiram suportar a onda que nos devastou no mês de abril de 2021.

Os telejornais nos lembravam que não eram apenas números, eram pessoas, vidas, e eu, só conseguia pensar em todas as teias de relações desfeitas. Pensava na tristeza de um luto que não se vive. Já não era mais possível transformar a morte em saudade e dessa vez, foi o coração que parou. Iniciamos o mês de maio e com ele veio o luto, coletivizado na ausência do riso. O humorista Paulo Gustavo morreu! E de repente os 400 mil mortos estavam ali, materializados nas piadas contadas e naquelas que deixamos de contar para quem se foi. Um vídeo do ator, que circulou de modo intenso nas redes sociais, veio nos lembrar da importância dos afetos: “Diga o quanto você ama a quem você ama. Mas não fica só na declaração não, ame na prática, na ação. Amar é ação. Amar é arte!”. Nos lembrou também que “rir é um ato de resistência!”, mas não com o sorriso amarelo dos que depõem na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) e confessam a recusa da vacina. Falo daquele riso de vida, que se opõe à morte que nos foi imposta, desrespeitando o tempo natural das coisas. A CPI instaurada naquele mês tem como intuito investigar ações e omissões do governo federal no combate à pandemia de Covid-19. Aos que acompanham os depoimentos resta a sensação de estarem vivendo em um mundo paralelo, onde “Capitã Cloroquina” salva, no fim do dia, o pequeno vilarejo de Rancho Queimado. Por sorte, e como em um bom best-seller, há sempre um antagonista à altura, nesse caso rememorando a inexistência de tratamento precoce e nos lembrando que a discussão sobre o assunto é similar àquela que versa sobre qual das bordas da terra plana iremos saltar.

No momento em que redijo esse texto, o Brasil já soma mais de 500 mil mortos pela Covid-19. É junho de 2021, a vacinação segue lenta e o país, ao contrário de muitos outros países que tentam voltar à “normalidade”, segue parado. Na verdade, se olharmos bem de perto, como olhamos nesse último ano para as plantinhas na sala, vemos que algumas coisas se movem. Manifestações se espalham, ainda tímidas, pelo país, lembrando de novo que movimento é vida. Não é à toa que nomeamos nossos coletivos de movimentos sociais, movimento dos trabalhadores, movimento de mulheres, etc. E de novo me vêm à memória aquilo que aprendi com os povos indígenas: “estar em movimento é estar vivo” (ALMEIDA, 2016). Ninguém melhor para nos ensinar a transformar nosso luto em luta, e juntar resistência e resiliência com tamanha maestria.

Se há um futuro possível, ele reside no movimento. E não falo desse movimento das máquinas e do progresso que busca um tipo de desenvolvimento que se dá a qualquer custo, que se paga com a vida, do outro. Falo daquele movimento, que sutil, passa despercebido do observador menos atento. É a muda que cresce na terra, a pessoa que é feita no ventre, o luto que faz da morte saudade e dela, combustível que nos move na busca por um “bem viver”. É assim, observando, cuidando e me movendo junto com o que cresce ao meu redor que espero julho de 2021.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Lígia Rodrigues. 2016. *Estar em movimento é estar vivo. Territorialidade, pessoa e sonho entre famílias tupi guarani*. Tese de Doutorado em Antropologia Social - Universidade de São Paulo, São Paulo.

BASÍLIO, Ana Luiza. ‘Foi uma cena do Titanic, cada um pegando cilindro de oxigênio e escolhendo quem salvar’. **Carta Capital**, 14 de janeiro de 2021. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/saude/foi-uma-cena-titanic-cada-um-pegando-cilindro-de-oxigenio-e-escolhendo-quem-salvar/>. Acesso em: junho de 2021.

BRASIL bate marca de 4 mil mortes por Covid registradas em um dia pela 1ª vez e soma 337,6 mil na pandemia. **Portal G1**, 06 de abril de 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2021/04/06/brasil-bate-marca-de-4-mil-mortes-por-covid-registrados-em-um-dia-e-soma-3376-mil-na-pandemia.ghtml>. Acesso em: Junho de 2021.

DAMASCENO, Victória; PAGNAN, Rogério. Explosão de violência doméstica durante pandemia faz PM de SP implantar patrulha Maria da Penha. **Folha de São Paulo**, 24 de abril de 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2021/04/explosao-de-violencia-domestica-durante-pandemia-faz-pm-de-sp-implantar-patrulha-maria-da-penha.shtml>. Acesso em: junho de 2021.

DAMASCENO, Victória. Fome atinge 19 milhões de brasileiros durante a pandemia em 2020. **Folha de São Paulo**, 05 de abril de 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2021/04/fome-atinge-19-milhoes-de-brasileiros-durante-a-pandemia-em-2020.shtml>. Acesso em: junho de 2021.

INDÍGENAS protestam em Brasília contra projetos que dificulta demarcação de terras. **Portal G1 DF**, 16 de junho de 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2021/06/16/indigenas-protestam-em-brasilia-contra-projeto-que-dificulta-demarcacao-de-terras.ghtml>. Acesso em: junho de 2021.

MARTINS, Pedro. A quarta onda. **UOL**, sem data. Disponível em: <https://www.uol.com.br/vivabem/reportagens-especiais/saude-mental-na-pandemia/#cover>. Acesso em: junho de 2021.

MOREIRA, Ardilhes; PINHEIRO, Lara. **OMS** declara pandemia de coronavírus. Portal G1, 11 de março de 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/03/11/oms-declara-pandemia-de-coronavirus.ghtml>. Acesso em: junho de 2021.

MULHERES são as mais impactadas financeiramente pela pandemia, diz pesquisadora. **Agência Câmara de Notícias**, 11 de março de 2021. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/735348-mulheres-sao-as-mais-impactadas-financeiramente-pela-pandemia-diz-pesquisadora/#:~:text=Em%202020%2C%20segundo%20dados%20do,o%20aux%C3%ADlio%20emergencial%20eram%20mulheres.&text=Ela%20lembrou%20ainda%20que%20as,deixar%20o%20mercado%20de%20trabalho>. Acesso em: junho de 2021.

SANOJA, Manuela. Virilidade frágil em tempos de coronavírus: porque alguns homens se negam a usar máscara. **El País**, 31 de maio de 2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/buenavida/2020-05-31/virilidade-fragil-em-tempos-de-coronavirus-por-que-alguns-homens-se-negam-a-usar-mascara.html>. Acesso em: junho de 2021.

SCHIMIDT, Steffanie. Morrer sem oxigênio em Manaus, a tragédia que escancara a negligência política na pandemia. **El País**, 14 de janeiro de 2021. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2021-01-15/morrer-sem-oxigenio-em-uma-maca-em-manaus-a-tragedia-que-escancara-a-negligencia-politica-na-pandemia.html>. Acesso em: junho de 2021.

PINHEIRO, Lara. Brasil tem 30.484 mortes por Covid-19 em fevereiro, 2º maior número em toda a pandemia. **Portal G1**, 01 de março de 2021. Disponível em:

<https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2021/03/01/brasil-tem-30484-mortes-por-covid-19-em-fevereiro-2o-maior-numero-em-toda-a-pandemia.ghtml>. Acesso em: junho de 2020.

VIÑAS, Diego; DURAN, Pedro, CARVALHO, Júlia. Morrem 40% mais negros que brancos por corona vírus no Brasil. **CNN Brasil**, 05 de junho de 2020. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/saude/2020/06/05/negros-morrem-40-mais-que-brancos-por-coronavirus-no-brasil>. Acesso em: junho de 2021.

POSFÁCIO

KAREN LUZ, PRESENTE HOJE E SEMPRE!²²

Carmen Hannud

No dia 31 de agosto de 2022, quarta-feira, às 3 horas da manhã, ficou marcada a precoce passagem da jovem Karen Luz, mulher lésbica, negra, imigrante, trabalhadora, psicóloga, pesquisadora, artista-poeta e militante. Nascida em uma comunidade no Pacífico colombiano, escolheu Araguaína, no Tocantins-BR, como lar, aonde cultivou grandes amizades que se tornaram sua família. Aqui vivia em um setor construído pelo Movimento Nacional de Luta pela Moradia, em que se destacava como liderança popular, sendo uma das criadoras do “Sarau do Movimento” realizado (mensalmente) na praça do Setor antes da pandemia. Este ano havia se mudado para Belém, para cursar o tão almejado mestrado em Psicologia, na Universidade Federal do Pará (UFPA), retornando para o Tocantins devido ao delicado quadro de saúde.

Sempre estrela-guia, agora juntou-se à sua querida amiga Fátima Barros, importante liderança quilombola, e às suas ancestrais, em uma constelação de incríveis mulheres-resistência que legaram importantes memórias de sonhos, lutas e amor. Karen era afeto da cabeça aos pés, sempre preocupada em demonstrar seu carinho e fazer as pessoas ao seu redor sentirem-se amadas. Karen amava os seus, e não tolerava injustiças sociais, estando sempre pronta para reagir às opressões e defender direitos. Enquanto artista, mantinha a página “Poeta sem verso” no Instagram, bem como postava vídeos com improvisos e declamações no Youtube, e participava de Batalhas de Rima na cidade.

Mas era e sempre será, também, muito amada - talvez nem soubesse o quanto. Durante o período em que esteve internada, uma rede solidária, composta até mesmo por pessoas desconhecidas por ela, organizou-se para cuidá-la e acompanhá-la, sempre torcendo e esperando por sua melhora, tal como pareciam indicar os especialistas. Apesar das doações de sangue realizadas, nossa amiga faleceu; estava com graves complicações orgânicas decorrentes da combinação de Anemia falciforme com Lúpus. É preciso dizer que sua morte poderia ter sido evitada se o diagnóstico tivesse sido confirmado com antecedência, se os tratamentos necessários tivessem sido realizados a tempo, e, fundamentalmente, se seu direito ao trabalho e à renda tivessem sido garantidos, juntamente com seu direito à alimentação adequada.

²² Este texto (e livro) é dedicado a Karen Luz, que espalhou alegria e amor por onde passou, regando nossos sonhos e desejos por um mundo livre de opressões. Karen Luz, presente hoje e sempre!

Karen passou quatro anos sentindo fortes dores nas juntas, observando as quedas de cabelo, e mais recentemente, queixando-se da pele nitidamente ressecada. Contudo, o que os médicos lhe diziam é que estava com dengue, chicungunha, entre outros nomes que muito possivelmente não correspondiam à realidade em quase todas as vezes em que procurava ajuda para saber o que lhe acometia. De maneira concomitante, por vezes cheguei em sua casa e me deparei com a geladeira vazia, contendo apenas água nas prateleiras, pois em função do racismo e lesbofobia passou por uma série de processos de exclusão no mercado de trabalho.

Uma doença grave sem o tratamento adequado somada à fome e pobreza só poderia resultar em sua morte, que, como diria Fátima Barros, foi “morte matada” e não “morte morrida”. Foi mais uma mulher negra lgbt pobre exterminada pelo sistema no Norte do país. Mais uma amiga que perdemos em meio à guerra que acontece todos os dias nas “Faixas de Gaza brasileiras”, como diria o Movimento Nacional de Favelas e Periferias.

A memória de Karen Luz permanecerá sempre viva entre nós, e continuará sendo inspiração e amor. Que possamos passar por esse luto levando em nosso coração a imagem de Karen sorrindo e realizando seus sonhos, e que isso possa também fortalecer nossa garra a fim de parar a “máquina de moer mulheres”, e, assim, construir um mundo em que todas sejamos livres das opressões, e aonde outras Karens possam se sentir cuidadas, amadas e viverem bem e com muita saúde e dignidade. Por essa razão, a presente obra é a ela dedicada.

Toda a solidariedade àquelas pessoas que também amavam Karen Luz, presente hoje e sempre!

De sua amiga, Carmen Hannud (Carmen Agá)

AS AUTORAS



Gleys Ially Ramos

Geógrafa. Mestre em Desenvolvimento Regional. Doutora em Geografia. Organizadora do Livro *Mulheres Emparedadas – Confissões da Pandemia*. Professora do Curso de Relações Internacionais (UFT). Coordenadora do OUTRAS Observatório Transdisciplinar em Feminismo, Política e Métodos (CNPq-UFT).

Juliete Oliveira

Mãe, poeta, educadora ambiental, ativista dos direitos humanos, parte da memória de um lugar chamado Araguaia. Escreve como um ato de subversão e para alcançar uma respiração possível em conjunto com outras mulheres



Giselle Ribeiro

Professora de teoria literária (UFPA), contadora de histórias e poeta. Atualmente tem seis livros de poemas publicados e um livro de literatura infanto-juvenil. Graduada em letras (UFPA), especialista em tecnologias para educação ambiental (UFPA), mestra em Estudos Literários (UFPA), doutoranda em Estudos da Tradução (UFSC).

Luciana Borges

Professora de Literatura Brasileira na Universidade Federal de Catalão, Doutora em Letras pela UFG, pesquisadora do grupo Dialogus (CNPq), membro do GT ANPOLL - A mulher na literatura e do Coletivo Literário Mulherio das Letras. Autora do livro *O erotismo como ruptura na ficção brasileira de autoria feminina* e organizadora de *A mulher na escrita e no pensamento: ensaios de literatura e percepção*, *O corpo na literatura e na arte: teorias e leituras*, *Tessituras Literárias: cultura, identidade e outras artes e Letras Insubmissas*.





Maria da Glória de Castro Azevedo

Graduada em Letras pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) e Mestrado em Literatura Brasileira pela Universidade de Brasília (UnB). Cursa Doutorado no Programa de Pós-Graduação em Letras: Ensino de Língua e Literatura (PPGL/UFNT). Professora de Literatura Brasileira no Curso de Letras da Universidade Federal do Tocantins (UFT). É autora do livro de contos *Oficina do vagaroso tempo* (2018) e do livro de poesia *Abissal* (2020).

Ruth do Prado Cabral

Ruth do Prado Cabral, psicóloga, feminista e militante antigordofobia. Mestra em Direitos Humanos (UFG) e Doutora em Psicologia Clínica e Cultura (PUC GO). Docente do curso de Psicologia (CEULP/ ULBRA).



Nathália Mariel F. de S. Pereira

Doutoranda em direitos humanos (UFG). Mestra em direito público (UcB). Professora e Procuradora da República.

Carmem Lúcia Costa

Carmem Lúcia Costa- Professora Associada da Universidade Federal de Catalão. Docente do Programa de Pós-Graduação em Geografia - UFCAT e do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Direitos Humanos - UFG; Dialogus -Estudos Interdisciplinares em Gênero, Cultura e Trabalho/UFCAT/CNPq



Germana Pires Coriolano

Arquiteta e urbanista, mestra em Desenvolvimento Regional pela UFT, Doutoranda em Arquitetura e Urbanismo pela USP, professora da Universidade Federal do Tocantins. Foi Secretária de Desenvolvimento Urbano, de Meio Ambiente e de Planejamento de Palmas – Tocantins.



Gabriela Ângelo Pinto

Graduada em Geografia pela UERJ. Mestre em Planejamento Urbano e Regional pelo IPPUR-UFRJ. Doutora em Geografia pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Participa do projeto Biblioteca Descolonial coordenado pelo NETAJ-UFF e NEGRA-UERJ e desenvolve pesquisas sobre a temática de Gênero, Raça, Direito à Cidade, Interseccionalidades e Feminismo(s) Negro e Descolonial.

Érica Pollyana Oliveira Nunes

Mestra em Serviço Social pela (PUC -GO), assistente social (UNITINS), especialista em residência saúde da família e comunidade (ULBRA/FESP). Docente no curso de Serviço Social, pesquisadora e extensionista em ciência sociais e humanas.



Maria Carolina Ferreira Tosta

Graduanda em Psicologia na Universidade Federal de Catalão. Bolsista PIBIC-AF 2020/2021. Pesquisadora do Dialogus – Estudos Interdisciplinares em Gênero, Cultura e Trabalho/UFCAT/CNPq.

Camila Ribeiro Moraes

Licenciada em Dança na Faculdade de Educação Física e Dança da Universidade Federal de Goiás (FEFD-UFG). Cursa habilitação técnica de nível médio em Dança Contemporânea no Instituto Tecnológico do Estado de Goiás - ITEGO em Artes Basileu França. Integrante do Coletivo Rosa Parks da UFG.



Luciana de Oliveira Dias

Antropóloga, doutora em Ciências Sociais pela Universidade de Brasília – UnB. Diretora da Associação Brasileira de Antropologia – ABA. Professora Associada da Universidade Federal de Goiás – UFG. Coordenadora do Coletivo Rosa Parks da UFG.



Lígia Rodrigues de Almeida

É doutora em Antropologia Social pela FFLCH/USP (São Paulo – SP), mestra em Antropologia Social pela UFSCar (São Carlos – SP) e formada em Ciências Sociais pela UNESP (Araraquara – SP). Atua, hoje, como Indigenista Especializada e escreve ou (re)inventa memórias nas horas vagas.



Palmas - TO
Brasil
2023